Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 9

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019 10

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018 11

Demonstração de Valor Adicionado 12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 14

Balanço Patrimonial Passivo 16

Demonstração do Resultado 19

Demonstração do Resultado Abrangente 20

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2020 à 31/12/2020 24

Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2019 à 31/12/2019 25

Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2018 à 31/12/2018 26

Demonstração de Valor Adicionado 27

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho 29

Notas Explicativas 53

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 215

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 220

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 221

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 222

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.010.511.085
Preferenciais	0
Total	1.010.511.085
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.370.000
Preferenciais	0
Total	1.370.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
1	Ativo Total	11.666.770	10.245.198	7.934.301
1.01	Ativo Circulante	996.270	1.513.114	964.919
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	165.569	536.313	718.146
1.01.02	Aplicações Financeiras	642.999	871.556	0
1.01.03	Contas a Receber	181.404	102.955	208.615
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	181.404	102.955	208.615
1.01.03.02.05	Depósitos judiciais	56	0	1.921
1.01.03.02.07	Dividendos a receber	175.277	98.381	200.589
1.01.03.02.08	Outros contas a receber	6.071	4.574	6.105
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.298	2.290	38.158
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.298	2.290	38.158
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	34	862	644
1.01.06.01.02	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	6.264	1.428	37.514
1.02	Ativo Não Circulante	10.670.500	8.732.084	6.969.382
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	42.357	62.851	10.173
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	18.129	0
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	0	18.129	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	42.357	44.722	10.173
1.02.01.10.05	Depósitos judiciais	172	124	16
1.02.01.10.07	Impostos e contribuições a recuperar	0	12	12
1.02.01.10.08	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	32.512	35.017	0
1.02.01.10.09	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	0	1.000
1.02.01.10.10	Outros contas a receber	9.673	9.569	9.145
1.02.02	Investimentos	10.623.050	8.664.022	6.955.171
1.02.03	Imobilizado	3.656	3.774	2.819
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.782	2.782	2.819
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	874	992	0
1.02.04	Intangível	1.437	1.437	1.219

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
2	Passivo Total	11.666.770	10.245.198	7.934.301
2.01	Passivo Circulante	605.880	864.797	1.073.438
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	304	722	712
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	304	722	712
2.01.01.02.01	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	304	722	712
2.01.02	Fornecedores	33.007	2.081	993
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.824	2.802	6.018
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.824	2.802	6.018
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	2.763	2.761	2.769
2.01.03.01.03	Imposto e contribuições sobre o lucro a recolher	61	41	3.249
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.161	518.980	848.278
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	507.358	834.166
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	507.358	834.166
2.01.04.02	Debêntures	3.161	11.622	14.112
2.01.05	Outras Obrigações	566.584	340.212	217.437
2.01.05.02	Outros	566.584	340.212	217.437
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	547.597	322.581	190.701
2.01.05.02.07	Participação nos lucros	18.848	17.466	15.824
2.01.05.02.10	Outras contas a pagar	1	15	10.912
2.01.05.02.11	Passivo em arrendamento	138	150	0
2.02	Passivo Não Circulante	598.500	1.269.524	1.264.831
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	562.926	1.252.232	1.248.331
2.02.01.02	Debêntures	562.926	1.252.232	1.248.331
2.02.02	Outras Obrigações	35.524	17.242	16.450
2.02.02.02	Outros	35.524	17.242	16.450
2.02.02.02.08	Outras contas a pagar	34.869	16.450	16.450
2.02.02.02.09	Passivo em arrendamento	655	792	0
2.02.03	Tributos Diferidos	50	50	50
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	50	50	50

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
2.03	Patrimônio Líquido	10.462.390	8.110.877	5.596.032
2.03.01	Capital Social Realizado	3.489.736	2.741.931	2.375.354
2.03.02	Reservas de Capital	86.573	529.934	60.780
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-31.734	0	0
2.03.02.07	Reservas de Capital	118.307	529.934	60.780
2.03.04	Reservas de Lucros	7.138.924	4.993.923	3.210.214
2.03.04.10	Reserva de lucros	7.138.924	4.993.923	3.210.214
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-252.843	-154.911	-50.316

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	3.011.587	2.579.067	958.160
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-136.403	-33.893	-38.644
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	411	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-100.235	-272
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.147.579	2.713.195	997.076
3.04.06.02	Resultado da Equivalência Patrimonial	3.147.579	2.713.195	997.076
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.011.587	2.579.067	958.160
3.06	Resultado Financeiro	-36.498	-163.437	-40.225
3.06.01	Receitas Financeiras	23.033	33.333	68.387
3.06.02	Despesas Financeiras	-59.531	-196.770	-108.612
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.975.089	2.415.630	917.935
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.975.089	2.415.630	917.935
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.975.089	2.415.630	917.935
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.05	ON	2,94814	2,3905	0,92362
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.05	ON	2,94814	2,3905	0,92001

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	2.975.089	2.415.630	917.935
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-46.625	-104.200	25.428
4.02.01	Ganho (perda) líquido de hedge accounting de fluxo de caixa	-3.168	-5.904	0
4.02.02	Efeitos dos planos de benefícios pós emprego	-43.457	-98.296	25.428
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.928.464	2.311.430	943.363

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.038.000	-240.688	-57.812
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-34.833	-84.915	22.513
6.01.01.01	Lucro do Exercício	2.975.089	2.415.630	917.935
6.01.01.02	Depreciação e amortização	118	156	6
6.01.01.04	Encargos de dividas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	50.975	143.064	100.500
6.01.01.05	Resultado de equivalencia patrimonial, líquido da amortização do direito de uso	-3.147.579	-2.713.195	-1.017.328
6.01.01.06	Ajuste a valor presente	0	-484	-482
6.01.01.07	Perda Step Acquisition	0	96.851	0
6.01.01.08	Rendimentos de aplicações financeiras	-24.133	-32.242	0
6.01.01.10	Valor justo das opções de compra - Vesting period	5.548	1.976	1.630
6.01.01.11	Provisão para participação nos lucros	6.619	0	0
6.01.01.13	Amortização do direito de concessão	98.530	0	20.252
6.01.01.14	Outros	0	3.329	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.072.833	-155.773	-80.325
6.01.02.01	Impostos e contribuições a recuperar	840	-218	-6
6.01.02.02	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	-2.331	-1.242	-7.790
6.01.02.03	Depósito Judicial	-104	1.813	2.303
6.01.02.04	Recebimento de dividendos	1.111.330	0	0
6.01.02.05	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	0	-1.000
6.01.02.06	Outros contas a receber	-1.600	1.697	5.546
6.01.02.07	Fornecedores	30.926	1.088	-185
6.01.02.08	Impostos e contribuições a recolher	22	-255	-1.082
6.01.02.09	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	0	-810	-1.279
6.01.02.10	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	-420	9	-351
6.01.02.11	Participação nos lucros	-5.237	1.642	2.203
6.01.02.12	Outras contas a pagar	-14	-10.942	0
6.01.02.14	Partes relacionadas	0	-102	-1.808
6.01.02.15	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	0	-674
6.01.02.16	Juros pagos	-60.579	-148.453	-76.202

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	140.921	512.319	-1.192.187
6.02.01	Aquisição no Investimento	0	0	-389.646
6.02.02	Aplicações financeiras	270.819	-839.314	0
6.02.04	Recebimento de dividendos	0	1.196.057	344.638
6.02.05	Aquisições no ativo intangível, imobilizado	0	-219	-2.204
6.02.06	Controle acionário em investidas	0	1.000.000	0
6.02.07	Aumento de capital em investidas	-129.898	-826.031	-1.144.975
6.02.08	Caixa líquido adquirido na aquisição de investimento	0	-45	0
6.02.09	Títulos e valores mobiliários	0	-18.129	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.549.665	-453.464	720.307
6.03.01	Amortização de empréstimos e financiamentos	-1.195.500	-820.000	-310.000
6.03.02	Aumento de capital	1.030	58.068	0
6.03.03	Dividendos pagos	-323.291	-191.532	-238.563
6.03.04	Captação de empréstimos e financiamentos	0	500.000	1.268.400
6.03.05	Recurso destinado para adiantamento para futuro aumento de capital	0	0	470
6.03.06	Ações em tesouraria	-31.734	0	0
6.03.07	Amortização do passivo de arrendamento	-170	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-370.744	-181.833	-529.692
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	536.313	718.146	1.247.838
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	165.569	536.313	718.146

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.741.931	529.934	4.993.923	0	-154.911	8.110.877
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.741.931	529.934	4.993.923	0	-154.911	8.110.877
5.04	Transações de Capital com os Sócios	747.805	-443.361	-281.390	-548.698	0	-525.644
5.04.01	Aumentos de Capital	747.805	-464.994	-281.781	0	0	1.030
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-31.734	0	0	0	-31.734
5.04.08	Opções de compra - Vesting period	0	53.088	0	0	0	53.088
5.04.09	Opções de recompra	0	279	0	0	0	279
5.04.10	Dividendos adicionais 2019	0	0	-736	0	0	-736
5.04.11	Dividendos adicionais propostos	0	0	1.127	-1.127	0	0
5.04.12	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-547.571	0	-547.571
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.975.089	-46.625	2.928.464
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.975.089	0	2.975.089
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-46.625	-46.625
5.05.02.06	Perdas atuariais	0	0	0	0	-43.457	-43.457
5.05.02.07	Perda líquido de hedge accounting de fluxo de caixa	0	0	0	0	-3.168	-3.168
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.426.391	-2.426.391	-51.307	-51.307
5.06.04	Perda por recebimento desproporcional de dividendos	0	0	0	0	-51.307	-51.307
5.06.05	Reserva legal	0	0	148.754	-148.754	0	0
5.06.07	Reserva para investimento e expansão	0	0	2.118.624	-2.118.624	0	0
5.06.08	Reserva de lucros a realizar	0	0	159.013	-159.013	0	0
5.07	Saldos Finais	3.489.736	86.573	7.138.924	0	-252.843	10.462.390

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.375.354	60.780	3.210.214	0	-50.316	5.596.032
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.375.354	60.780	3.210.214	0	-50.316	5.596.032
5.04	Transações de Capital com os Sócios	366.577	-4.254	-308.662	-323.259	0	-269.598
5.04.01	Aumentos de Capital	366.577	0	-308.509	0	0	58.068
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-322.523	0	-322.523
5.04.08	Opções de compra - Vesting period	0	1.976	0	0	0	1.976
5.04.09	Opções de recompra	0	-6.230	0	0	0	-6.230
5.04.10	Dividendos adicionais de 2018	0	0	-889	0	0	-889
5.04.11	Dividendos adicionais propostos	0	0	736	-736	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.415.630	-104.595	2.311.035
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.415.630	0	2.415.630
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-104.595	-104.595
5.05.02.06	Ganhos (perdas) atuariais	0	0	0	0	-98.296	-98.296
5.05.02.07	Ganho (perda) líquido de hedge accounting de fluxo de caixa	0	0	0	0	-5.904	-5.904
5.05.02.08	Exercício de opções de ações	0	0	0	0	-395	-395
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	473.408	2.092.371	-2.092.371	0	473.408
5.06.04	Reserva legal	0	0	120.781	-120.781	0	0
5.06.06	Reserva de lucros a realizar	0	0	1.004.755	-1.004.755	0	0
5.06.07	Reserva para investimento e expansão	0	0	966.835	-966.835	0	0
5.06.08	Aquisição de participação de não controladores sem mudança no controle	0	473.408	0	0	0	473.408
5.07	Saldos Finais	2.741.931	529.934	4.993.923	0	-154.911	8.110.877

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.227.021	59.150	2.524.802	0	-24.888	4.786.085
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.227.021	59.150	2.524.802	0	-24.888	4.786.085
5.04	Transações de Capital com os Sócios	148.333	1.630	-150.809	-191.484	0	-192.330
5.04.01	Aumentos de Capital	148.333	0	-147.863	0	0	470
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.630	0	0	0	1.630
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-190.595	0	-190.595
5.04.08	Dividendos adicionais	0	0	889	-889	0	0
5.04.09	Dividendos adicionais de 2017	0	0	-3.835	0	0	-3.835
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	109.770	917.935	-25.428	1.002.277
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	917.935	0	917.935
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	109.770	0	-25.428	84.342
5.05.02.06	Adoção inicial do CPC 48 / IFRS 9 e CPC 47/IFRS 15	0	0	109.770	0	0	109.770
5.05.02.07	Ganhos (perdas) atuariais	0	0	0	0	-25.428	-25.428
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	726.451	-726.451	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	45.896	-45.896	0	0
5.06.05	Reserva estatutária de reforço de capital de giro	0	0	570.896	-570.896	0	0
5.06.06	Reserva de lucros a realizar	0	0	109.659	-109.659	0	0
5.07	Saldos Finais	2.375.354	60.780	3.210.214	0	-50.316	5.596.032

Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	0	-100.235	-272
7.01.02	Outras Receitas	0	-100.235	-272
7.01.02.01	Outras despesas / receitas operacionais	0	-83	-272
7.01.02.02	Outras despesas / receitas não recorrentes	0	-100.152	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-14.251	-16.551	-18.770
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-14.638	-16.551	-18.770
7.02.04	Outros	387	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-14.251	-116.786	-19.042
7.04	Retenções	-119	-156	-6
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-119	-156	-6
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-14.370	-116.942	-19.048
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.073.182	2.748.097	1.065.463
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.147.579	2.713.195	1.017.328
7.06.02	Receitas Financeiras	24.133	34.902	68.387
7.06.03	Outros	-98.530	0	-20.252
7.06.03.01	Amortização do Direito de Concessão	-98.530	0	-20.252
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.058.812	2.631.155	1.046.415
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.058.812	2.631.155	1.046.415
7.08.01	Pessoal	18.997	16.916	19.295
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.097	13.701	15.662
7.08.01.02	Benefícios	814	473	902
7.08.01.03	F.G.T.S.	86	122	198
7.08.01.04	Outros	0	2.620	2.533
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.944	1.569	0
7.08.02.01	Federais	4.944	1.569	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	59.782	197.040	109.185
7.08.03.01	Juros	51.510	145.186	106.963
7.08.03.02	Aluguéis	251	270	573
7.08.03.03	Outras	8.021	51.584	1.649

Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.975.089	2.415.630	917.935
7.08.04.02	Dividendos	548.698	322.523	190.595
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.426.391	2.093.107	727.340

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
1	Ativo Total	44.124.020	37.530.095	25.505.996
1.01	Ativo Circulante	14.645.300	11.419.027	9.429.564
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.219.546	1.785.203	4.743.990
1.01.02	Aplicações Financeiras	5.397.283	4.043.717	0
1.01.03	Contas a Receber	5.544.821	5.159.014	4.316.841
1.01.03.01	Clientes	3.589.317	3.503.757	2.938.037
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	3.589.317	3.503.757	2.938.037
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.955.504	1.655.257	1.378.804
1.01.03.02.01	Contas a receber - bandeiras tarifárias	0	1.291	18.769
1.01.03.02.02	Aquisição de combustível - conta CCC	29.855	36.376	63.380
1.01.03.02.03	Serviços pedidos	518.041	365.462	308.627
1.01.03.02.04	Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	0	231.463	464.505
1.01.03.02.05	Depósitos judiciais	3.567	3.052	4.068
1.01.03.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	100.600	17.554	0
1.01.03.02.08	Dividendos a receber	7.463	5.175	4.050
1.01.03.02.09	Outros contas a receber	587.078	295.192	289.073
1.01.03.02.10	Ativo financeiro da concessão	0	0	226.332
1.01.03.02.11	Ativos contratuais	708.900	699.692	0
1.01.04	Estoques	47.264	31.895	25.305
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.436.386	399.198	343.428
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.436.386	399.198	343.428
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	1.240.973	256.066	155.400
1.01.06.01.02	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	195.413	143.132	188.028
1.02	Ativo Não Circulante	29.478.720	26.111.068	16.076.432
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.391.181	16.933.747	9.894.023
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	119.576	126.756	0
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	119.576	126.756	0
1.02.01.04	Contas a Receber	967.527	882.598	968.035
1.02.01.04.01	Clientes	967.527	882.598	968.035

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	19.304.078	15.924.393	8.925.988
1.02.01.10.03	Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	1.185.784	865.227	303.393
1.02.01.10.04	Sub-rogação da CCC - valores aplicados	85.120	85.120	9.056
1.02.01.10.05	Depósitos judiciais	250.284	299.175	148.206
1.02.01.10.06	Instrumentos financeiros derivativos	295.161	43.001	142.451
1.02.01.10.07	Impostos e contribuições a recuperar	984.483	1.633.437	1.316.325
1.02.01.10.08	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	89.012	90.340	53.205
1.02.01.10.09	Outros contas a receber	328.019	389.340	367.931
1.02.01.10.10	Ativo financeiro da concessão	5.665.922	4.945.545	4.166.565
1.02.01.10.11	Aquisição de combustível - CCC	0	0	107.838
1.02.01.10.13	Serviços pedidos	32.774	6.591	20.886
1.02.01.10.14	Ativos contratuais	10.364.313	7.544.552	2.290.132
1.02.01.10.15	Plano de aposentadoria e pensão	23.206	22.065	0
1.02.02	Investimentos	130.024	122.217	118.530
1.02.03	Imobilizado	48.662	47.130	13.528
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	19.258	14.557	13.528
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	29.404	32.573	0
1.02.04	Intangível	8.908.853	9.007.974	6.050.351

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
2	Passivo Total	44.124.020	37.530.095	25.505.996
2.01	Passivo Circulante	8.709.938	6.154.422	6.442.384
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	63.962	60.940	88.063
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	63.962	60.940	88.063
2.01.01.02.01	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	63.962	60.940	88.063
2.01.02	Fornecedores	2.263.294	1.969.016	1.600.210
2.01.03	Obrigações Fiscais	765.282	665.145	706.506
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	765.282	665.145	706.506
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	596.074	564.352	601.139
2.01.03.01.03	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	169.208	100.793	105.367
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.112.366	1.886.563	2.803.869
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.229.290	1.742.280	2.298.405
2.01.04.02	Debêntures	883.076	144.283	505.464
2.01.05	Outras Obrigações	2.289.223	1.317.983	1.196.500
2.01.05.02	Outros	2.289.223	1.317.983	1.196.500
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	601.510	341.119	240.729
2.01.05.02.04	Encargos do consumidor	0	0	55.572
2.01.05.02.05	Contribuição de iluminação pública	83.867	79.326	46.562
2.01.05.02.06	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	286.397	272.806	151.271
2.01.05.02.07	Participação nos lucros	127.076	132.664	84.292
2.01.05.02.08	Valores a pagar da recuperação judicial	30.274	22.275	17.116
2.01.05.02.09	Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	753.702	10.077	0
2.01.05.02.10	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	0	75.999	0
2.01.05.02.11	Plano de aposentadoria e pensão	0	0	2.539
2.01.05.02.12	Outras contas a pagar	395.260	373.148	233.630
2.01.05.02.13	Instrumentos financeiros derivativos	0	0	14.915
2.01.05.02.14	Encargos setoriais CCC	0	0	349.874
2.01.05.02.15	Passivo em arrendamento	11.137	10.569	0
2.01.06	Provisões	215.811	254.775	47.236

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
2.01.06.02	Outras Provisões	215.811	254.775	47.236
2.01.06.02.04	Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	215.811	254.775	47.236
2.02	Passivo Não Circulante	23.135.595	21.602.301	12.510.741
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	14.675.612	14.921.858	8.732.311
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	10.558.285	9.362.674	4.561.426
2.02.01.02	Debêntures	4.117.327	5.559.184	4.170.885
2.02.02	Outras Obrigações	5.553.049	4.335.585	2.525.578
2.02.02.02	Outros	5.553.049	4.335.585	2.525.578
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher	234.365	235.339	97.105
2.02.02.02.04	Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	170.307	132.374	70.801
2.02.02.02.05	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	220.345	186.483	188.076
2.02.02.02.06	Valores a pagar da recuperação judicial	930.606	849.624	814.254
2.02.02.02.07	Plano de aposentadoria e pensão	150.598	139.562	43.740
2.02.02.02.08	Outras contas a pagar	249.822	387.168	129.637
2.02.02.02.10	PIS/COFINS diferidos	984.845	860.503	168.918
2.02.02.02.11	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.321.392	1.263.422	999.328
2.02.02.02.12	Encargos setoriais CCC	266.358	254.672	0
2.02.02.02.13	Passivo em arrendamento	17.716	19.344	0
2.02.02.02.14	Fornecedores	6.695	7.094	13.719
2.02.03	Tributos Diferidos	1.915.750	1.307.386	489.806
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.915.750	1.307.386	489.806
2.02.04	Provisões	991.184	1.037.472	763.046
2.02.04.02	Outras Provisões	991.184	1.037.472	763.046
2.02.04.02.04	Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	991.184	1.037.472	763.046
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	12.278.487	9.773.372	6.552.871
2.03.01	Capital Social Realizado	3.489.736	2.741.931	2.375.354
2.03.02	Reservas de Capital	86.573	529.934	60.780
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-31.734	0	0
2.03.02.07	Reservas de Capital	118.307	529.934	60.780

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
2.03.04	Reservas de Lucros	7.138.924	4.993.923	3.210.214
2.03.04.10	Reserva de Lucros	7.138.924	4.993.923	3.210.214
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-252.843	-154.911	-50.316
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.816.097	1.662.495	956.839

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	17.890.069	18.796.346	11.252.627
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-11.903.314	-13.067.195	-8.336.908
3.03	Resultado Bruto	5.986.755	5.729.151	2.915.719
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.204.328	-1.421.432	-837.586
3.04.01	Despesas com Vendas	-94.163	-272.838	-371.669
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-940.908	-557.666	-162.651
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-268.177	-356.738	-152.860
3.04.03.01	Perdas por redução ao valor recuperável	-268.177	-97.573	-152.860
3.04.03.02	Perda na desativação de bens e direito	0	-259.165	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	65.180	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-150.896	-166.671
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	33.740	-83.294	16.265
3.04.06.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	33.740	-83.294	16.265
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.782.427	4.307.719	2.078.133
3.06	Resultado Financeiro	-424.125	-627.660	-782.584
3.06.01	Receitas Financeiras	1.126.722	1.761.378	901.994
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.550.847	-2.389.038	-1.684.578
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.358.302	3.680.059	1.295.549
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-910.649	-964.427	-134.489
3.08.01	Corrente	-305.802	-200.787	-145.836
3.08.02	Diferido	-604.847	-763.640	11.347
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.447.653	2.715.632	1.161.060
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	3.447.653	2.715.632	1.161.060
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.975.089	2.415.630	917.935
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	472.564	300.002	243.125

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	3.447.653	2.715.632	1.161.060
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-48.891	-108.261	28.299
4.02.01	Ganho (perda) líquido de hedge accounting de fluxo de caixa	-3.290	-6.381	0
4.02.02	Efeitos dos planos de benefícios pós emprego	-45.601	-101.880	28.299
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	3.398.762	2.607.371	1.189.359
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.928.464	2.311.430	943.363
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	470.298	295.941	245.996

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.480.740	-651.155	1.839.009
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.143.015	4.074.869	3.013.602
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	3.447.653	2.715.632	1.161.060
6.01.01.02	Amortização e Depreciação	713.154	636.796	436.167
6.01.01.03	Amortização do direito de concessão	114.184	0	20.252
6.01.01.04	Receita de ajuste de realização futura de contratos de energia elétrica	-129.802	0	0
6.01.01.05	Encargos de dividas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	1.500.086	1.183.453	882.767
6.01.01.06	Margem de construção - Transmissão	-1.363.793	-1.910.873	0
6.01.01.07	Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	6.175	509.541	276.571
6.01.01.08	Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável do contas a receber	334.864	-97.573	152.860
6.01.01.09	Perdas com instrumentos financeiros derivativos	-352.155	-56.606	-76.488
6.01.01.10	Rendimentos de Aplicação Financeiras	-155.768	-188.425	-478
6.01.01.11	Baixa de intangível, financeiro e contratual	98.648	113.635	195.994
6.01.01.12	Resultado de Equivalência Patrimonial	-33.740	82.384	-36.517
6.01.01.13	Valores a Pagar da Parcela A e Outros Itens Financeiros	64.331	223.212	806.608
6.01.01.14	Valor justo das opções de compra - Vesting period	65.556	1.302	1.630
6.01.01.15	Atualização do Ativo Financeiro e Contratual	-1.405.722	-825.309	-198.525
6.01.01.16	Imposto de Renda e Contribuições Sociais Diferidos	604.847	763.640	-11.347
6.01.01.17	Imposto de Renda e Contribuições Sociais Correntes	305.802	200.787	145.836
6.01.01.18	Atualização e provisão pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	122.723	123.516	84.842
6.01.01.19	PIS/COFINS diferidos	199.763	535.407	0
6.01.01.20	Outros	6.209	64.350	-827.630
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	407.484	-901.316	-525.687
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-329.845	287.681	-260.675
6.01.02.02	Almoxarifado	-15.369	1.704	-2.268
6.01.02.03	Imposto e Contribuições a Recuperar	261.308	-30.718	-5.336
6.01.02.04	Imposto e Contribuições Sobre o Lucro a Recuperar	-50.953	10.467	-39.608
6.01.02.05	Serviços Pedidos	-179.435	-208.915	-60.759
6.01.02.06	Contas a Receber- Bandeiras Tarifárias	1.291	22.500	-10.006

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.02.07	Aquisição de combustível - conta CCC	18.207	39.640	7.988
6.01.02.08	Depósitos Judiciais	48.376	-56.753	19.139
6.01.02.09	Recebimento de dividendos	22.912	0	0
6.01.02.11	Fornecedores	250.879	-58.011	65.467
6.01.02.12	Impostos e Contribuições a Recolher	214.485	-185.609	-348.186
6.01.02.13	Imposto e contribuições sobre o lucro a Recolher	-57.151	-138.260	415.258
6.01.02.14	Obrigações e Encargos sobre a Folha de Pagamento	-129.125	-42.629	15.058
6.01.02.15	Processos Cíveis, Fiscais, Trabalhistas e Regulatórios Pagos	-91.427	-273.472	-141.601
6.01.02.16	Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	628.133	0	0
6.01.02.17	Encargos do Consumidor	0	-69.631	2.565
6.01.02.18	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	-75.401	-63.938	-84.469
6.01.02.19	Plano de Aposentadoria e Pensão	-34.749	-60.720	6
6.01.02.20	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-74.652	-74.652	-98.260
6.01.03	Outros	-1.069.759	-3.824.708	-648.906
6.01.03.01	Outros Créditos a Receber	-229.259	26.503	-205.582
6.01.03.02	Participação nos Lucros	-99.812	34.729	3.714
6.01.03.03	Contribuição de iluminação pública	4.541	-20.040	22.082
6.01.03.04	Juros Pagos	-606.143	-882.947	-435.138
6.01.03.05	Outras Contas a Pagar	-161.848	246.050	-26.795
6.01.03.06	Sub -Rogação CCC	0	-74.332	-590
6.01.03.07	Partes relacionadas	0	0	-6.597
6.01.03.08	Ativo contratual - Transmissão	0	-3.154.671	0
6.01.03.09	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	22.762	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.438.112	-5.769.955	-2.384.019
6.02.01	Aquisição no Ativo Intangível e Imobilizado	-6.629	-433.369	-192.925
6.02.02	Aquisições no ativo contratual - Distribuidoras	-1.657.699	-1.553.189	-1.793.812
6.02.04	Ativo financeiro da concessão - Transmissoras	0	0	-74.976
6.02.07	Aquisição no Investimento	0	72.128	-389.646
6.02.08	Aplicações financeiras	-1.190.618	-3.853.918	37.655

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.02.09	Recebimento de Dividendos	0	21.960	29.685
6.02.10	Adições de obrigações especiais	416.834	103.189	0
6.02.11	Títulos e valores mobiliários	0	-126.756	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-608.285	3.462.323	1.116.526
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	2.705.251	5.178.251	2.161.041
6.03.02	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-1.779.089	-3.245.314	-2.053.753
6.03.03	Amortização de debêntures	-786.398	-608.328	-629.186
6.03.04	Captação de debêntures	0	1.595.000	2.233.400
6.03.05	Ações em tesouraria	-31.734	0	0
6.03.06	Dividendos Pagos	-651.476	-488.370	-335.455
6.03.07	Recurso Destinado para Aumento de Capital	0	0	470
6.03.08	Valores pagos da recuperação judicial	-46.826	-31.935	-259.991
6.03.09	Aumento de capital em investidas por minoritários	0	1.004.951	0
6.03.10	Aumento de capital	1.030	58.068	0
6.03.11	Amortização do passivo de arrendamento	-19.043	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	434.343	-2.958.787	571.516
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.785.203	4.743.990	4.172.474
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.219.546	1.785.203	4.743.990

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.741.931	529.934	4.993.923	0	-154.911	8.110.877	1.662.495	9.773.372
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.741.931	529.934	4.993.923	0	-154.911	8.110.877	1.662.495	9.773.372
5.04	Transações de Capital com os Sócios	747.805	-443.361	-281.390	-548.698	0	-525.644	-316.696	-842.340
5.04.01	Aumentos de Capital	747.805	-464.994	-281.781	0	0	1.030	0	1.030
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-31.734	0	0	0	-31.734	0	-31.734
5.04.08	Opções de compra - Vesting period	0	53.088	0	0	0	53.088	0	53.088
5.04.09	Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	0	0	0	0	0	0	-4.679	-4.679
5.04.10	Opções de recompra	0	279	0	0	0	279	235	514
5.04.11	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-547.571	0	-547.571	-89.849	-637.420
5.04.12	Dividendos adicionais propostos	0	0	1.127	-1.127	0	0	-151.613	-151.613
5.04.13	Dividendos adicionais de 2019	0	0	-736	0	0	-736	-70.790	-71.526
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.975.089	-46.625	2.928.464	470.298	3.398.762
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.975.089	0	2.975.089	472.564	3.447.653
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-46.625	-46.625	-2.266	-48.891
5.05.02.06	Perdas atuariais	0	0	0	0	-43.457	-43.457	-2.144	-45.601
5.05.02.07	Perda líquida de hedge accounting de fluxo de caixa	0	0	0	0	-3.168	-3.168	-122	-3.290
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.426.391	-2.426.391	-51.307	-51.307	0	-51.307
5.06.04	Perda por recebimento desproporcional de dividendos	0	0	0	0	-51.307	-51.307	0	-51.307
5.06.05	Reserva de lucros a realizar	0	0	159.013	-159.013	0	0	0	0
5.06.06	Reserva legal	0	0	148.754	-148.754	0	0	0	0
5.06.07	Reserva para investimento e expansão	0	0	2.118.624	-2.118.624	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.489.736	86.573	7.138.924	0	-252.843	10.462.390	1.816.097	12.278.487

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2019 à 31/12/2019

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.375.354	60.780	3.210.214	0	-50.316	5.596.032	956.839	6.552.871
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.375.354	60.780	3.210.214	0	-50.316	5.596.032	956.839	6.552.871
5.04	Transações de Capital com os Sócios	366.577	-4.254	-308.662	-323.259	0	-269.598	-260.663	-530.261
5.04.01	Aumentos de Capital	366.577	0	-308.509	0	0	58.068	4.951	63.019
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-322.523	0	-322.523	-265.379	-587.902
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-889	0	0	-889	0	-889
5.04.08	Opções de compra - Vesting period	0	1.976	0	0	0	1.976	0	1.976
5.04.10	Opções de recompra	0	-6.230	0	0	0	-6.230	-235	-6.465
5.04.11	Dividendos adicionais propostos	0	0	736	-736	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.415.630	-104.595	2.311.035	295.660	2.606.695
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.415.630	0	2.415.630	300.002	2.715.632
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-104.595	-104.595	-4.342	-108.937
5.05.02.06	Ganhos (perdas) atuariais	0	0	0	0	-98.296	-98.296	-3.584	-101.880
5.05.02.07	Ganho (perda) líquido de hedge accounting de fluxo de caixa	0	0	0	0	-5.904	-5.904	-477	-6.381
5.05.02.08	Exercício de opções de ações	0	0	0	0	-395	-395	-281	-676
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	473.408	2.092.371	-2.092.371	0	473.408	670.659	1.144.067
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	0	0	1.000.000	1.000.000
5.06.05	Reserva legal	0	0	120.781	-120.781	0	0	0	0
5.06.06	Reserva de lucros a realizar	0	0	1.004.755	-1.004.755	0	0	0	0
5.06.07	Reserva para investimento e expansão	0	0	966.835	-966.835	0	0	0	0
5.06.08	Aquisição de participação de não controladores sem mudança no controle	0	473.408	0	0	0	473.408	-329.341	144.067
5.07	Saldos Finais	2.741.931	529.934	4.993.923	0	-154.911	8.110.877	1.662.495	9.773.372

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2018 à 31/12/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.227.021	59.150	2.524.802	0	-24.888	4.786.085	962.019	5.748.104
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.227.021	59.150	2.524.802	0	-24.888	4.786.085	962.019	5.748.104
5.04	Transações de Capital com os Sócios	148.333	1.630	-150.809	-191.484	0	-192.330	-256.171	-448.501
5.04.01	Aumentos de Capital	148.333	0	-147.863	0	0	470	0	470
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.630	0	0	0	1.630	0	1.630
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-190.595	0	-190.595	-49.629	-240.224
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	889	-889	0	0	0	0
5.04.08	Dividendos adicionais de 2017	0	0	-3.835	0	0	-3.835	-68.001	-71.836
5.04.09	Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	0	0	0	0	0	0	-138.541	-138.541
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	109.770	917.935	-25.428	1.002.277	250.991	1.253.268
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	917.935	0	917.935	243.125	1.161.060
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	109.770	0	-25.428	84.342	7.866	92.208
5.05.02.06	Adoção inicial do CPC 48 / IFRS 9 e CPC 47 / IFRS 15	0	0	109.770	0	0	109.770	10.737	120.507
5.05.02.07	Ganhos (perdas) atuariais	0	0	0	0	-25.428	-25.428	-2.871	-28.299
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	726.451	-726.451	0	0	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	45.896	-45.896	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de lucros a realizar	0	0	109.659	-109.659	0	0	0	0
5.06.06	Reserva estatutária de reforço de capital de giro	0	0	570.896	-570.896	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.375.354	60.780	3.210.214	0	-50.316	5.596.032	956.839	6.552.871

Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	23.173.097	24.640.639	15.075.746
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	23.430.184	25.014.545	15.442.123
7.01.02	Outras Receitas	-257.087	-373.906	-366.377
7.01.02.02	Provisão (reversão) de processos cíveis, fiscais e trabalhistas	0	133.728	-46.846
7.01.02.03	Outras despesas (receitas) operacionais	0	-48.724	-119.658
7.01.02.04	Outras despesas / receitas não recorrentes	0	-361.337	-47.013
7.01.02.05	Outras receitas	11.090	0	0
7.01.02.06	Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	-268.177	-97.573	-152.860
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.520.783	-12.948.619	-7.957.592
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-10.401.492	-12.007.294	-7.357.934
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.019.945	-826.770	-494.666
7.02.04	Outros	-99.346	-114.555	-104.992
7.02.04.01	Subvenção - CCC	-123.759	-114.555	-104.992
7.02.04.02	Reversão de Impairment do Ativo	162.791	0	0
7.02.04.03	Outras despesas	-138.378	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	11.652.314	11.692.020	7.118.154
7.04	Retenções	-713.154	-630.384	-436.167
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-713.154	-630.384	-436.167
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.939.160	11.061.636	6.681.987
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.083.619	1.720.122	918.259
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	33.740	-83.294	36.517
7.06.02	Receitas Financeiras	1.164.063	1.803.416	901.994
7.06.03	Outros	-114.184	0	-20.252
7.06.03.01	Amortização do direito de concessão	-114.184	0	-20.252
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	12.022.779	12.781.758	7.600.246
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	12.022.779	12.781.758	7.600.246
7.08.01	Pessoal	518.587	501.211	486.499
7.08.01.01	Remuneração Direta	347.549	463.674	306.510
7.08.01.02	Benefícios	125.557	137.583	117.427

Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.01.03	F.G.T.S.	45.406	93.761	43.107
7.08.01.04	Outros	75	-193.807	19.455
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.493.245	7.156.100	4.237.221
7.08.02.01	Federais	3.218.893	3.823.615	1.922.749
7.08.02.02	Estaduais	3.261.977	3.321.216	2.303.789
7.08.02.03	Municipais	12.375	11.269	10.683
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.563.294	2.408.815	1.715.466
7.08.03.01	Juros	1.310.469	1.026.321	935.251
7.08.03.02	Aluguéis	12.447	19.777	30.888
7.08.03.03	Outras	240.378	1.362.717	749.327
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.447.653	2.715.632	1.161.060
7.08.04.02	Dividendos	791.432	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.183.657	2.415.630	917.935
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	472.564	300.002	243.125

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

A Administração da EQUATORIAL ENERGIA S.A., em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. As informações não financeiras da Companhia e de suas controladas, as relacionadas ao programa "Luz para Todos" (PLPT), o Balanço Social, Combate a Perdas, Relatório de Ações Sociais, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e de suas controladas não foram revisadas pelos auditores independentes.

01. Perfil da companhia

Visão geral

A Equatorial Energia S.A. é uma *holding* com atuação no setor elétrico.

No segmento de distribuição, a Equatorial Energia controla as distribuidoras dos Estados do Maranhão, Pará, Piauí e Alagoas.

No segmento de Transmissão, em outubro de 2016 e abril de 2017, a Equatorial Energia participou de 2 leilões de novos projetos realizados pela ANEEL, através dos quais adquiriu as concessões de 08 lotes de linhas de transmissão, totalizando R$ 958 milhões em RAP (Receita Anual Permitida), a valores de dezembro de 2020 Adicionalmente, a Equatorial Energia adquiriu 100% da INTESA, linha de transmissão operacional nos Estados do Tocantins e Goiás. Destes lotes, todas as SPES já estão em operação exceto, SPE 3 e SPE 6.

No segmento de geração, a Equatorial Energia detém 25% de participação na GERAMAR, sociedade responsável pela operação de 2 usinas termoelétricas localizadas no Maranhão, com capacidade instalada conjunta de 330MW, e em operação comercial desde 2010.

No segmento de prestação de serviços, a Equatorial Energia detém 100% da 55 Soluções, que por sua vez detém 51% da Sol Energias, empresa comercializadora de energia elétrica.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

02. Destaques de 2020

- Em 2020, o **EBITDA consolidado recorrente** somou R$4.764 bilhões, crescimento de 17% em relação ao valor apresentado em 2019. Os fatores que são considerados no EBITDA ajustado estão descritos nos Comentários de Desempenho.
- O **volume total de energia** (mercados cativo e livre) faturada Consolidado teve alta de 3,8% em relação ao exercício de 2019.
- Conforme Fatos Relevantes divulgados em 4 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou Programa de Recompra de Ações com o objetivo de maximizar a geração de valor para seus acionistas, por meio da aquisição para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução de capital social. A operação foi aprovada limitada a quantidade de 50.110.056 ações, o equivalente a 5,0% das ações em circulação, com duração máxima de 18 meses. Até 31 de dezembro de 2020, 1.370.000 ações haviam sido adquiridas no âmbito do programa.
- Na **Equatorial Alagoas**, as **perdas de energia** dos últimos 12 meses encerrados em 2020 representaram 23,6% ou uma queda de 6,6 p.p em relação a 2019. Na Equatorial Piauí, as perdas totais encerraram o ano em 21,5%, queda de 2,8 p.p em relação ao fechamento do ano anterior. O **Maranhão e Pará** registraram respectivamente perdas anuais de 18,5% e 30,8%, que representaram aumentos de 0,5 p. p e 0,7 p.p entre os exercícios.
- Na **Equatorial Pará**, os indicadores de qualidade **DEC e FEC** encerraram o 4T20 em **20,2 horas e 10,8 vezes**. Na **Equatorial Maranhão**, os índices DEC e FEC encerraram o período em **13,4 horas e 5,9 vezes**. Na **Equatorial Piauí**, os mesmos índices encerraram o 4T20 em **27,6 horas e 12,8 vezes**, já a **Equatorial Alagoas** encerrou o 4T20 em **19,3 horas e 9,6 vezes**. Todas as distribuidoras apresentaram melhoria nos indicadores citados, tanto em relação ao 3T20 quanto ao 4T19, com destaque para o FEC na qual todas encerraram abaixo do regulatório.

- Ao longo de 2020, entraram em operação total: a SPE02 em 22/01, SPE01 em 01/05, em 15/10 entraram os 87% restantes da SPE 8, a SPE4 entrou em operação em dia 05/11, a SPE7 em 15/12, finalizando com a SPE5 em 23/12

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

03. Mensagem do Presidente

O exercício de 2020 foi um ano que marcou mais um passo importante do crescimento do Grupo Equatorial Energia, especialmente nos segmentos de transmissão e distribuição.

No segmento de transmissão, a companhia encerrou o ano com 75% da RAP operacional, incluindo TLR (Termo de Liberação de Receita), o que representa ao redor de R$ 722 milhões em receitas.

Na distribuição de energia, em 2020 tivemos diversos desafios por conta da pandemia, mas conseguimos encerrar com crescimento de 3,8% sobre a energia vendida. Nas novas distribuidoras, tivemos a aprovação da Revisão Tarifaria Extraordinária em Alagoas no mês de maio e no Piauí em dezembro, uma importante etapa no processo de criação de valor desses ativos.

Desde o início dos projetos da Equatorial Transmissão, em 2017, de forma acumulada, já foram investidos aproximadamente R$ 5 bilhões. A redução dos investimentos em comparação ao mesmo período do ano anterior demostra que já estamos em fase final de implementação dos projetos de transmissão e, de maneira geral, com significativa antecedência em relação aos prazos regulatórios de execução dos projetos. Quanto ao segmento de distribuição, houve aceleração dos investimentos em praticamente todas as distribuidoras, a despeito pandemia de Covid-19, totalizando R$ 1,8 bilhão, considerando o uso de recursos próprios e o investimento pelo Programa Luz Para Todos. Todo esse volume de investimentos visa expansão e manutenção das redes, melhoria na qualidade do fornecimento, universalização do acesso à rede elétrica e a interligação de sistemas isolados no Pará.

Esse elevado nível de investimentos permitiu que Equatorial Maranhão e Equatorial Pará mantivessem seus indicadores de qualidade (DEC e FEC) substancialmente melhores do que suas metas regulatórias, atingindo 13,4 horas e 5,9 vezes no Maranhão, e 20,2 horas e 10,8 vezes no Pará. Importante destacar que, no Ranking da ANEEL de Continuidade do Serviço, que mede a qualidade do fornecimento de energia em relação aos limites regulatórios, a Equatorial Pará foi a 2ª melhor empresa do país no ano de 2020 enquanto Maranhão ocupou a 8ª colocação, entre as concessionárias com mais de 400 mil consumidores.

Do ponto de vista financeiro, seguimos demonstrando estabilidade em nossos resultados, assim como segurança do ponto de vista de liquidez, encerrando o ano com R$ 7,7 bilhões de caixa consolidado.

É com muito orgulho que nossas distribuidoras – Equatorial Maranhão e Equatorial Pará – asseguraram posição entre as 100 melhores empresas para se trabalhar do Brasil do *ranking Great Place to Work* – Melhores Empresas para Trabalhar, demonstrando a valorização e dedicação que temos à nossa gente.

Agradecemos a todos os nossos colaboradores, acionistas, fornecedores e parceiros pelo apoio e confiança ao longo desses anos.

Augusto Miranda da Paz Junior

Diretor-Presidente

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

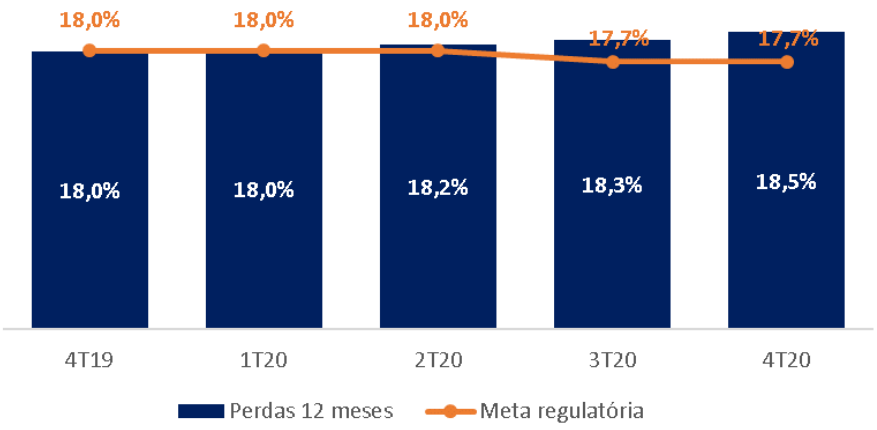
04. Gestão dos negócios

4.1 Combate às perdas

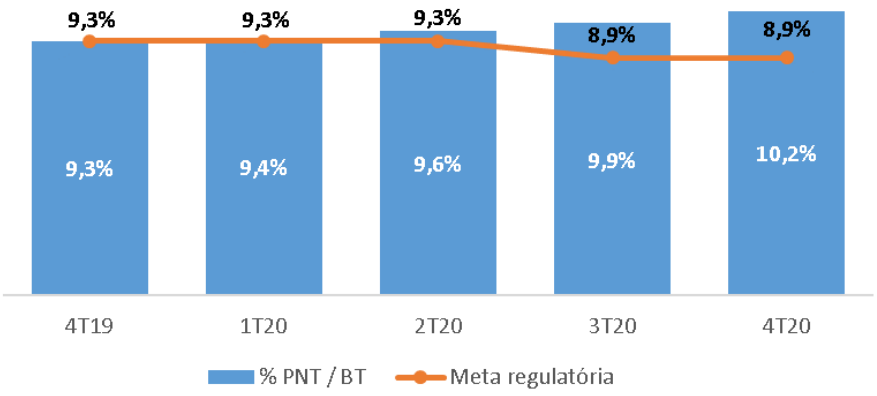
Equatorial Maranhão

Em 2020, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Maranhão alcançou o patamar de 8.166 GWh, aumento de 4,1% em relação a 2019, e o faturamento atingiu 6.653 GWh, o que representou incremento de 3,4% também em relação a 2019. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2020 totalizaram 1.512 GWh, equivalente a 18,5% da energia requerida, implicando em aumento de 0,5 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2019.

Perdas totais sobre energia requerida (últimos 12 meses)



Perdas não-técnicas sobre mercado de baixa tensão (últimos 12 meses)



O ano de 2020 foi marcado por grandes desafios proporcionados pela COVID-19, que impactou as operações de combate às perdas entre os meses de março e julho de 2020. A limitação das atividades de campo nesse período gerou uma importante redução no número de ações projetadas, frustrando os resultados do plano de combate às perdas, contribuindo decisivamente para o aumento do referido índice.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A redução expressiva de consumo em classes com menor histórico de fraudes, como comercial e poder público, também em face à pandemia de COVID-19, e a revisão regulatória do tempo estimado de uso da iluminação pública pela ANEEL em agosto de 2020, são outros fatores que também impactaram no resultado da companhia.

Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2020:

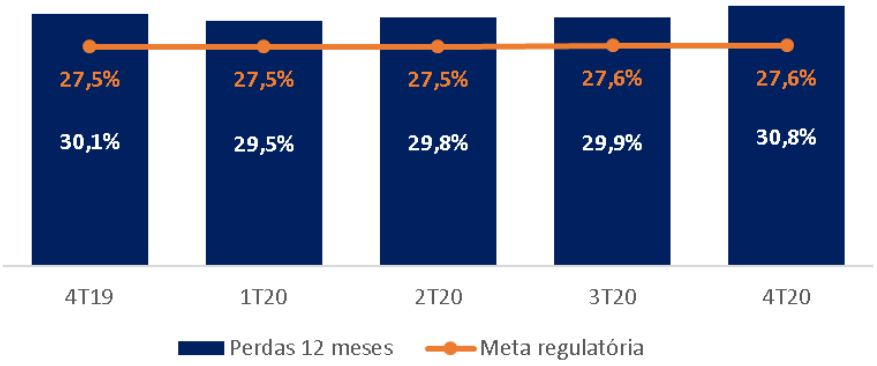
- Regularização de 1,3 mil clientes em área de gambiarra sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 3,4 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Instalação do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 7 mil clientes de baixa tensão. Hoje a Equatorial Maranhão possui 11,8 mil clientes de baixa tensão com SMC;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 64 municípios;
- Inspeção de 161,2 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 7,9 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 2,3 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 35,3 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Instalação de 787 medições fiscais em transformadores de distribuição. Hoje a Equatorial Maranhão possui 11,5 mil transformadores monitorados, que correspondem a 51% do seu mercado de baixa tensão.

Equatorial Pará

Em 2020, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Pará alcançou o patamar de 12.787 GWh, aumento de 3,8% em relação a 2019, e o faturamento atingiu 8.850 GWh, o que representou aumento de 2,7% em relação a 2019. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2020 totalizaram 3.937 GWh, equivalente a 30,8% da energia requerida, implicando em aumento de 0,7 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2019.

Perdas totais sobre energia requerida

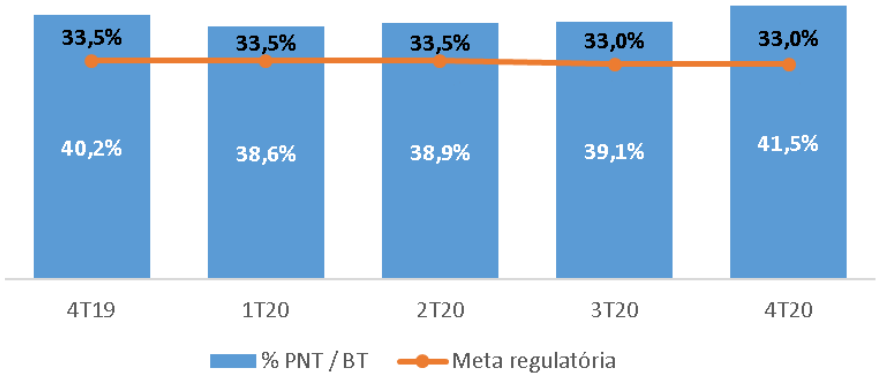
(últimos 12 meses)



Perdas não-técnicas sobre mercado de baixa tensão

(últimos 12 meses)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



O ano de 2020 foi marcado por grandes desafios proporcionados pela COVID-19, que impactou as operações de combate às perdas entre os meses de março e julho de 2020. A limitação das atividades de campo nesse período gerou uma importante redução no número de ações projetadas, frustrando os resultados do plano de combate às perdas, contribuindo decisivamente para o aumento do referido índice.

A redução expressiva de consumo em classes com menor histórico de fraudes, como comercial e poder público, também em face à pandemia do COVID-19, e a revisão regulatória do tempo estimado de uso da iluminação pública pela ANEEL em agosto de 2020, são outros fatores que também impactaram no resultado da companhia.

Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2020:

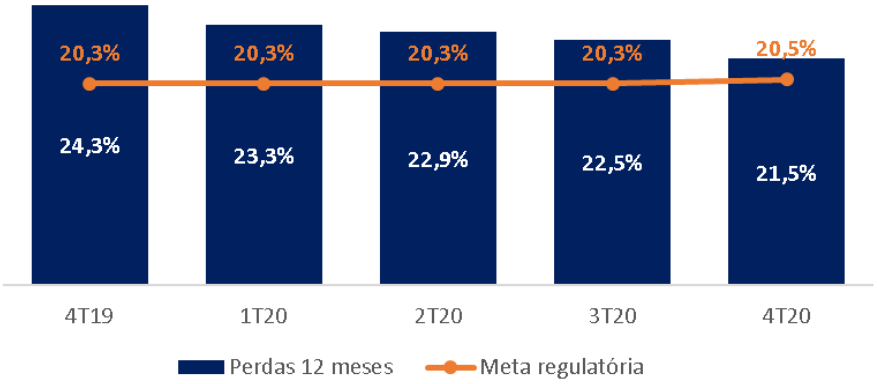
- Regularização de 2,7 mil clientes em área de gambiarra sendo necessária a realização de extensões de rede de média e baixa tensão;
- Inspeção de 3,0 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Instalação do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 51,5 mil clientes de baixa tensão. Hoje a Equatorial Pará possui 332 mil clientes de baixa tensão com SMC;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 43 municípios;
- Inspeção de 341,9 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 20,4 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 1,3 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 72,7 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Instalação de 3,1 medições fiscais em transformadores de distribuição. Hoje a Equatorial Pará possui 18,8 mil transformadores monitorados, que correspondem a 49% do mercado de baixa tensão.

Equatorial Piauí

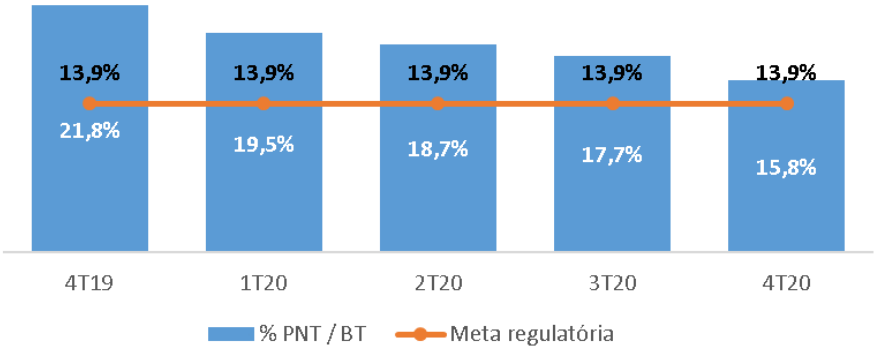
Em 2020, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Piauí alcançou o patamar de 4.893 GWh, queda de 2,3% em relação a 2019, e o faturamento atingiu 3.839 GWh, o que representou aumento de 1,3% em relação a 2019. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2020 totalizaram 1.054 GWh, equivalente a 21,5% da energia requerida, implicando em redução de 2,8 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2019.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Perdas totais sobre energia requerida
(últimos 12 meses)



Perdas não-técnicas sobre mercado de baixa tensão
(últimos 12 meses)



O ano de 2020 foi marcado por grandes desafios proporcionados pela COVID-19, que impactou as operações de combate às perdas entre os meses de março e julho de 2020. Apesar da limitação das operações de campo nesse período, o plano de combate às perdas gerou significava redução do índice.

Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2020:

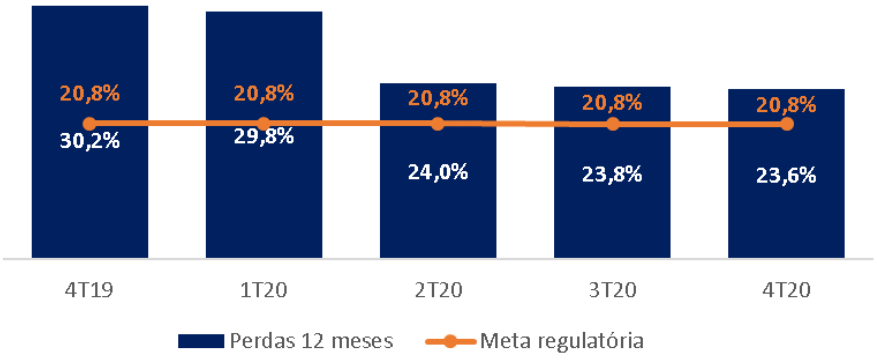
- Regularização de 2,1 mil clientes em área de gambiarra sendo necessária a realização de extensões de rede de média e baixa tensão;
- Inspeção de 2,3 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 121 municípios;
- Inspeção de 126,3 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 4,0 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 516 clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 39,7 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Instalação de 4,1 medições fiscais em transformadores de distribuição. Hoje a Equatorial Piauí possui 5,2 mil transformadores monitorados, que correspondem a 36% do mercado de baixa tensão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

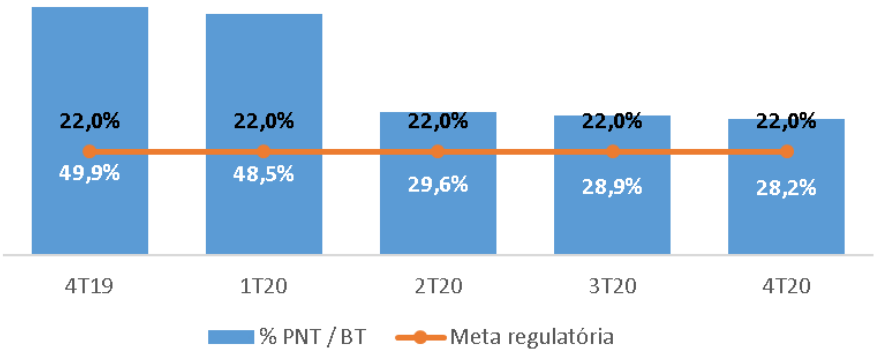
Equatorial Alagoas

Em 2020, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Alagoas alcançou o patamar de 5.045 GWh, aumento de 0,3% em relação a 2019, e o faturamento atingiu 3.855 GWh, o que representou aumento de 9,8% em relação a 2019. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2020 totalizaram 1.190 GWh, equivalente a 23,6% da energia requerida, implicando em redução de 6,6 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2019.

Perdas totais sobre energia requerida
(últimos 12 meses)



Perdas não-técnicas sobre mercado de baixa tensão
(últimos 12 meses)



O ano de 2020 foi marcado por grandes desafios proporcionados pela COVID-19, que impactou as operações de combate às perdas entre os meses de março e julho de 2020. Apesar da limitação das operações de campo nesse período, o plano de combate às perdas gerou significava redução do índice.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2020:

- Regularização de 422 clientes em área de gambiarra sendo necessária a realização de extensões de rede de média e baixa tensão;
- Inspeção de 3,9 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 18 municípios;
- Inspeção de 138,9 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 15,4 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 68 clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 45,1 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Substituição de 30 mil medidores de um modelo que apresentou problemas;
- Instalação de 5,7 medições fiscais em transformadores de distribuição, que correspondem a 42,5% do mercado de baixa tensão.

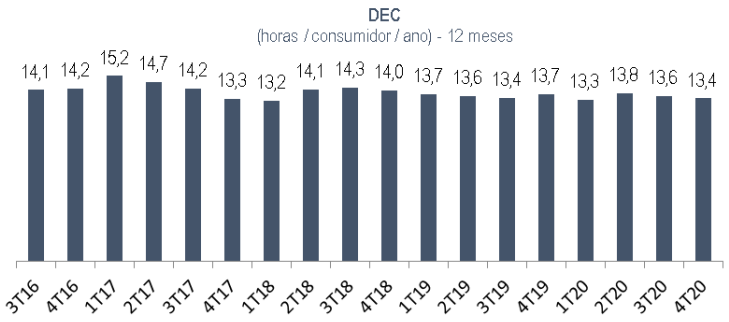
DEC e FEC

4.2 Qualidade

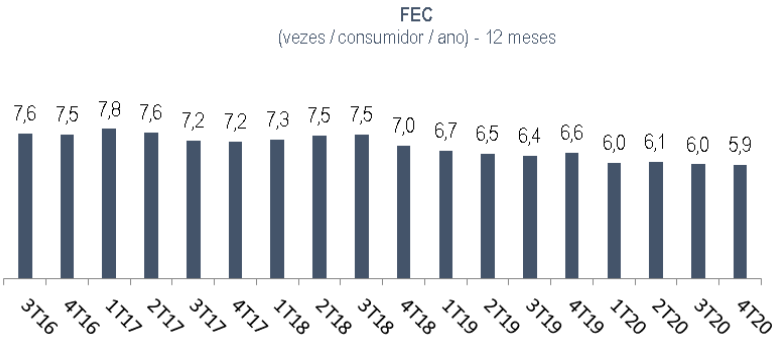
Equatorial Maranhão

DEC e FEC

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou uma redução de 2,62% em relação ao exercício anterior, o FEC apresentou uma redução de 9,76% em relação ao exercício anterior. O grande diferencial foi a implementação do novo modelo de gestão que imprimiu um novo ritmo de trabalho baseado em resultados, estabelecendo metas e desafios, o que motivou os colaboradores de todas as áreas da empresa.



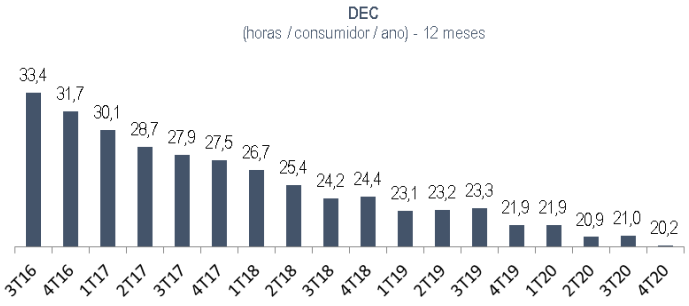
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

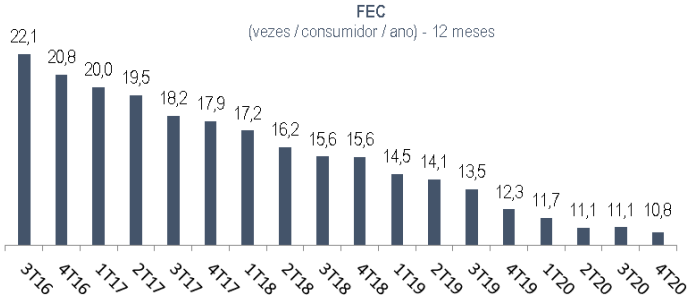


Equatorial Pará

DEC e FEC

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou uma redução de 7,86% em relação ao exercício anterior, o FEC apresentou uma redução de 11,75% em relação ao exercício anterior. O grande diferencial foi a implementação do novo modelo de gestão que imprimiu um novo ritmo de trabalho baseado em resultados, estabelecendo metas e desafios, o que motivou os colaboradores de todas as áreas da empresa.

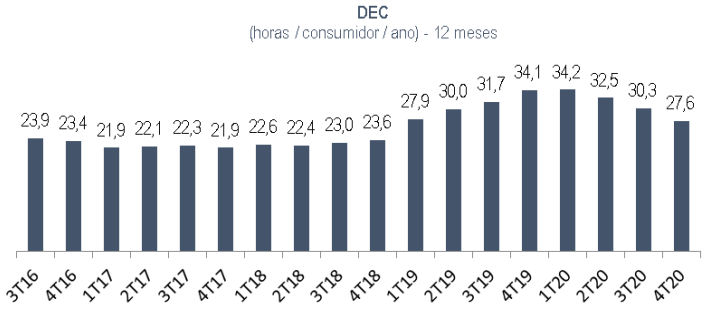


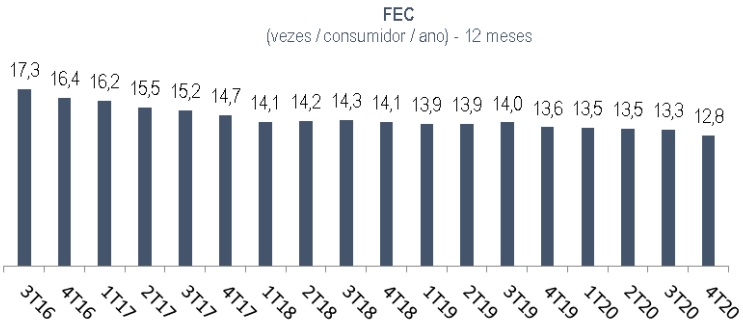


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Equatorial Piauí

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou uma redução de 19,24% em relação ao exercício anterior, o FEC apresentou uma redução de 5,75% em relação ao exercício anterior. O grande diferencial foi a implementação do novo modelo de gestão que imprimiu um novo ritmo de trabalho baseado em resultados, estabelecendo metas e desafios, o que motivou os colaboradores de todas as áreas da empresa.



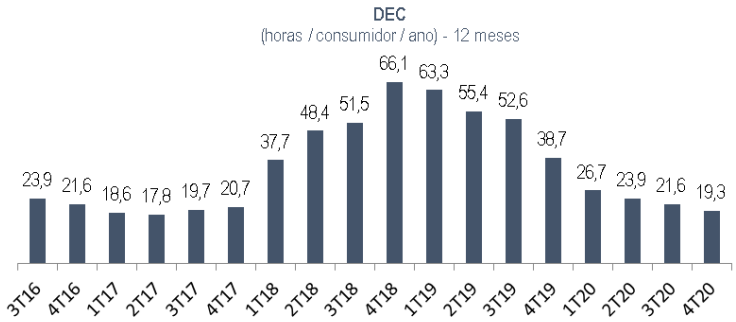


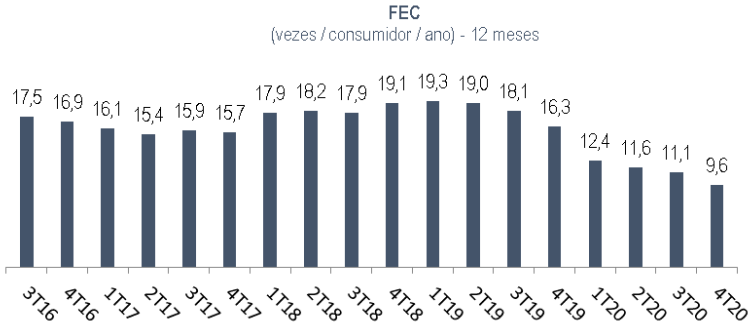
Equatorial Alagoas

DEC e FEC

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou uma redução de 50,22% em relação ao exercício anterior, o FEC apresentou uma redução de 41,52% em relação ao exercício anterior. O grande diferencial foi a implementação do novo modelo de gestão que imprimiu um novo ritmo de trabalho baseado em resultados, estabelecendo metas e desafios, o que motivou os colaboradores de todas as áreas da empresa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho





05. Assuntos regulatórios

Reajuste Tarifário Anual 2020– Equatorial Maranhão

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) através da Resolução Homologatória nº 2.785 /2020 a ANEEL homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2020 da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Maranhão”) para o período de 25 de agosto de 2020 a 24 de agosto de 2021, sendo reajustadas as tarifas em -0,01% (zero vírgula zero um por cento negativo), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores do Estado do Maranhão.

Reajuste Tarifário Anual 2020 – Equatorial Pará

Em 25 de agosto de 2020, por meio da Resolução Homologatória nº 2.750/2020 a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) homologou as tarifas da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Pará”) sendo em média, reajustadas em 2,68% (dois vírgula sessenta e oito por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora para o período de 7 de agosto de 2020 a 6 de agosto de 2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Reajuste Tarifário Anual 2020 – Equatorial Piauí

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em Reunião de Diretoria pública extraordinária ocorrida em 24 de novembro de 2020, aprovou o resultado definitivo da Revisão Tarifária Extraordinária ("RTE") da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Piauí"), considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor neste processo tarifário será de 3,48%, sendo a aplicação da nova tarifa da Equatorial Piauí, deverá ocorrer para o período de 2 de dezembro de 2020 a 01 de dezembro de 2021.

Reajuste Tarifário Anual 2020 – Equatorial Alagoas

Em 28 de abril de 2020, por meio da Resolução Homologatória nº 2.684/2020 a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") homologou as tarifas da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Alagoas") sendo em média, reajustadas em 9,85% (nove vírgula oitenta e cinco por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora para o período de 3 de maio de 2020 a 2 de maio de 2021.

Em virtude do atual cenário de pandemia da Covid-19, e, conforme solicitação da empresa, a ANEEL suspendeu a aplicação da revisão, com isso as novas tarifas entraram em vigor somente a partir do dia 1º/7/2020

06. Relatório de ações sociais

Equatorial Maranhão

Energia é um serviço essencial para as pessoas, este fato e inegável, o diferencial está em como esse serviço é oferecido. Além de primar pela qualidade deste produto, a Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia oferece informação, desenvolvimento e cidadania por meio de suas ações e projetos e com pessoas engajadas. Desde o leiturista até o presidente, todos temos um compromisso com o desenvolvimento do nosso Estado.

Nossos colaboradores estão empenhados em identificar o que é importante para a comunidade/sociedade e trabalha para levar mais do que o esperado. Vamos além de entregar energia elétrica com qualidade. Nossas ações refletem a estratégia de responsabilidade social empresarial da Equatorial Maranhão. O nosso compromisso é com a qualidade de vida das pessoas, contribuindo com uma transformação estrutural do Maranhão e primando pela nossa missão que é distribuir energia com qualidade para assegurar o desenvolvimento do Maranhão.

Em 2020 executamos:

12 projetos esportivos por meio por meio da **Lei de Incentivo Estadual ao Esporte**

5 projetos culturais por meio da **Lei de Incentivo Estadual à Cultura**

55,82% de colaboradores cadastrados no **Programa E+ Energia Voluntária**

1.762 geladeiras distribuídas no **E+ Geladeira Nova**

96.561 mil lâmpadas trocadas no **E+ Comunidade**

157.000 novas famílias cadastradas na **tarifa social baixa renda**

727,40 toneladas de resíduos no **E+Reciclagem**

1486 novos clientes cadastrados no **E+Reciclagem**.

Totalizando aproximadamente 1 milhão de pessoas alcançadas pelos projetos da Equatorial Maranhão

Entre os programas sociais em que a Equatorial Maranhão está envolvida, destacam-se:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE E À CULTURA

Desde 2012 a Equatorial Maranhão patrocina projetos por meio das Leis de Incentivo à Cultura e ao Esporte. Inicialmente esse era um processo mais reativo, éramos procurados pelos proponentes e firmava-se um compromisso. A partir de 2014 iniciamos a política de editais e passamos a receber um número maior de projetos e assim, conhecer uma gama de projetos que antes não chegavam ao nosso conhecimento. Gradualmente esse número aumenta. Entretanto em 2020, por causa da pandemia que assolou o mundo optamos por não realizar o edital porque não tínhamos ambiência para realizá-lo.

Ainda assim, conseguimos executar 17 projetos, sendo 12 esportivos e 5 culturais. Destacamos entre os projetos esportivos o apoio ao Campeonato Maranhense de Futebol e à ao Ações Esportivas do Jaracaty que oferece aulas de judô e tênis de mesa para mais de 120 crianças e adolescentes. Compreendemos que precisamos apoiar o esporte que é a paixão do brasileiro, pois no nosso Estado, os clubes ainda são muito dependentes dos recursos públicos para que possam se manter competitivos, bem como ter um olhar mais atento para o esporte paraolímpico com o apoio Centro Desportivo Maranhense para Cegos que oferece futebol de 5 para cegos.

E+ ENERGIA VOLUNTÁRIA

Por causa da pandemia as ações do programa de voluntariado foram suspensas.

Equatorial Pará

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (“OMS”), relacionada ao novo Coronavírus (“COVID-19”) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a empresa informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando a minimização de eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança do colaboradores, familiares, parceiros e comunidades

Mesmo com as dificuldades impostas pela pandemia, no ano de 2020 a Equatorial Pará continuou com as várias ações nas comunidades do Estado, desenvolvendo e melhorando projetos, como: Cadastro de consumidores na tarifa social (baixa renda), palestras educativas nas comunidades, mutirões e feiras em parceria com as mais diversas instituições do Estado, realizando acordos de parcelamento, trocas de titularidade dentre outros.

A Equatorial tem projetos sociais que buscam proporcionar benefícios para a comunidade, dos quais, destacam-se:

Arrecadação de recursos para organizações sociais.

A fatura de energia é utilizada como meio de aumentar a receita de entidades de Assistência Social, como UNICEF, Federação das APAES e outras com o mesmo fim. Destaque para parcerias com o Remo e Paysandu, onde passamos a fomentar o esporte localmente. Ao optar por essa contribuição, o cliente poderá fazer sua doação por meio da fatura de energia. Os recursos arrecadados são aplicados em ações para melhorar as condições de vida de crianças e adolescentes de todo o Estado. O valor total recolhido e repassado para as instituições conveniadas R$ 14.881.508,04

E+ Comunidade

Para estar cada vez mais próxima de seus clientes, a Equatorial Pará promove projetos como este, que permitem estreitar o relacionamento e criar condições para melhor atendê-los. Pelo projeto, a empresa também fomenta o diálogo sustentável com a comunidade, tendo como objetivo principal formar uma consciência sobre o uso seguro e sustentável da energia elétrica, de modo a estimular hábitos mais econômicos e eficientes desse serviço essencial. Por meio do Energia na Comunidade, a equipe da empresa realiza atendimento, levando às comunidades serviços como: segunda via de conta, negociação de débito, troca de titularidade e cadastro na tarifa social de energia elétrica, por meio de um contato personalizado e aproximativo. Mais de 60.000 ações realizadas em todo o Pará

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

com mais de 26.891 mil clientes impactados, com palestras sobre tarifa social, consumo consciente e segurança com a energia, além da troca de lâmpadas e atendimentos sobre diversos assuntos.

Construção e Reforma de Instituições Sociais

No intuito de reconhecer e fortalecer os projetos sociais do nosso estado, a Equatorial Pará investiu R$2milhões, nos projetos: Fabiano de Cristo, APAE – Marabá , Associação Caminhos De Emaús – Conceição Do Araguaia, Museu Emilio Goeldi.

E+ Profissional

Com a parceria do Instituto Mix e Embelleze a Equatorial Pará levou para esses municípios os cursos de Barbeiro, designer de sobrancelha, Eletricista, Leitura, Padeiro e Pedreiro. Foram 20 turmas, capacitando 345 pessoas durante 2020.

E+ Energia Voluntária

É cada vez mais importante tomar ciência da necessidade de ações sociais em todas as esferas. Com base nesse pensamento, a Eqtl PA possui uma de suas equipes de melhor desempenho. Estamos falando do programa de voluntariado da empresa, o E+ Energia Voluntaria Por meio do Programa, os colaboradores participam de atividades voluntárias em comunidades e instituições com fins beneficentes.

E+ Cultura

Em 2020, a Equatorial Pará buscou alternativas de continuar incentivando e valorizando a cultura do Pará, através da Lei de Incentivo Estadual, a Semear. Ao longo do ano aprovou 10 projetos culturais, destaques para Arraial da Pavulagem, Tapajazz, Amazônia Doc.

Eficiência Energética

E+ Reciclagem

E+ Reciclagem é um projeto socioambiental que troca os resíduos recicláveis por desconto na conta de energia com destinação adequada dos resíduos à indústria de reciclagem. Alguns dos resultados:

- 10 postos de coletas implantados, além do posto móvel

- Cerca de 2.250 toneladas de resíduos coletados.

- Mais de 18 MIL MWh de energia economizada.

- Mais de 117 Mil Bônus trocados

- Mais de 115 MIL clientes cadastrados.

E+ Geladeira Nova

Programa para contribuir na economia de energia dos consumidores.

Alguns dos resultados:

+ 1. 965 geladeiras

+ 90.337 lâmpadas Led

Equatorial Piauí

A Equatorial Piauí se destacou pelas várias ações de Eficiência Energética.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Programa Tarifa Social de Energia Elétrica: Por meio do Programa Tarifa Social de Energia Elétrica, também conhecido como Baixa Renda, famílias de baixa renda, recebem da empresa descontos na conta de luz. São elegíveis para o programa, famílias com renda de até meio salário mínimo por pessoa, inscritas no Cadastro Único, bem como famílias com integrantes que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outras situações previstas em regulamento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O benefício é valido para unidades consumidoras, exclusivamente residenciais, monofásicas, bifásicas ou trifásicas. Cada Código Familiar, atendendo os requisitos exigidos, tem direito ao benefício da Tarifa Social em apenas uma unidade consumidora, na área de concessão da Equatorial Alagoas. Os descontos são aplicados de forma cumulativa sobre cada parcela do consumo mensal de energia, por meio de descontos incidentes sobre a tarifa aplicável à classe residencial das distribuidoras de energia elétrica.

De modo a incentivar a adimplência de seus clientes, a Equatorial Piauí realizou campanhas, parcerias e ações de aproximação com a sociedade. Buscando uma maior proximidade com a comunidade, a empresa realizou ações de atendimento in loco para a realização de cadastro da tarifa social.

LEI DE INCENTIVO À CULTURA

Em 2020, por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, a Equatorial Piauí investiu mais de R$ 6 milhões no patrocínio de 71 projetos selecionados pelo Sistema Estadual de Incentivo à Cultura (SIEC), dos mais variados segmentos: música, teatro, dança, humor, cinema, literatura, artes plásticas, gastronomia, pesquisa e documentação, patrimônio histórico, artístico e ambiental. A escolha dos proponentes patrocinados foi definida a partir da perspectiva de criação de uma agenda positiva de contribuição aos artistas e entretenimento no contexto de pandemia, contemplando projetos de norte a sul do Piauí.

E+ ENERGIA DO BEM

Em janeiro de 2020, a Equatorial Piauí lançou o projeto E+ Energia do Bem, que contemplou, inicialmente, nove instituições sociais. Busca reforçar o compromisso social da Distribuidora a partir da aplicação e execução de ações de eficiência energética, que melhorem a qualidade dos serviços que estas instituições oferecem e mude positivamente o consumo de energia delas. O investimento global para todas as instituições foi de mais de R$ 5 milhões de reais.

As instituições que foram selecionadas e participarão do projeto são:

Abrigo São Lucas (idosos); APIPA – Associação Piauiense de Amor e Proteção aos Animais; LBV PI – Legião da Boa Vontade; Lar de Maria – Rede Feminina Estadual de Combate ao Câncer do Piauí; Lar da Esperança (atendimento a portadores de HIV); MANAIN – Associação Casa de Repouso para Idosos; Hospital Universitário de Teresina HU-UFPI; Maternidade Dona Evangelina Rosa e em Campo Maior a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Equatorial Alagoas

A Equatorial Alagoas se destacou pelas várias ações de Eficiência Energética.

Programa Tarifa Social de Energia Elétrica: Por meio do Programa Tarifa Social de Energia Elétrica, também conhecido como Baixa Renda, famílias de baixa renda, recebem da empresa descontos na conta de luz. São elegíveis para o programa, famílias com renda de até meio salário mínimo por pessoa, inscritas no Cadastro Único, bem como famílias com integrantes que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outras situações previstas em regulamento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O benefício é valido para unidades consumidoras, exclusivamente residenciais, monofásicas, bifásicas ou trifásicas. Cada Código Familiar, atendendo os requisitos exigidos, tem direito ao benefício da Tarifa Social em apenas uma unidade consumidora, na área de concessão da Equatorial Alagoas. Os descontos são aplicados de forma cumulativa sobre cada parcela do consumo mensal de energia, por meio de descontos incidentes sobre a tarifa aplicável à classe residencial das distribuidoras de energia elétrica.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

De modo a incentivar a adimplência de seus clientes, a Equatorial Alagoas realizou campanhas, parcerias e ações de aproximação com a sociedade. Buscando uma maior proximidade com a comunidade, a empresa realizou ações de atendimento in loco para a realização de cadastro da tarifa social.

Convênio de Doação na fatura: A Equatorial Alagoas possui Convênios de doação voluntária na fatura de energia, com a Pastoral da Criança, Legião da Boa Vontade (LBV) e Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Dessa forma, os clientes da empresa podem optar por fazer doações de valores pré-fixados para as instituições, contribuindo com o aumento de receita para essas Entidades de Assistência Social. Em 2018 foi repassado às instituições conveniadas, contribuindo para o fortalecimento da instituição.

Projetos de Eficiência Energética

Projeto E + Geladeira Nova:

É oferecido a comunidade a oportunidade de trocar sua geladeira antiga por uma nova, que consome menos energia. Alguns resultados:
Público atendido: 5.695 famílias atendidas diretamente.
Média de economia por cliente: 584 kWh/ano o que em real equivale a aproximadamente R$ 463,47.

Considerando que o consumo médio da população residencial em Alagoas é de 114,705 kwh/mês, com a energia economizada através dos Projetos de Eficiência Energética em 2020, daria para energizar a residência de cerca de 5.250 famílias.

07. Desempenho Econômico-Financeiro

8.1.1 Receita Líquida
Em relação à Receita Líquida, o total registrado no ano foi de R$ 17.890 bilhões, 5% inferior à obtida no ano anterior.

8.1.2 Custos e Despesas Operacionais
No ano de 2020, o total de custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, excluindo depreciação e amortização, custo e despesas não recorrente e custo de construção, foi de R$ 10,097 bilhões, equivalentes a 14,45% de crescimento,

8.1.3 EBITDA
Em 2020, o EBITDA atingiu R$ 5,576 bilhões, 11% maior que o valor registrado no ano anterior que foi de R$ 5,021 bilhões.

8.1.4 Resultado Financeiro
Em 2020, o resultado financeiro líquido (consolidado) foi negativo em R$ 424 milhões, comparado a despesa líquida de R$ 628 milhões registrada no ano de 2019.

8.1.5 Lucro Líquido
Em 2020, a Companhia alcançou Lucro Líquido de R$ 3,448 bilhões, crescimento de 27% em relação ao ano anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

08. Investimentos

Investimentos (R$MM)	4T19	4T20	Var.%	2019	2020	Var.%
Maranhão						
Ativos elétricos	104	160	*52,8%*	299	446	*49,1%*
Obrigações especiais	22	10	*-56,5%*	81	45	*-43,8%*
Ativos não elétricos	8	18	*124,1%*	30	70	*134,6%*
Total	**135**	**188**	***38,9%***	**409**	**561**	***37,0%***
Pará						
Ativos elétricos	181	118	*-34,9%*	608	422	*-30,5%*
Obrigações especiais	22	87	*285,1%*	116	192	*65,2%*
Ativos não elétricos	11	30	*168,0%*	49	67	*37,6%*
Total	**215**	**235**	***9,4%***	**772**	**681**	***-11,9%***
Piauí						
Ativos elétricos	48	106	*119,7%*	314	289	*-7,7%*
Obrigações especiais	23	17	*-27,1%*	66	63	*-4,2%*
Ativos não elétricos	43	20	*-53,6%*	138	51	*-63,4%*
Total	**114**	**142**	*25,0%*	**518**	**403**	*-22,2%*
Alagoas						
Ativos elétricos	63	62	*-0,5%*	143	168	*17,5%*
Obrigações especiais	-	-	*N/A*	-	-	*N/A*
Ativos não elétricos	7	17	*139,5%*	26	30	*15,7%*
Total	**70**	**79**	*13,8%*	**169**	**198**	*17,2%*
Total Equatorial Distribuição	**533**	**644**	***20,8%***	**1.869**	**1.843**	***-1,4%***
Geramar						
Geração	0	0	*-35,1%*	3	4	*41,5%*
Equatorial Transmissão						
Projeto	578	261	*-54,8%*	2.888	1.028	*-64,4%*
Intesa	(8)	11	*-242,5%*	41	33	*-18,2%*
Total Equatorial	**1.104**	**917**	***-16,9%***	**4.800**	**2.908**	***-39,4%***

Os investimentos do Grupo somaram R$2,9 bi no exercício 2020, o que apresentou uma queda de 39,4% em relação ao exercício de 2019. Essa redução está concentrada no segmento de transmissão, uma vez que a maioria das SPEs estavam em fase final de construção.

DISTRIBUIÇÃO

Nas distribuidoras **Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas,** temos a abertura a seguir:

Equatorial Maranhão

9.1.1 Investimentos Próprios

Os investimentos da Eqtl Ma, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R$496milhões em 2020, aumento de 51% em relação a 2019. Tais investimentos são principalmente focados em expansão da capacidade de transformação da rede de distribuição, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do Estado.

9.1.2 Investimentos no Programa Luz Para Todos

Ao final de 2020, a Eqtl Ma alcançou a marca histórica de 353.621 mil clientes ligadas à rede de distribuição de energia elétrica através do PLPT, gerando um benefício direto para aproximadamente 1,8MM milhões de habitantes. O PLPT já está presente em 100% dos 217 municípios maranhenses, contribuindo para o

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o 2020, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros, foi de R$ 64 milhões.

Equatorial Pará

9.2.1 Investimentos Próprios

Os investimentos da Eqtl Pa, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R$513milhões em 2020, redução de 17% em relação a 2019 devido impactos nas obras por conta do cenário de COVID-19. Os investimentos concentraram em Expansão e Melhoria de Rede.

9.1.2 Investimentos no Programa Luz Para Todos

Ao final de 2020, a Equatorial Pará alcançou a marca histórica 452.351 clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica através do PLPT, gerando um benefício direto para aproximadamente 2,26 milhões de habitantes. O PLPT já está presente em 99% dos 144 municípios paraenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o 4T20, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros, foi de R$ 72,1 milhões

Equatorial Piauí

9.2.1 Investimentos

Em 2020, os investimentos da EQTL PI, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R$ 340 milhões, direcionados principalmente a manutenção e expansão da rede de distribuição de energia. Já os investimentos do Programa Luz Para Todos somaram R$ 63 milhões.

Investimentos no Programa Luz Para Todos (Piauí)

Ao final de 2020, a Equatorial Piauí alcançou a marca histórica de 169.523 clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica através do PLPT, gerando um benefício direto para aproximadamente 847,6 mil habitantes. O PLPT já está presente em 100% dos 224 municípios piauienses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o 4T20, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros, foi de R$ 16,9 milhões.

Equatorial Alagoas

9.2.1 Investimentos

Em 2020, os investimentos da Equatorial Alagoas Distribuidora, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R$ 198 milhões, um aumento de 17,2%, direcionados principalmente a manutenção e expansão da rede de distribuição de energia.

TRANSMISSÃO

PROJETOS

Os investimentos totais nas SPE'S em 2020 foram de **R$ 1,02 Bilhão**, redução de 64% em relação ao ano anterior, devido a finalização e energização de 6 das 8 SPE'S.
As obras avançaram e concluíram 2020 com 95% de entrega física e 75% de receita já disponível.

SPE 01 – Lote 08

Os investimentos em 2020 totalizaram **R$ 46 Milhões**, redução de 89% em relação ao ano anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A negociação fundiária foi concluída em dezembro de 2019, e recebemos do IBAMA a Licença de Operação (LO) também em dezembro de 2019, com validade de 6 (seis) anos.
As obras foram concluídas e energizadas em 01 de maio de 2020, e desde a presente data já estamos recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) disposta no contrato de concessão.

SPE 02 – Lote 09

Os investimentos em 2020 totalizaram **R$ 51 Milhões**, redução de 87% em relação ao ano anterior.
A negociação fundiária foi concluída em dezembro de 2019, e recebemos do IBAMA a Licença de Operação (LO) também em dezembro de 2019, com validade de 6 (seis) anos.
As obras foram concluídas e energizadas em 22 de janeiro de 2020, e desde a presente data já estamos recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) disposta no contrato de concessão.

SPE 03 – Lote 12

Os investimentos em 2020 totalizaram **R$ 158 Milhões**, redução de 65% em relação ao ano anterior.
As negociações fundiárias foram concluídas em setembro de 2020 e recebemos do IBAMA a Licença de Operação (LO) em dezembro de 2020, com validade de 10 (dez) anos.
As obras da SPE 3 foram iniciadas em maio de 2019, atualmente com avanço físico atualizado de 99%. A perspectiva de energização e entrada em operação está para abril de 2021.

SPE 04 – Lote 14

Os investimentos em 2020 totalizaram **R$ 277 Milhões**, redução de 72% em relação ao ano anterior.
As negociações fundiárias foram concluídas em março de 2020, e recebemos do IBAMA a Licença de Operação (LO) em novembro de 2019, com validade de 10 (dez) anos.
As obras foram concluídas e energizadas em 05 de novembro de 2020, e desde a presente data já estamos recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) disposta no contrato de concessão.

SPE 05 – Lote 15

Os investimentos em 2020 totalizaram **R$ 145 Milhões**, redução de 41% em relação ao ano anterior.
As negociações fundiárias foram concluídas em março de 2020, e recebemos do IBAMA a Licença de Operação (LO) em dezembro de 2020, com validade de 10 (dez) anos.
As obras foram concluídas e energizadas em 23 de dezembro de 2020, e desde a presente data já estamos recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) disposta no contrato de concessão.

SPE 06 – Lote 16

Os investimentos em 2020 totalizaram **R$ 275 Milhões**, crescimento de 7% em relação ao ano anterior.
As negociações fundiárias foram concluídas em dezembro de 2020 e recebemos do IBAMA a Licença de Operação (LO) em fevereiro de 2021, com validade de 10 (dez) anos.
A obra da SPE 6 foi iniciada em junho de 2019, atualmente com avanço físico atualizado de 99%. A perspectiva de entrada em operação está para abril de 2021.

SPE 07 – Lote 23

Os investimentos em 2020 totalizaram **R$ 145 Milhões**, redução de 32% em relação ao ano anterior.
As negociações fundiárias foram concluídas em outubro de 2020, e recebemos da SEMAS (Secretaria de Meio Ambiente do Pará) a Licença de Operação (LO) em dezembro de 2020, com validade até março de 2025.
As obras foram concluídas e energizadas em 2 etapas de entrega, sendo a primeira em 22 de setembro de 2020, compreendendo 39% da obra e a segunda em 15 de dezembro de 2020 compreendendo os demais 61%. Desde as presentes datas estamos recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) disposta no contrato de concessão.

SPE 08 – Lote 31

Os investimentos em 2020 totalizaram **R$ 110 Milhões**, redução de 71% em relação ao ano anterior.
As negociações fundiárias foram concluídas em outubro de 2020, e recebemos da SEMAS (Secretaria de Meio Ambiente do Pará) a Licença de Operação (LO) em janeiro de 2021, com validade de 3 (três) anos.
As obras foram concluídas e energizadas em 4 etapas de entrega, sendo a primeira em 03 de junho de 2019, compreendendo 13% da receita, referente a SE Rurópolis, Compensador Síncrono de reativos. A segunda em 24 de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

setembro de 2019, compreendendo 10% da receita, referente a LT Xingu – Altamira e Se Xingu. A terceira ocorreu em 12 de janeiro de 2020, compreendendo 19% da receita, referente a LT Altamira – Transamazônica. A quarta e última etapa de entrega ocorreu em 15 de outubro de 2020, compreendendo os demais 58% da receita, referente a LT Transamazônica – Tapajós e a SE Tapajós. Desde as presentes datas estamos recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) disposta no contrato de concessão.

INTESA

Os investimentos da INTESA totalizaram **R$ 59 milhões**, redução de 18% em relação ao ano anterior.
Foram realizados investimentos no processo de "primarização" de algumas atividades realizadas pela Eletronorte, substituição de Transformadores de corrente, melhorias de aterramento, renovação de equipamentos, aquisição de caminhão munck e renovação de frota.

GERAÇÃO

Na GERAMAR foram investidos R$3,650 milhões no exercício de 2020, e refere-se basicamente à manutenção das usinas que já tiveram suas obras concluídas no exercício de 2010.

9. Governança Corporativa

Listada no Novo Mercado, mais alto nível de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), a Equatorial Energia S.A é uma Companhia comprometida com as melhores práticas de governança corporativa e com a transparência na relação com seus investidores e acionistas.

Diferenciais de governança corporativa:

- 100% de *tag along* aos acionistas minoritários;
- Manutenção de, ao menos, dois membros independentes no Conselho de Administração (total de 08 vagas);
- 75% do capital total como *free float*, muito acima do mínimo de 25% requerido pelos padrões do Novo Mercado;
- Obrigação de oferta de compra pelo valor econômico em caso de encerramento de listagem ou de fechamento de capital;
- Divulgação de operações com títulos da Companhia envolvendo acionistas controladores ou administradores;
- Adoção de um Código de Ética e Conduta Empresarial;
- Manutenção de Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Títulos por Pessoas Relacionadas.
- Publicação trimestral, juntamente com os ITRs, da Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Divulgação de demonstrações financeiras com padrões internacionais IFRS ou US GAAP.
- Realização de teleconferências de resultados a cada divulgação trimestral.

De acordo com o Contrato de Adesão ao Novo Mercado firmado com a B3, o Estatuto da Companhia prevê a utilização de Câmara de Arbitragem para resolução de conflitos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Conselho de Administração

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Haiama

Guilherme Mexias Aché

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Luís Henrique de Moura Gonçalves

Marcos Martins Pinheiro

Tania Sztamfater Chocolat

Conselho Fiscal

Paulo Roberto Franceschi
Conselheiro Fiscal Efetivo

Saulo de Tarso Alves de Lara
Conselheiro Fiscal Efetivo

Vanderlei Dominguez da Rosa
Conselheiro Fiscal Efetivo

Claudia Luciana Ceccatto de Trotta
Conselheira Fiscal Suplente

Ricardo Bertucci
Conselheiro Fiscal Suplente

Moacir Gibur
Conselheiro Fiscal Suplente

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor Presidente

José Silva Sobral
Diretor

Humberto Luis Queiroz Nogueira
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Sérvio Túlio dos Santos
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento à instrução CVM 381/03, informamos que Ernst & Young Auditores Independentes S.S prestou serviços de auditoria e consultoria fiscal durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Augusto Miranda da Paz Júnior, Diretor-Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; José Silva Sobral, Diretor; Sérvio Túlio dos Santos, Diretor; Humberto Luis Queiroz Nogueira, Diretor; e Tinn Freire Amado, Diretor; declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 24 de março de 2021 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S , auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Parecer do conselho fiscal

O Conselho Fiscal da Equatorial Energia S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalva, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S em 24 de março de 2021, opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação do lucro do exercício e o orçamento de capital estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral.

Brasília, 24 de março de 2021

Paulo Roberto Franceschi

Vanderlei Dominguez da Rosa

Saulo Tarso Alves de Lara

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial” ou “Controladora” ou, conjuntamente com suas Controladas, referidas como “Grupo”) sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica. A Companhia possui ações negociadas na B3 sob o ticker “EQTL3” e, desde 2008, participa do Novo Mercado.

1.1 Entidades controladas e controladas em conjunto

A Equatorial mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Participação direta	Notas	2020	2019
55 Soluções S.A.	(a)	**100,00%**	100,00%
Geradora de Energia do Maranhão S.A.	(b)	**25,00%**	25,00%
Vila Velha Termoelétricas Ltda.	(c)	**50,00%**	50,00%
Equatorial Transmissão S.A.	(d)	**100,00%**	100,00%
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA	(e)	**100,00%**	100,00%
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(f)	**94,47%**	94,47%
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(g)	**96,37%**	96,37%
Equatorial Energia Distribuição S.A.	(h)	**90,15%**	90,15%

Participação indireta	Notas	2020	2019
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(i)	**100,00%**	100,00%
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(j)	**100,00%**	100,00%
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(k)	**100,00%**	100,00%
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(l)	**100,00%**	100,00%
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(m)	**100,00%**	100,00%
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(n)	**100,00%**	100,00%
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(o)	**100,00%**	100,00%
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(p)	**100,00%**	100,00%
Solenergias Comercializadora de Energia S.A.	(q)	**51,00%**	51,00%
Helios Energia Comercializadora e Serviços Ltda.	(r)	**99,99%**	99,99%
Equatorial Telecomunicações S.A.	(s)	**100,00%**	100,00%
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(t)	**58,69%**	58,69%
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(u)	**86,99%**	86,99%

(a) 55 Soluções S.A. (“55 Soluções”): Sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Luís, estado do Maranhão, que tem como atividades principais: a) a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados; b) a prestação de serviços de cobrança de fatura de energia elétrica em nome e por conta de terceiros; e c) a prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros sob controle da Equatorial;

(b) Geradora de Energia do Maranhão S.A. (“GERAMAR”): Sociedade responsável pela implantação e operação das usinas termoelétricas de Tocantinópolis e de Nova Olinda, no município de Miranda do Norte, no Estado do Maranhão, com capacidade instalada de 330 MW, as quais fornecem energia para o Sistema Interligado Nacional. Em 1º de outubro de 2008, a Equatorial adquiriu 25% das ações representativas do capital social da Geradora de Energia do Norte S.A.. O consórcio que detém o controle da Geradora de Energia do Norte S.A. é composto pela Equatorial Energia S.A. (25%), Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia (25%) e GNP S.A. (50%). A GNP S.A., por sua vez, é composta pela Servtec Investimentos e Participações Ltda. (50%) e Companhia Ligna de Investimentos (50%). O controle da Geradora de Energia do Norte S.A. é compartilhado e regido por Acordo de Acionistas;

(c) Vila Velha Termoelétricas Ltda. (“Vila Velha”): Sociedade responsável pela implantação e operação de usinas termoelétricas no Estado do Espírito Santo. A Equatorial Energia S.A. detém 50% do seu capital. O controle da Vila Velha Termoelétricas Ltda. é compartilhado e regido por Acordo de Acionistas;

(d) Equatorial Transmissão S.A. (“Equatorial Transmissão”): Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Equatorial Transmissão tem por objeto social: a) transmitir e comercializar energia e prestar serviços correlatos; b) estudar, planejar, projetar, implantar, operar e manter sistemas de transmissão de energia; c) prestar serviço de consultoria e engenharia dentro de sua área de atuação; d) participar de associações e organizações de caráter técnico, científico e empresarial; e e) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. A Equatorial Transmissão é a holding das transmissoras do Grupo, tendo como investidas as SPEs de 01 à 08;

(e) Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA): com sede na cidade do Distrito Federal, é uma sociedade por ações de capital fechado. Possui como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão 500kV Colinas/Serra da Mesa 2, localizado nos Estados de Tocantins e Goiás que compõem 25 municípios entre Colinas do Tocantins - TO e Colinas do Sul- GO. O contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 002/2006, celebrado entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a INTESA em 27 de abril de 2006, possui vigência até abril de 2036, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos;

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

(f) Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.("Equatorial Piauí"): Sociedade anônima de capital fechado que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica na sua área de concessão legal que abrange todo o Estado do Piauí, atendendo a mais de 1.328.480(*) clientes em 224(*) municípios e cobrindo uma área superior a 251.577 km^2(*) em 31 de dezembro de 2020. Em 26 de julho de 2018, a Equatorial Energia S.A. sagrou-se vencedora no procedimento licitatório na modalidade de leilão ("Leilão"), realizado na forma do edital de leilão nº 2/2018-PPI/PND ("Edital"), para a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica associada à transferência do controle acionário da Equatorial Piauí. No dia 17 de outubro de 2018 foi celebrado o contrato de compra e venda e outras avenças, no qual a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS vendeu ações representativas de 89,94% do capital social total da Equatorial Piauí para a Equatorial Energia S.A.. De acordo com o item 5.1., cláusula (i), do presente Edital, a Equatorial Energia S.A. aportou aumento de capital na Equatorial Piauí no valor de R$ 720.916 em 17 de outubro de 2018. Em 02 de janeiro de 2019, a Equatorial Energia S.A. efetuou a recompra de 2.580.200 ações pelo valor de R$ 294,88 (em reais). Em 13 de março de 2019, através da Ata de Reunião do Conselho de Administração da Equatorial Piauí, através destes aumentos de capital pela Equatorial Energia S.A. foram adquiridas 604.881.182 ações, sendo 577.684.454 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal , e 27.196.728 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, o qual resultou no aumento na participação de 89,94% para 94,47% no capital social desta distribuidora. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 01/2018, celebrado entre a ANEEL e a Equatorial Piauí em 18 de outubro de 2018, possui vigência até 17 de outubro de 2048;

(g) Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Alagoas"): Sociedade anônima de capital fechado que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica na sua área de concessão legal que abrange todo o Estado de Alagoas, atendendo a mais de 1.160.728(*) de clientes em 102(*) municípios e cobrindo uma área superior a 27.848 km^2(*) em 31 de dezembro de 2020. Em 28 de dezembro de 2018, a Equatorial Energia S.A. sagrou-se vencedora no procedimento licitatório na modalidade de leilão ("Leilão"), realizado na forma do edital de leilão nº 2/2018-PPI/PND ("Edital"), para a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica associada à transferência do controle acionário da Equatorial Alagoas. No dia 27 de fevereiro de 2019 foi celebrado o contrato de compra e venda e outras avenças, no qual a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS vendeu ações representativas de 89,94% do capital social total da Equatorial Alagoas para a Equatorial Energia S.A.. Em 18 de março de 2019, através da Ata de Reunião do Conselho de Administração da Equatorial Alagoas, a Equatorial Energia S.A. adquiriu 1.436.238.120 ações, sendo 1.412.317.458 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal , e 23.920.662 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, o qual resultou no aumento na participação de 89,94% para 96,37% no capital social desta Distribuidora. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 02/2019, celebrado entre a ANEEL e a Equatorial Alagoas em 19 de março de 2019, possui vigência até 18 de março de 2049;

(h) Equatorial Energia Distribuição S.A. ("Equatorial Distribuição"): Sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de distribuição de energia elétrica. Em 05 de novembro de 2019, as participações de 65,11% da Equatorial Maranhão e 96,50% Equatorial Pará forram transferias da Equatorial Energia para Equatorial Distribuição. Nesse processo, a Companhia participa com 90,15% e o Itaú S.A. com 9,85%;

(i) Equatorial Transmissora 1 SPE S.A. ("SPE 01"): Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A SPE 01 tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Republicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Rio das Águas - Barreiras II C2, com 251 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017, a União e a SPE 01 celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. Em 01 de maio de 2020, entraram em operação comercial 100% dos empreendimentos de transmissão que compõem a SPE 01, e para o período julho de 2020 a junho de 2021 conta com uma RAP (Receita Anual Permitida) total de R$ 88.119 . A sua entrada em operação representa uma antecipação de aproximadamente 21 meses, em relação ao prazo regulatório (fevereiro/2022);

(j) Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. ("SPE 02"): Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A SPE 02 tem por objeto social: explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Republicação, consistente na (a) Linha de Transmissão 500 kV- Barreiras II, Buritirama C1, com 213 quilômetros; e (b) Subestação 500kV Buritirama (subestação nova para conexões de linhas e compensação de reativos), constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017, a União e a SPE 02 celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047.Em 09 de fevereiro de 2020, entraram em operação comercial 100% dos empreendimentos de transmissão que compõem a SPE 02, e para o período julho de 2020 a junho de 2021 conta com uma RAP (Receita Anual Permitida) total de R$ 79.917 com RAP (Receita Anual Permitida). A sua entrada em operação representa uma antecipação de aproximadamente 24 meses, em relação ao prazo regulatório (fevereiro/2022);

(k) Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. ("SPE 03"): Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A SPE 03 tem por objeto social: explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Republicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Buritirama - Queimada Nova II, C2, com 380 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017, a União e a SPE 03 celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. De acordo com o compromisso assumido, espera-se que a SPE 03 faça um investimento de R$ 543.000 e inicie as operações até 09 de fevereiro de 2022;

(l) Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. ("SPE 04"): Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A SPE 04 tem por objeto social: explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Republicação, consistente na (a) Linha de Transmissão 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 C1, com 257 quilômetros; (b) Linha de Transmissão 500 kV Janaúba 3 - Presidente Juscelino C1, com 337 quilômetros; e (c) Subestação 500 kV Janaúba 3 (novo pátio de 500 kV - parte 1), constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017, a União e a SPE 04 celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. Em 31 de outubro de 2020, entraram em operação comercial 50,6% dos empreendimentos de transmissão, com RAP total de 106.295, de acordo com aviso de crédito (AVC) de dezembro de 2020. A controlada indireta encontra-se com 100% do empreendimento pronto, porém 49,40% de suas instalações estão impossibilitadas de entrar em operação comercial, devido à fase de implantação de uma subestação a que a SPE 04 se ligará, de propriedade de outra transmissora. Desta forma, a SPE 04 solicitou ao Operador Nacional do Sistema (ONS) a emissão do termo de liberação de receitas (TLR) para obtermos 100% de RAP no montante de R$ 210.027. De acordo com o compromisso assumido, espera-se que a SPE 04 faça um investimento de R$ 1.020.000 e que inicie 100% das operações até 09 de fevereiro de 2022;

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

(m) Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. ("SPE 05"): Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A SPE 05 tem por objeto social: explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Republicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 C2, com 257 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017, a União e a SPE 05 celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. Em 23 de dezembro de 2020, entraram em operação comercial 7,84% dos empreendimentos de transmissão que compõem a SPE 05, mas por ter sido após a primeira quinzena, sua Receita Anual Permitida (RAP) constará no Aviso de Crédito (AVC) do próximo mês, de acordo com o contrato de concessão, o valor previsto da RAP é de R$ 96.961 . A sua entrada em operação representa uma antecipação de aproximadamente 14 meses, em relação ao prazo regulatório (fevereiro/2022);

(n) Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. ("SPE 06"): Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A SPE 06 tem por objeto social: explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Republicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Janaúba 3 - Presidente Juscelino C2, com 330 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017, a União e a SPE 06 celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. De acordo com o compromisso assumido, espera-se que a SPE 06 faça um investimento de R$ 499.000 e inicie as operações até 09 de fevereiro de 2022;

(o) Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. ("SPE 07"): Sociedade anônima, de capital aberto, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A SPE 07 tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Republicação, consistente na (a) Linha de Transmissão 500 kV Vila do Conde - Marituba - 56,1 quilômetros; (b) Linha de Transmissão 230 kV Marituba - Castanhal - 68,6 quilômetros; (c) Subestação 500/230 kV Marituba - (3+1R)x300 MVA; e (d) Subestação 230/69 kV Marituba 2x200 MVA, constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017 União e a SPE 07 celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. Em 29 de setembro de 2020, entraram em operação comercial 100% dos empreendimentos de transmissão que compõem a SPE 07, e para o período julho de 2020 a junho de 2021, conta com uma RAP (Receita Anual Permitida) total de R$ 101.650 . A sua entrada em operação representa uma antecipação de aproximadamente 13 meses, em relação ao prazo regulatório (fevereiro/2022);

(p) Equatorial Transmissora 8 SPE S.A ("SPE 08").: Sociedade anônima, de capital aberto, com sede na cidade de São Luís, no estado do Maranhão. A SPE 08 tem por objeto social: explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão no estado do Pará, de acordo com Edital do Leilão nº 05/2016, consistente na (a) Linha de Transmissão Xingu - Altamira, em 230 kV, com extensão aproximada de 61 km; (b) Linha de Transmissão Altamira - Transamazônica, em 230 kV, com extensão aproximada de 188 km; (c) pela Linha de Transmissão Transamazônica - Tapajós, em 230 kV, com extensão aproximada de 187 km; (d) Subestação Tapajós, em 230/138-13,8 kV, (2 x 150 MVA); (e) Subestação Tapajós - Compensador Síncrono (-75/+150 MVAR); e (f) Subestação Rurópolis - Compensador Síncrono (-55/+110 MVAR), constituída em 14 de junho de 2017. Em 10 de fevereiro de 2017, a União e a SPE 08 celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. A Subestação Rurópolis - Compensador Síncrono (-55/+110 MVAR) entrou em operação em 03 de junho de 2019 Em 15 de setembro de 2020, entraram em operação comercial 100% dos empreendimentos de transmissão que compõem a SPE 08, e para o período julho de 2020 a junho de 2021, conta com uma RAP (Receita Anual Permitida) total de R$ 144.774. A sua entrada em operação representa uma antecipação de aproximadamente 22 meses, em relação ao prazo regulatório (julho/2022);

(q) Solenergias Comercializadora de Energia S.A. ("Solenergias"): Sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, que tem como principais atividades a comercialização de energia elétrica, gerenciar contratos de fornecimento de energia elétrica de consumidores, organizar leilões de compra e venda de energia elétrica e comercializar insumos para a geração de energia elétrica, tendo como controladora a 55 Soluções S.A.;

(r) Hélios Energia Comercializadora e Serviços Ltda.("Hélios"): Sociedade Empresarial Limitada com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, que tem como principais atividades a comercialização de energia elétrica, gerenciar contratos de fornecimento de energia elétrica de consumidores, organizar leilões de compra e venda de energia elétrica e comercializar insumos para a geração de energia elétrica, tendo como controladora a Solenergias Comercializadora de Energia S.A.;

(s) Equatorial Telecomunicações S.A. ("Equatorial Telecomunicações"): Empresa de direito privado com sede em São Luís, estado do Maranhão, que tem como suas atividades a prestação de serviços de telecomunicações, serviço telefônico fixo, serviços de comunicação multimídia, provedores de voz sobre o protocolo de internet e prestação de serviços de informações em telefonia, tendo como controladora a 55 Soluções S.A.;

(t) Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. "Equatorial Maranhão").: Sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Luís, no Estado do Maranhão, que atua na atividade principal de distribuição de energia elétrica na sua área de concessão legal que abrange todo o estado do Maranhão, atendendo 2.595.101(*) consumidores em 217(*) municípios e cobrindo uma área com 331.937 km²(*), em 31 de dezembro de 2020. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 060/2000, celebrado entre a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a Equatorial Maranhão em 28 de agosto de 2000, possui vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos a critério do poder concedente. Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. A Equatorial Maranhão, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração; e

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

(u) Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Pará): Sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Belém, no Estado do Pará, que atua na atividade principal de distribuição de energia elétrica na sua área de concessão legal que abrange todo o estado do Pará, atendendo 2.740.253(*) consumidores em 144(*) municípios e cobrindo uma área com 1.247.689 km²(*), em 31 de dezembro de 2020. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 182/1998, celebrado entre a ANEEL e a Equatorial Pará em 28 de julho de 1998, possui vigência até julho de 2028, podendo ser renovado por mais um período de 30 anos a critério do poder concedente. Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. A Equatorial Pará, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

(*) não auditado

Resumo por SPE's:

	Status de operação comercial	Ativo de contrato	RAP anual garantida após 100% de operação
SPE 01	100,00%	740.446	88.119
SPE 02	100,00%	681.243	79.917
SPE 03	0,00%	1.152.801	116.500
SPE 04	50,60%	1.997.791	210.127
SPE 05	7,84%	946.056	96.961
SPE 06	0,00%	1.175.112	120.212
SPE 07	100,00%	1.021.347	101.650
SPE 08	100,00%	1.270.949	144.774

As controladas 55 Soluções, Equatorial Transmissão, INTESA, Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas, e a Equatorial Distribuição serão doravante mencionadas nas notas explicativas a seguir como "Controladas".

A GERAMAR e Vila Velha são empresas controladas em conjunto (joint venture) pela Equatorial Energia, contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação, e o seu valor contábil será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nos lucros ou prejuízos do exercício, gerados pela investida após a aquisição.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas, incluindo as empresas controladas em conjunto, e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os saldos e transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

1.2 Impactos da COVID-19

Em março de 2020, foi declarada pela OMS a pandemia da Covid-19. Desde então, a Companhia tem acompanhado a propagação do vírus no Brasil e no mundo e seus impactos na economia.

Em 25 de março de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 878/2020 em resposta às medidas de isolamento social e restrição à mobilidade, e autorizou a flexibilização, até 30 de junho de 2020, de algumas obrigações do contrato de concessão, tais como vedação a suspensão de fornecimento por inadimplemento de unidades consumidoras, que abrangem clientes residenciais e serviços essenciais. Em 21 de julho de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa 891/2020, suspendendo a vedação do corte por motivo de inadimplência, com exceção dos consumidores da classe de consumo Baixa Renda, que devem manter-se protegidos pela cláusula de proibição ao corte até o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020, conforme Decreto Legislativo nº 6. As medidas de isolamento, combinadas às restrições de suspensão de fornecimento de energia, vem provocando queda no consumo e na arrecadação das concessionárias de distribuição de energia elétrica do Grupo Equatorial.

A Companhia e suas controladas apresentam abaixo os principais efeitos financeiros e econômicos da Covid-19 até a presente data. A Companhia e suas controladas continuarão monitorando a evolução da situação e seus impactos e por ser uma Companhia regulada tem o seu equilíbrio econômico e financeiro garantido no contrato de concessão.

A Companhia e suas controladas tomaram diversas medidas de prevenção para seus colaboradores, evitando que se exponham a situações de risco, como através do cancelamento de viagens nacionais e internacionais, adoção de *home office* e rodízio de colaboradores para evitar aglomerações, utilizações de meios de atendimento remotos, dentre outras. A Companhia e suas controladas continuarão atendendo às orientações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, com foco na segurança de seus colaboradores.

Dentre os efeitos pode-se citar:

Foco nos colaboradores do Grupo:

(i) Criação de um Comitê de Crise com o objetivo de monitorar os efeitos da crise bem como avaliar medidas a serem tomadas para minimizar tais impactos nos negócios da Companhia e suas controladas;
(ii) Aplicação de regime de *home office* para todos os trabalhadores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho;
(iii) Para as áreas que realizavam suas atividades em centros de operações, houve uma reavaliação do espaçamento e ajuste nas posições, de forma a garantir a distância adequada e evitar aglomerações;
(iv) Suspensão de reuniões e treinamentos presenciais, partindo para adoção das práticas somente por videoconferência;
(v) Distribuição de kit de higienização para veículo e kit de higienização pessoal para os colaboradores que atuam em campo;
(vi) Disponibilização de máscaras para os colaboradores atuando nas unidades e em campo;
(vii) Verificação de temperatura corpórea dos colaboradores;
(viii) Suspensão das viagens internacionais e nacionais, exceção em casos de extrema necessidade;

Notas Explicativas

(ix) Reforço na higienização dos ambientes de trabalho, obedecendo as orientações da OMS e Ministério da Saúde; e
(x) Implantação da telemedicina ocupacional nas companhias do Grupo.

Foco nos negócios do Grupo:

(i) Reavaliação dos gastos gerenciáveis e dos investimentos na distribuição para o ano corrente em função do novo cenário;
(ii) Ampliação dos serviços disponibilizados pelos canais digitais da Companhia, com destaque para implantação do pagamento pelo cartão de crédito no website da Companhia e possibilidade de cadastramento do consumidor de baixa renda pelo canal de atendimento via aplicativo aplicativo *WhatsApp*;
(iii) Lançamento de campanha de adimplência para os consumidores, com sorteio de vale compras, vale energia e um carro no período de um ano. Para os clientes inadimplentes, realização de ação na semana da *Black Friday*, isentando multas, juros e correção monetária;
(iv) Perdas de energia: houve um incremento de perda não técnica em torno de 78,9 GWh para a controlada Equatorial Maranhão, 147 GWh para a controlada Equatorial Pará, 148,5 GWh para a controlada Equatorial Piauí e 78,6 GWh para a controlada Equatorial Alagoas, se comparado ao mesmo período do ano anterior, ocasionado, principalmente, pelas ações de combate às perdas, mesmo com a impossibilidade de corte de energia durante o período da pandemia;
(v) Fornecimento de energia: controlada Equatorial Maranhão houve aumento de 3,4% no fornecimento de energia, que corresponde a um incremento de cerca de 200,4 GWh; na controlada Equatorial Pará houve redução no fornecimento de energia de 0,03%, que corresponde a uma redução de 0,6 GWh; na controlada Equatorial Piauí houve redução de 2,3%, que corresponde a uma redução no fornecimento de energia de 114,5 GWh; e na controlada Equatorial Alagoas um aumento de 2,4% no fornecimento de energia, que corresponde a um incremento de 91,4 GWh no exercício, que foi muito afetado pelas determinações de isolamento social, visto que os primeiros decretos foram editados a partir da segunda metade de março;
(vi) Sobrecontração: As controladas da Companhia ficaram expostas à sobrecontratação de energia em função da queda do volume de energia e a mesma será tratada como involuntária; e
(vii) Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD): a inadimplência de títulos a receber nas faixas de curto prazo teve um aumento, decorrente do cenário da COVID-19 e consequente postergação dos recebimentos das faturas nas controladas da Companhia, ocasionando efeito da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no montante de R$ 141.862. As ações de cobrança, por motivo das medidas de saúde pública, foram paralisadas, a partir da última semana de março/2020 e foram retomadas em meados de agosto/2020.

1.3 Conta-Covid

Para aliviar parcialmente os impactos financeiros sofridos pelas distribuidoras por conta da pandemia, a ANEEL publicou a Resolução Normativa 885/2020 que regulamentou o Decreto 10.350 de 2020 para a criação da Conta-Covid. A Conta-Covid visa antecipar recursos financeiros para as distribuidoras via o mecanismo tarifário.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Os seguintes itens foram considerados nos valores a serem antecipados: (i) sobrecontratação de energia; (ii) saldo de CVA em constituição, a serem constituídos e não amortizados reconhecida no processo tarifário anterior à publicação da Resolução; (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação, até 30 de junho de 2020, da aplicação dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras homologados até essa data; (v) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no processo tarifário anterior à publicação da Resolução; e (vi) antecipação de itens relativos à Parcela B.

Em 03 de julho de 2020, a Equatorial Energia S.A. aderiu à Conta-Covid e com essa adesão são aplicadas restrições às distribuidoras controladas pela Companhia, sendo elas: (i) vedação de requerimentos de suspensão ou redução dos volumes de energia elétrica adquiridos por contratos de compra e venda de energia elétrica com fundamento na diminuição do consumo devido à pandemia, verificada até dezembro de 2020; (ii) limitação, no caso de inadimplemento intrassetorial, de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio ao percentual mínimo legal de 25% do lucro líquido, preservada a constituição das reservas legal e para contingências; e (iii) renúncia ao direito de discutir, no âmbito judicial ou arbitral, as condições, procedimentos e obrigações estabelecidas nos preceitos legais e regulamentares sobre a Conta-Covid, contudo, é preservado o direito de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro.

Em razão da manifestação das renúncias estabelecidas no Termo de Aceitação, anexo à Resolução Normativa nº 885/2020, as controladas da Companhia deliberarão na próxima Assembleia Geral Extraordinária sobre a limitação excepcional da distribuição dos dividendos obrigatórios ou do pagamento de juros sobre o capital próprio, respeitando o mínimo legal, nos casos e nos termos em que o órgão regulador, por meio da previsão normativa ou contratual, assim o exigir, para mitigar situação de desequilíbrio financeiro causado por fato de terceiro, fato do príncipe, caso fortuito ou de força maior expressamente reconhecido.

Em 31 de dezembro de 2020, conforme os Despachos 2.177/2020, 2.353/2020 e 2.640/2020, 2.914/2020, 3.197/2020 e 3.490/2020, respectivamente, publicados pela ANEEL, as controladas da Companhias receberam o montante de R$ 1.136.762 da Conta-Covid.

A tabela a seguir, apresenta o repasse por Distribuidora:

Distribuidoras	31/07/2020	12/08/2020	14/09/2020	13/10/2020	12/11/2020	14/12/2020	Total
Equatorial MA	116.674	19.114	9.472	206	1.698	59.930	207.094
Equatorial PA	284.511	30.622	785	-	-	89.680	405.598
Equatorial AL	320.945	3.689	-	-	-	-	324.634
Equatorial PI	143.482	22.634	13.434	10.695	6.088	3.103	199.436
Total	**865.612**	**76.059**	**23.691**	**10.901**	**7.786**	**152.713**	**1.136.762**

As controladas da Equatorial Energia S.A. concluiram que o repasse da Conta-Covid é uma amortização diretamente pelo poder concedente, através da CCEE, de parcelas que, em situações normais, seriam recebidas posteriormente via tarifa após incluídas nos reajustes tarifários.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Desta forma, via antecipação da parcela A e itens financeiros, as controladas da Companhia registraram acréscimo de caixa contra o recebimento do ativo financeiro setorial ou constituição de passivo financeiro setorial, em igual valor ao repasse dos recursos financeiros recebidos da CCEE. No caso dos passivos financeiros setoriais, esses serão amortizados quando do repasse dos efeitos da parcela A para o consumidor nos reajustes tarifários.

Vale relembrar que a Companhia e suas controladas trabalham com uma política de caixa conservadora, que busca manter a liquidez robusta, mediante a realização de aplicações em instituições financeiras de primeira linha e em operações com baixo risco de crédito, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros.

2 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

2.1 Equatorial Maranhão

Conforme contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 060/2000, assinado em 28 de agosto de 2000 celebrado entre a ANEEL, a Equatorial Maranhão e a Equatorial Energia, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de agosto de 2030, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente.

A Equatorial Maranhão, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

2.2 Equatorial Pará

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, celebrado entre a ANEEL, a Equatorial Pará e a Equatorial Energia, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente.

A Equatorial Pará, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

Notas Explicativas

2.2.1 Fornecimento de energia elétrica aos sistemas isolados

Em licitação na modalidade de leilão (Leilão 02-2016 ANEEL), realizada pela ANEEL em abril de 2016, referente a 23 Usinas Termelétricas – UTE passaram a ser operadas pelo vencedor da licitação Consórcio Energia do Pará (CEPA) que desde fevereiro de 2017 tem a responsabilidade pela geração em todos os municípios que ainda não foram conectados ao Sistema Nacional Interligado (SIN), perdendo assim a validade do contrato 181/1998. Os prazos deste contrato, em sua maioria, são de 5 anos prorrogáveis por mais 12 meses. O processo acima tornou o Consórcio Energia do Pará (CEPA) o novo PIE (Produtor Independente de Energia), cabendo à Equatorial Pará a distribuição de energia elétrica nos municípios supra mencionados e manterá o mecanismo de reembolso de despesas inerentes ao processo do sistema isolado de energia elétrica, conforme REN 801/2017.

2.3 Equatorial Alagoas

Conforme contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 002/2019, assinado em 19 de março de 2019 celebrado entre a ANEEL, a Equatorial Alagoas e a Equatorial Energia, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 18 de março de 2049, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente.

2.4 Equatorial Piauí

Conforme contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 001/2018, assinado em 18 de outubro de 2018 celebrado entre a ANEEL, a Equatorial Piauí e a Equatorial Energia, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 17 de outubro de 2048, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

As controladas da Companhia também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2021.

As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa n° 4.22.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando requerido nas normas.

3.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.4.1 Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

Em 31 de dezembro de 2020, as informações sobre julgamentos, incertezas sobre premissas e estimativas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 8.1 - Receita não faturada:** Estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida, porém não faturada;
- **Nota explicativa nº 8.2 - Contas a receber**: Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável;
- **Nota explicativa nº 12 - equivalência patrimonial em investidas:** determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida;
- **Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro da concessão:** Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão;

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

- **Notas explicativas nº 15 (Ativos de contrato) e nº 28 (Receita operacional líquida):**
  Na contabilização dos contratos de concessão, as controladas transmissoras da Companhia efetuam análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

  A Administração das controladas transmissoras da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

  A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

  A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que as controladas transmissoras da Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

  Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

  A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

  Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que as controladas transmissoras da Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

  Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando as controladas das transmissoras da Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

- **Nota explicativa nº 14 - Intangível:** Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor;

- **Nota explicativa 20 - Imposto de renda e contribuições sociais diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro. Os tributos diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores para fins de tributação; e em relação aos prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro;

- **Nota explicativa nº 25 - Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios:** Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos;

- **Nota explicativa nº 27.8 – Planos de opção de compra de ações:** Probabilidade de exercício de opções;

- **Nota explicativa nº 32 - Benefício pós-emprego:** Reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões; e

- **Nota explicativa nº 33- Instrumentos financeiros:** Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

(a) Mudanças no valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e

Notas Explicativas

- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

  A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

  A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC/ IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

  Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

  - **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

  - **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável

  - **Nível 3**: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

  A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis

  Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa n° 33 – Instrumentos financeiros.

4 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa n° 4.23.

4.1 Base de consolidação

4.1.1 Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de

Notas Explicativas

controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

4.1.2 Participação de acionistas não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição, bem como sobre o valor justo nos ativos identificáveis e passivos assumidos.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

4.1.3 Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

As entidades controladas em conjunto são a Geradora de Energia do Norte S.A. e Vila Velha Termoelétricas Ltda.

4.1.4 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.2 Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

4.3 Receita operacional

4.3.1 Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando (ou à medida que) as controladas da Companhia satisfizerem à obrigação de performance ao transferir o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo.

As controladas transferem o controle do bem ou serviço ao longo do tempo e, portanto, satisfaz à obrigação de performance e reconhece receitas ao longo do tempo, se um dos critérios a seguir for atendido: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte das controladas à medida que as controladas efetivam o desempenho; (b) o desempenho por parte das controladas criam ou melhoram o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; ou (c) o desempenho por parte das controladas não criam um ativo com uso alternativo para as controladas e as controladas possuem direito executável (enforcement) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

A receita operacional é composta da seguinte forma:

4.3.1.1 Distribuição

O faturamento e respectivo reconhecimento da receita de distribuição de energia elétrica são efetuados mensalmente de acordo com o calendário de leitura. Além disso, a Companhia reconhece a receita não faturada, que correspondente ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida

As receitas de distribuição são classificadas como: i) Fornecimento de energia elétrica para o consumidor, ii) Disponibilidade da rede elétrica e; iii) Energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

(i) Disponibilidade de rede elétrica

As Controladas reconhecem receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD definida pela ANEEL.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

(ii) Construção

As Controladas da Companhia contabilizam receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A margem de construção é nula, considerando que: (i) o modelo tarifário não prevê margem de lucro para atividade de construção da infraestrutura; (ii) a atividade fim das Controladas é a distribuição de energia elétrica; (iii) as construções são realizadas substancialmente por meio de serviços de terceiros; e (iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração das Controladas da Companhia.

4.3.1.2 Transmissão

As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são:

(i) Receita de construção

As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente.

(ii) Remuneração do ativo de contrato de concessão

Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre o ativo contratual, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear , sob a rubrica remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável e considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

(iii) Receita de operação e manutenção (O&M)

Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o termino da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

4.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

4.5 Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, celebrados entre a União (poder concedente - outorgante) e as Controladas da Companhia (concessionária - operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (“VNR”), classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

Notas Explicativas

- Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o Valor Novo de Reposição ("VNR") classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, nota explicativa nº 13 – Ativo financeiro da concessão.

  A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

  De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição (com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão.

  Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

  As controladas da Companhia reconhecem um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestados.

  Caso as controladas da Companhia sejam ressarcidas pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber e, não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de gestão para o ativo financeiro.

Notas Explicativas

4.6 Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros

As tarifas de energia elétricas, conforme modelo tarifário em vigor, devem considerar uma receita suficiente de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Nesse sentido, as distribuidoras de energia elétrica estão autorizadas a cobrar de seus consumidores: (i) reajusta tarifário anual; e (ii) a cada quatro anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B, e ajuste da Parcela A.

A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho das Controladas da Companhia, ou seja, os custos incorridos pelas Controladas da Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e

- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pelas Controladas da Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essas diferenças são registradas pelo regime de competência com base em estimativa como receita, através de um ativo setorial ou de uma redução do ativo financeiro no caso de passivo setorial.

Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário (quando do efetivo repasse à tarifa) ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista. Esta liquidação é apenas financeira, já que o efeito no resultado do exercício via ajuste de receita já foi reconhecido pelo regime de competência.

4.7 Ativos intangíveis

4.7.1 Contratos de concessão de serviços

As Controladas da Companhia reconhecem como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

Notas Explicativas

4.7.2 Obrigações especiais

Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica representa um passivo financeiro, constituído por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com as Controladas da Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador.

4.7.3 Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

4.7.4 Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

4.7.5 Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão das Controladas da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

4.8 Ativos de contrato

4.8.1 Distribuição

O ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão (“ICPC 01”), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

4.8.2 Transmissão

O serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e as controladas da Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

O contrato de concessão determina que as controladas da Companhia realize a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria. As controladas da Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebem a título de remuneração Receita Anual Permita (RAP), durante todo vigência do contrato.

Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão.

A partir de 01 de janeiro de 2018, com o advento do Pronunciamento Técnico (CPC 47) – Receita de Contrato de Clientes (correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), houve a necessidade de serem identificadas as obrigações de performance previstas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica. Desta forma, duas obrigações de performance estão contempladas na relação contratual das controladas da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) construção e melhoria de infraestrutura (C&M); e (ii) operação e manutenção (O&M).

Para o reconhecimento da receita em linha com o CPC 47, considerando que o contrato apresenta um valor global da RAP, a RAP por obrigação de performance é estimada da seguinte forma:

(i) As receitas de construção e melhoria de infraestrutura são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica e são reconhecidas aplicando-se a margem projetada, prevista no início do contrato, sobre os gastos incorridos e calculadas acrescendo as alíquotas de PIS e COFINS;

(ii) A receita de operação e manutenção (O&M) é decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, tais montantes são acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de Operação e Manutenção (O&M) ocorrem após o término da fase de construção; e

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 1º de dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 que fornece orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC 47 (IFRS 15) e do CPC48 (IFRS 9) que devem ser observados na elaboração das demonstrações contábeis das controladas da Companhia em 31 de dezembro de 2020, abordando principalmente: (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do período das obras; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto aos ativos dos contratos de concessão; (iii) orientação quanto à classificação dos ativos da Lei n° 12.783 – SE como Ativo de contrato; e (iv) segregação em rubrica especifica na demonstração de resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; e (v) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função de alteração na base regulatória (BRR) ou na taxa de remuneração de capital (WACC regulatória) em rubrica abaixo da margem operacional.

Ao analisar as determinações do ofício circular, a Companhia não identificou efeitos materiais que levassem a necessidade de reapresentação das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, tendo em vista que, desde a adoção do CPC 47 (IFRS 15) em 01 de janeiro de 2018, suas controladas transmissoras adotavam parte substancial das orientações contidas no Ofício. A taxa média implícita que remunera o ativo de contrato é 9,42% a.a.. A margem média de O&M das SPE's foi estimada em 24,87% e da Intesa foi estimada em (30,07%) e a margem média de construção e melhoria de infraestrutura das SPE's foi estimada em 40,20% e da Intesa foi estimada em 63,16%.

À medida que as obrigações de performance são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato até a devida homologação pela ANEEL. Após a homologação, momento em que as controladas da Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro.

4.9 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

4.10 Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- **Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e eficiência energética (PEE)** – Encargo estabelece que as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) em programas de eficiência energética no uso final;

- **Conta de desenvolvimento energético (CDE) -** Fundo setorial que tem como objetivo custear diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro;

Notas Explicativas

- **Encargo de serviços do sistema (ESS) -** Tem como finalidade destinar recursos à cobertura dos custos dos serviços do SIN (Sistema Interligado Nacional) , compreende entre outros: custos decorrentes da geração despachada independentemente da ordem de mérito; a reserva de potência operativa para a regulação da frequência do sistema e sua capacidade de partida autônoma; a reserva de capacidade superior aos valores de referência estabelecidos para cada gerador, necessária para a operação do sistema de transmissão; e a operação dos geradores como compensadores síncronos, a regulação da tensão e os esquemas de corte de geração e alívio de cargas. O EER (Encargos de Energia de Reserva) representa todos os custos decorrentes da contratação da energia de reserva, entendida como aquela destinada a aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica ao SIN.; e

- **Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE) -** destina-se à cobertura do custeio das atividades da ANEEL e tem sua metodologia de cálculo detalhada no submódulo 5.5. do Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET. A TFSEE foi instituída pela Lei n.º 9.427/1996, regulamentada pelo Decreto n.º 2.410/1997, e posteriormente alterada pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que reduziu o valor de 0,5% para 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária.

  Esses encargos são apresentados como dedução da receita de uso do sistema de distribuição na demonstração do resultado.

4.11 Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

4.11.1 Benefícios fiscais

Equatorial Maranhão
SUDENE
Em 08 de agosto de 2018 a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 0101/2018, que outorga à Equatorial Maranhão o direito a redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2018 até o ano de 2027.

Equatorial Alagoas
SUDENE
Em 08 de novembro de 2019, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 0066/2019, que outorga à Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. o direito a redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2019 até o ano de 2028.

Equatorial Piauí
SUDENE
Em 24 de setembro de 2018 a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo n° 244/2018, que outorga à Equatorial Piauí o direito a redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2018 até o ano de 2027.

Equatorial Pará
SUDAM
Em 28 de dezembro de 2018, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu o Laudo Constitutivo nº 180/2018, que outorga à Equatorial Pará o benefício de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de diversificação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de vigência de 2018 até o ano de 2027.

Equatorial Telecomunicações
SUDENE
Em 08 de novembro de 2018 a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 0173/2018, que outorga a Equatorial Telecomunicações S.A. o direito a redução do imposto de renda de 75%, para as receitas de SCM, com prazo de vigência de 2019 até o ano de 2028.

Em 26 de dezembro de 2019 a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 0243/2019, que outorga a Equatorial Telecomunicações S.A. o direito a redução do imposto de renda de 75%, para as receitas de STFC, com prazo de vigência de 2019 até o ano de 2028.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Equatorial Transmissão

SPE 01 e 02

SUDENE
Em 21 de outubro de 2020 à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 80/2020, que outorga à Equatorial Transmissora 1 SPE S.A. e o Laudo Constitutivo nº 79/2020, que outorga à Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. o direito a redução de 75% do imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da Sudene, com o prazo de vigência de 2021 até o ano de 2030.

SPE 03 e 04
SUDENE
Em 11 de janeiro de 2019 à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu a Resolução N° 366/2018, que outorga à Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. e a Resolução N° 365/2018, que outorga à Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. o direito a redução de 75% do imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ), cuja a fruição está condicionada a entrada em operação do empreendimento e a apresentação dos documentos exigidos na legislação para fins de obtenção do Laudo Constitutivo.

SPE 05 e 06
SUDENE
Em 08 de Novembro de 2018 à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu a Resolução N° 320/2018, que outorga à Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. e a Resolução N° 321/2018, que outorga à Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. o direito a redução de 75% do imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ), cuja a fruição está condicionada a entrada em operação do empreendimento e a apresentação dos documentos exigidos na legislação para fins de obtenção do Laudo Constitutivo.

SPE 07
SUDAM
Em 05 de Dezembro de 2018 à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu a Resolução N° 203/2018, que outorga à Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. o direito a redução de75% do imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ), cuja a fruição está condicionada a entrada em operação do empreendimento e a apresentação dos documentos exigidos na legislação para fins de obtenção do Laudo Constitutivo.

SPE 08
SUDAM
Em 30 de dezembro de 2020 à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu o Laudo Constitutivo nº 98/2020, que outorga à Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. o direito a redução de 75% do imposto de renda de pessoa jurídica sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da Sudam, com o prazo de vigência de 2020 até o ano de 2029.

REIDI
As transmissoras da Companhia obtiveram habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007), que concede o benefício fiscal de suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 57, de 01 de agosto de 2017.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

4.11.2 Benefícios para reinvestimentos

Equatorial Maranhão

São decorrentes de benefício fiscal instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997, e Medida Provisória nº 2.199/2014, que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo, considerados prioritários conforme Decreto nº 4.213/2002, que estejam em operação na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, reinvestir em seus próprios projetos de modernização ou complementação de equipamentos. O reinvestimento corresponde a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os valores são recolhidos ao BNB e podem ser utilizados no ressarcimento de despesas já realizadas no ano-calendário correspondente à opção, ou para adquirir equipamentos novos, sendo vedada a utilização dos recursos em equipamentos usados ou recondicionados.

4.12 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita e despesas de juros;
- Rendimento de aplicações financeiras;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Ganhos/perdas líquidos nos instrumentos financeiros derivativos que são reconhecidos no resultado; e
- Descontos concedidos e obtidos; e outras receitas e despesas financeiras.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

4.13 Benefícios a empregados

4.13.1 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.13.2 Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

4.13.3 Planos de benefício definido

As obrigações líquidas das Controladas para os planos de benefícios é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Mensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas determinam os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

Notas Explicativas

4.13.4 Plano de opção de compra de ações

A Equatorial Energia S.A. concedeu plano de pagamento baseado em ações e opção de compra de ações a executivos das Companhias do Grupo.

A Companhia reconhece os produtos ou os serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações quando ela obtiver os produtos ou à medida que receber os serviços. Em contrapartida, a Companhia reconhece o correspondente aumento do patrimônio líquido se os produtos ou serviços forem recebidos em transação com pagamento baseado em ações liquidada em instrumentos patrimoniais, ou um passivo financeiro, correspondente ao pagamento baseado em ações liquidado em caixa (ou com outros ativos).

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido ou passivo, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço na data de aquisição (*vesting date*).

4.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, quando aplicável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

4.14.1 Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

A Companhia e suas controladas devem compensar os ativos fiscais correntes e os passivos fiscais correntes se, a Companhia e suas controladas:

- tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

4.14.2 Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver . Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando os critérios aplicáveis são atendidos.

4.15 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33 - Resultado por Ação.

4.16 Instrumentos financeiros

4.16.1 Reconhecimento e mensuração inicial

Os contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

4.16.2 Classificação e mensuração subsequentes

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia e suas controladas não possuem ativo financeiro ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
- Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(c) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecic no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecid como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunc são reclassificados para o resultado.

Notas Explicativas

(d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

4.16.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

4.16.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

4.16.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *Hedge*

As Controladas Equatorial Pará e Equatorial Piauí mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo.

(a) *Hedge* de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

4.17 Capital social

4.17.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstradas no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12 - Tributo sobre o lucro.

4.17.2 Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

4.17.3 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25/IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes e ICPC 08 (R1) – Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos.

Notas Explicativas

A Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

4.18 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

4.18.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas elaboraram um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Vide nota explicativa n°33.5 para maiores detalhes.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e às suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Notas Explicativas

- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas está exposto ao risco de crédito.

4.18.2 Ativos financeiros com problema de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui ”problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não identificaram ativos financeiros sem expectativa de realização.

4.18.3 Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

4.18.4 Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

4.18.5 Ativos não financeiros

As controladas da Companhia possuem uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Companhia e suas controladas concluiram que não há indicativos de perda ao valor recuperável (*impairment*) nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente.

4.19 Ajuste a valor presente (AVP) de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo, com exceção dos parcelamentos, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

4.20 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

(a) Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórias

As provisões para processos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(b) Provisões para perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber

As Controladas da Companhia adotam o modelo de provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) que é mensurada a partir do aging list das contas a receber das faturas de energia elétrica e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia através da matriz de provisão. A matriz de provisão estabelece os percentuais de risco de recebimento dos valores recebíveis de acordo com o aging list das faturas de energia elétrica e das parcelas através da análise.

A matriz de provisão adotada é resultado do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e dos parcelamentos no período histórico analisado de 5 (cinco) anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica dos consumidores com a fatura de energia elétrica e do parcelamento, capturando a eficiência da cobrança adotada pelas Controladas da Companhia. As controladas utilizam uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com o contas a receber de clientes individuais.

4.21 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

4.22 Principais mudanças nas políticas contábeis

4.22.1 Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2020

(a) Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros e Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, uma vez que este não possui relações de *hedge* de taxas de juros.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladoras.

(c) Alterações no IFRS 3/CPC 15: Combinação de Negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos.

Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas Controladas.

(d) Alterações no IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 8/ CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros

Em outubro de 2018, o IASB emitiu definição de “material” e fez alterações no IAS 1 e IAS 8, que possuem data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas Controladas.

(e) Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisado fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas Controladas.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

4.23 Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas Controladas pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC25/IAS37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

(b) IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Essa norma não se aplica à Companhia e suas controladas.

(c) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26,de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Notas Explicativas

(d) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16); e
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3).

5 Assuntos regulatórios

5.1 Bandeiras tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor, os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

O Procedimento de Regulação Tarifaria – PRORET, Submódulo 6.8- Bandeiras Tarifárias tem por objetivo estabelecer as definições, metodologias e procedimentos de aplicação das Bandeiras Tarifárias. Os valores mensais dos repasses financeiros da Conta Bandeiras serão apurados a partir do resultado líquido das receitas e custos das distribuidoras, de acordo com a situação mensal verificada. Desse modo, as Companhias devedoras passaram a aportar na CCRBT (Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias) apenas as receitas excedentes. Já as Companhias credoras da CCRBT passaram a receber, a título de repasse, uma parcela desse excedente, proporcional ao seu custo não coberto por seus próprios recursos. Esta alteração aloca, de forma mais eficiente, os recursos provenientes das Bandeiras Tarifárias, mitigando o subsídio cruzado entre as distribuidoras e priorizando a alocação dos recursos nas áreas de concessão de origem.

Por fim, anualmente, ao final do período úmido (abril), a ANEEL irá definir o valor das Bandeiras Tarifárias para o ciclo seguinte, considerando a previsão de variação dos custos da energia relativos ao risco hidrológico das usinas hidrelétricas, à geração por fonte termelétrica, à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e aos encargos setoriais (Encargo de Serviços do Sistema – ESS e Encargo de Energia de Reserva) que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

Atualmente, existem quatro faixas de bandeiras: vermelha - patamar 1, com acréscimo de R$ 0,04/kWh, vermelha - patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R$ 0,06/kWh, amarela, com acréscimo de R$ 0,01/kWh e verde, sem acréscimo.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

O reconhecimento das receitas ocorre mensalmente, na referida competência, conforme demonstrado nas notas do contas a receber e receita e, refere-se, ao total faturado de bandeira tarifaria conforme acordo do mês, bem como os valores a receber ou a repassar da CCBRT.

Em 2020 e 2019, vigoraram as seguintes bandeiras tarifárias:

	Cor da Bandeira	
	2020	**2019**
Janeiro	Amarela	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Verde	Amarela
Junho	Verde	Verde
Julho	Verde	Amarela
Agosto	Verde	Vermelha Patamar 1
Setembro	Verde	Vermelha Patamar 1
Outubro	Verde	Amarela
Novembro	Verde	Vermelha Patamar 1
Dezembro	Vermelha Patamar 2	Amarela

Vale ressaltar que o Despacho 1.511, de 01 de junho de 2020, suspendeu em caráter excepcional e temporário, a aplicação sistemática de acionamento do sistema de Bandeiras Tarifárias, prevista no Submódulo 6.8 do Proret; e acionou bandeira verde, até a data citada, consoante ao período estipulado no Decreto 10.350/2020, para cobertura dos custos do setor elétrico do setor elétrico com recursos da Conta-Covid.

Em 01 de dezembro de 2020, o Despacho 1.511/2020 foi revogado por meio do Despacho 3.364/2020 reativando a sistemática de acionamento do sistema de Bandeiras Tarifarias a partir de 1º de dezembro de 2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as controladas diretas Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas, bem como as controladas indiretas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará, auferiram receita no montante de R$ 232.551 (R$ 318.976 em 31 de dezembro de 2019) de bandeira tarifária, sendo que deste montante R$ 92.307 foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT (R$ 36.190 em 31 de dezembro de 2019), criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

5.2 Decreto n° 9.642/2018 – Eliminação gradual de subsídios

O Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, alterou o art. 1º do Decreto nº 7.891/2013, que trata da aplicação de descontos tarifários, de modo a vedar a cumulatividade de descontos sobre as tarifas de distribuição de energia elétrica, de maneira a prevalecer o que confira maior benefício ao consumidor (essa situação apenas se aplicava aos consumidores atendidos em baixa tensão como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial). O decreto também determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o §2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como Rural; Cooperativa de Eletrificação Rural; Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela CDE, que repassam às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

5.3 Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

O Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017 determinou uma redução de lastro para fins de cobertura de consumo das distribuidoras, de 95% para 90%, referente às cotas de garantia física de energia, das usinas hidrelétricas com concessões prorrogadas ou licitadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, com vigência a partir de 1º de setembro de 2017.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as controladas diretas Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas, bem como as controladas indiretas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará, fizeram uso dos mecanismos disponíveis e mantiveram-se dentro dos limites supramencionados.

5.4 Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da CDE para neutralizar esses efeitos. Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às Companhias distribuidoras.

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora perante a CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, as Controladas da Companhia não disponibilizaram nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

5.5 Reajuste Tarifário Anual – Equatorial Pará

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em Reunião de Diretoria pública, aprovou o Reajuste Tarifário Anual 2020 da Equatorial Pará, a ser aplicada a partir de 07 de agosto de 2020, conforme Resolução Homologatória 2.750/2020. Considerando os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor neste processo tarifário será um aumento de 2,68% nas contas de energia.

5.6 Reajuste Tarifário Anual – Equatorial Piauí

Em 29 de outubro de 2019, a Equatorial Piauí apresentou Pedido de Reconsideração em face do Despacho nº 2.830/2019, contestando o indeferimento do pedido de RTE em 2019. Esse recurso, aguarda julgamento para decisão em última instância administrativa pela Diretoria.

Em 26 de novembro de 2019 foi homologado o Reajuste Tarifário Anual da Equatorial Piauí, a vigorar a partir de 02 de dezembro de 2019, que conduziria um efeito médio a ser percebido pelos consumidores de -7,16%. Tal decisão foi publicada mediante a Resolução Homologatória 2.644/2019.

Contudo, as tarifas decorrentes do Reajuste Tarifário 2019 não foram aplicadas em virtude da decisão proferida, em 03 de dezembro de 2019, pelo Tribunal Regional Federal da 1º Região, nos autos do Agravo de Instrumento nº 0002459-43.2019.4.01.0000, que informou a suspensão dos efeitos do Despacho nº 2.830/2019, e da REH nº 2.644/2019, até o advento de decisão da ANEEL sobre o pedido de reconsideração interposto contra o Despacho nº 2.830/2019.

Em 02 de setembro de 2020, a ANEEL publicou o Despacho 2.541/2020 que deferiu parcialmente o requerimento administrativo interposto pela EQTL PI e determinou a aplicação imediata das tarifas fixadas na REH 2.644/2019, que homologou o Reajuste Tarifário Anual de 2019. Além disso, determinou que os componentes financeiros negativos decorrentes da não aplicação das tarifas fixadas pela REH 2.644/2019, desde 02 de dezembro de 2019, sejam considerados no próximo processo tarifário da Equatorial Piauí.

Por fim, em 24 de novembro de 2020 foi homologado a Revisão Tarifária Extraordinária da Equatorial Piauí, a vigorar a partir de 02 de dezembro de 2020, que conduziu um efeito médio a ser percebido pelos consumidores de +3,48%, conforme Resolução Homologatória 2.811/2020.

5.7 Reajuste Tarifário Anual– Equatorial Alagoas

As tarifas vigentes até 02 de maio de 2020 são referentes ao Reajuste Tarifário Anual ("RTA") ocorrido em 2019, homologadas pela ANEEL através da Resolução Homologatória ("REH") 2.540/2019, com vigência de 03 de maio de 2019 a 02 de maio de 2020.

Em 28 de abril de 2020, foi homologada a Revisão Tarifária Extraordinária da Equatorial Alagoas, a vigorar a partir de 03 de maio de 2020, que conduziria um efeito médio a ser percebido pelos consumidores de +9,85%. Tal decisão foi publicada mediante a Resolução Homologatória 2.684/2020.

Entretanto, em virtude da situação pandêmica Covid-19 a luz da época, o art.11 da REH 2.684/2020 suspendeu a aplicação das tarifas fixadas na REH supracitada até 30 de junho de 2020, permanecendo vigente as tarifas homologadas na REH 2.540/2019.

A partir de 01 de julho de 2020 passou a vigorar as tarifas publicadas na REH 2.684/2020.

Notas Explicativas

Por fim, o componente financeiro positivo decorrente da não aplicação das tarifas fixadas pela REH2.684/2020, desde 03 de maio de 2020 a 30 de junho de 2020, serão consideradas no Reajuste Tarifário Anual 2021.

5.8 Reajuste Tarifário Anual – Equatorial Maranhão

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em Reunião de Diretoria pública, aprovou o Reajuste Tarifário Anual 2020 da Equatorial Maranhão, a ser aplicada a partir de 25 de agosto de 2020, conforme Resolução Homologatória 2.785/2020. Considerando os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor neste processo tarifário será uma redução de 0,01% nas contas de energia.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Caixa e depósitos bancários à vista	**912**	1.103	**73.807**	184.082
Caixas e equivalentes				
Certificado de Depósito Bancário - CDB	**1.316**	251.292	**818.964**	497.570
Operações compromissadas	**-**	-	**635.873**	56.815
Fundo de investimento aberto (b)	-	-	**7.192**	94.796
Fundo de investimento (Exclusivo) (a)				
Cotas fundos de investimentos	**24.183**	-	**87.407**	-
Operações compromissadas	**139.158**	230.858	**596.303**	867.234
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	47.447	-	75.707
Letra financeira	-	5.601	-	8.937
Títulos públicos	-	12	-	62
Subtotal de caixa e equivalentes	**164.657**	535.210	**2.145.739**	1.601.121
Total	**165.569**	536.313	**2.219.546**	1.785.203

(a) Referem-se a Fundos de Investimentos, Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e Operações Compromissadas, de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia e suas controladas, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos exclusivos, são investimentos em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do PL. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2)/IAS 7 - Demonstrações de Fluxo de Caixa; e

(b) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como operações compromissadas e títulos públicos. Estes fundos são utilizados no fluxo financeiro de curto prazo da Companhia, não constituindo aplicações de médio ou longo prazo, nem estão sujeitos a significantes variações no valor, sendo prontamente conversíveis em caixa e equivalentes conforme CPC 03 (R2)/ IAS 7.

A carteira global é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 equivale a 87,05% do CDI (99,20% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

7 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Circulante				
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	-	**5.381**	-
Fundos de investimentos (Exclusivo)				
Cotas de fundos de investimento	**524.131**	532.421	**4.683.416**	2.835.803
Operações compromissadas	-	-	-	240.182
Títulos públicos	**118.550**	246.130	**507.996**	764.864
Letra financeira	-	85.798	-	164.822
Debêntures	-	6.892	-	11.007
Certificado de Depósito Bancário CDB	-	-	-	4.219
Cheque não compensado	-	-	**(1.581)**	(1.644)
Fundo aberto	**318**	315	**202.071**	24.464
Total circulante	**642.999**	871.556	**5.397.283**	4.043.717
Não circulante				
Títulos e valores mobiliários (a)	-	18.129	**119.576**	126.756
Total não circulante	-	18.129	**119.576**	126.756
Total	**642.999**	889.685	**5.516.859**	4.170.473

Os Fundos de Investimentos representam operações em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade tais como: títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, sujeitos a relevante risco de mudança de valor e não são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Adicionalmente, os fundos exclusivos, são investimentos em cotas (FIC), administrado pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação na rentabilidade, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do PL. Logo, a Companhia e suas controladas não possuem gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas.

A carteira global é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 equivale a 92,30% do CDI (99,45% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

(a) Referem-se às aplicações restritas a garantia de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

8 Contas a receber de clientes (Consolidado)

8.1 Composição dos saldos

	2020	2019
Residencial	**1.999.365**	1.794.008
Industrial	**256.541**	234.839
Comercial	**546.822**	561.702
Rural	**212.937**	181.158
Poder público	**153.545**	199.868
Iluminação pública	**112.908**	91.004
Serviço público	**115.374**	106.836
Contas a receber de consumidores faturados	**3.397.492**	3.169.415
Contas a receber de consumidores não faturados (a)	**440.274**	452.958
Residencial	**1.542.059**	1.456.351
Industrial	**130.699**	116.712
Comercial	**410.473**	377.708
Rural	**81.781**	76.481
Poder público	**326.934**	332.774
Iluminação pública	**91.301**	94.210
Serviço público	**117.089**	122.530
Parcelamentos (b)	**2.700.336**	2.576.766
Baixa renda e viva luz (c)	**114.314**	88.764
(-) AVP- Contas a receber – parcelamentos (d)	**(47.249)**	(56.747)
Outras (e)	**471.855**	202.595
	538.920	234.612
Total	**7.077.022**	6.433.751
(-) Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	**(2.520.178)**	(2.047.396)
Total contas a receber clientes	**4.556.844**	4.386.355
Circulante	**3.589.317**	3.503.757
Não circulante	**967.527**	882.598

(a) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos sucedem ao exercício de encerramento contábil;

(b) A política de parcelamentos sobre faturas de energia elétrica das controladas prevê o prazo de até 48 vezes e com a aplicação de taxa de juros de até 1% a.m. Para os parcelamentos, anteriormente firmados nas recentes adquiridas, realizados sem juros ou com taxas baixas, tiveram a aplicação de ajuste a valor presente. O saldo de parcelamentos estão classificados no ativo circulante e não circulante e apresentados líquidos de perdas esperadas para redução ao valor recuperável, no montante de R$ 2.186.047 e R$ 334.131, respectivamente;

(c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda;

(d) Ajuste a valor presente sobre o saldo de parcelamentos de longo prazo calculado utilizando a taxa de 9,1% a.a.; e

(e) Em 31 de dezembro de 2020, refere-se principalmente às transações de compra e venda de energia no Mercado Livre de Energia da controlada indireta Solenergias Comercializadora de Energia S.A. no montante de R$ 151.374.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

8.2 Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber

	2019	Provisões/ adições (a)	Reversões/ (baixas) (a)	2020
Contas a receber de consumidores faturados	1.003.427	**438.189**	**(123.365)**	**1.318.251**
Parcelamentos	968.535	**250.871**	**(92.985)**	**1.126.421**
Contas a receber de consumidores não faturados	23.605	**43.280**	**(47.937)**	**18.948**
Outras	51.829	**184.052**	**(179.323)**	**56.558**
Total	2.047.396	**916.392**	**(443.610)**	**2.520.178**

	2018	Aquisição (b)	Provisões/ adições	Reversões/ (baixas)	2019
Contas a receber de consumidores faturados	717.164	178.511	382.463	(274.711)	1.003.427
Parcelamentos	708.069	140.740	324.821	(205.095)	968.535
Contas a receber de consumidores não faturados	-	-	23.605	-	23.605
Outras	49.505	12.400	38.189	(48.265)	51.829
Total	1.474.738	331.651	769.078	(528.071)	2.047.396

(a) O efeito líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 referente à provisão e reversão de perda por valor recuperável do contas a receber das controladas da Companhia foi de R$ 472.782. Nesse processo, também reconheceram reversão de perdas desses clientes de títulos baixados no valor R$ 167.646, além dos impactos mencionados, foi registrada a reversão de outros créditos a receber no montante de R$ 33.355 gerando um impacto líquido no resultado do exercício de R$ 271.781, sendo R$ 268.177 no resultado operacional e R$ 3.604 decorrente de juros de mora contabilizado no resultado financeiro; e

(b) Saldos provenientes da Equatorial Alagoas em 31 de março de 2019, data em que a Companhia obteve o controle acionário da controlada.

8.3 Contas a receber de consumidores faturados

	2020			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	**371.366**	**425.309**	**1.202.690**	**1.999.365**
Industrial	**87.741**	**11.316**	**157.484**	**256.541**
Comercial	**237.656**	**61.324**	**247.842**	**546.822**
Rural	**41.986**	**30.241**	**140.710**	**212.937**
Poder público	**75.521**	**32.248**	**45.776**	**153.545**
Iluminação pública	**70.589**	**8.329**	**33.990**	**112.908**
Serviço público	**49.543**	**32.813**	**33.018**	**115.374**
Total	**934.402**	**601.580**	**1.861.510**	**3.397.492**

	2019			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	395.779	433.383	964.846	1.794.008
Industrial	85.679	19.413	129.747	234.839
Comercial	252.819	80.921	227.962	561.702
Rural	38.751	29.939	112.468	181.158
Poder público	102.151	59.509	38.208	199.868
Iluminação pública	58.234	7.195	25.575	91.004
Serviço público	50.966	31.872	23.998	106.836
Total	984.379	662.232	1.522.804	3.169.415

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

8.4 Parcelamentos

	2020			
	Saldos a vencer	**Vencidos até 90 dias**	**Vencidos há mais de 90 dias**	**Total**
Residencial	**962.731**	**74.836**	**504.492**	**1.542.059**
Industrial	**76.531**	**2.516**	**51.652**	**130.699**
Comercial	**312.336**	**12.173**	**85.964**	**410.473**
Rural	**43.036**	**4.207**	**34.538**	**81.781**
Poder público	**282.424**	**7.829**	**36.681**	**326.934**
Iluminação pública	**83.638**	**1.496**	**6.167**	**91.301**
Serviço público	**109.030**	**3.363**	**4.696**	**117.089**
Total	**1.869.726**	**106.420**	**724.190**	**2.700.336**

	2019			
	Saldos a vencer	**Vencidos até 90 dias**	**Vencidos há mais de 90 dias**	**Total**
Residencial	1.025.455	75.937	354.959	1.456.351
Industrial	80.666	2.484	33.562	116.712
Comercial	303.027	10.808	63.873	377.708
Rural	46.973	4.365	25.143	76.481
Poder público	292.136	7.202	33.436	332.774
Iluminação pública	91.178	1.580	1.452	94.210
Serviço público	112.597	2.892	7.041	122.530
Total	1.952.032	105.268	519.466	2.576.766

***Aging* parcelamentos saldos a vencer em 31 de dezembro de 2020**

	2020				
	2020	**2021**	**2022**	**Após 2022**	**Total**
Residencial	**74.902**	**337.237**	**244.977**	**305.615**	**962.731**
Industrial	**2.059**	**54.786**	**8.425**	**11.261**	**76.531**
Comercial	**16.255**	**75.104**	**45.167**	**175.810**	**312.336**
Rural	**4.392**	**17.661**	**10.482**	**10.501**	**43.036**
Poder público	**12.576**	**32.052**	**34.757**	**203.039**	**282.424**
Iluminação pública	**6.452**	**11.811**	**11.909**	**53.466**	**83.638**
Serviço público	**1.665**	**27.090**	**22.340**	**57.935**	**109.030**
Total do parcelamento	**118.301**	**555.741**	**378.057**	**817.627**	**1.869.726**

***Aging* parcelamentos saldos vencidos em 31 de dezembro de 2020 há mais de 90 dias**

	2020					
	Venc. 91 à 360 dias	**Venc. de 361 à 720 dias**	**Venc. de 721 à 1080 dias**	**Venc. de 1081 à 1530 dias**	**Venc. a mais de 1530 dias**	**Total**
Residencial	**143.702**	**134.363**	**84.865**	**93.580**	**47.982**	**504.492**
Industrial	**4.849**	**5.008**	**7.466**	**23.225**	**11.104**	**51.652**
Comercial	**17.284**	**16.619**	**13.299**	**24.412**	**14.350**	**85.964**
Rural	**9.262**	**9.423**	**6.169**	**6.803**	**2.881**	**34.538**
Poder público	**16.391**	**4.098**	**3.185**	**12.266**	**741**	**36.681**
Iluminação pública	**4.764**	**542**	**357**	**236**	**268**	**6.167**
Serviço público	**3.123**	**628**	**298**	**612**	**35**	**4.696**
Total do parcelamento	**199.375**	**170.681**	**115.639**	**161.134**	**77.361**	**724.190**

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

9 Valores a receber (devolver) de parcela A e outros itens financeiros (Consolidado)

	2019	Constituição	Efeito do ajuste tarifário	Atualização	Amortizações	2020
Parcela A						
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	(27.155)	**43.202**	**(9.607)**	**(583)**	**(7.569)**	**(1.712)**
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	13.539	**(22.860)**	**(661)**	**(267)**	**(2.368)**	**(12.617)**
Rede básica (b)	76.875	**176.641**	**(26.462)**	**2.178**	**(38.204)**	**191.028**
Compra de energia CVA (c)	948.868	**431.054**	**(99.057)**	**18.160**	**(659.695)**	**639.330**
ESS - Encargos do serviço do sistema (d)	(198.435)	**(48.988)**	**10.783**	**(5.906)**	**188.425**	**(54.121)**
(-) Repasses da Conta-Covid – Parcela A (h)	-	**(683.686)**	-	**(4.542)**	**83.143**	**(605.085)**
	813.692	**(104.637)**	**(125.004)**	**9.040**	**(436.268)**	**156.823**
Itens financeiros						
Sobrecontratação de energia	(42.835)	**26.400**	**3.665**	**(1.563)**	**(2.873)**	**(17.206)**
Neutralidade	12.411	**21.288**	**(32.219)**	**457**	**1.808**	**3.745**
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente (e)	(312.860)	**(3.329)**	**(630)**	**871**	**66.166**	**(249.782)**
Ativo financeiro setorial RGR	-	-	-	**6.164**	-	**6.164**
Constituição RGR (f)	583.809	**21.697**	-	**61.632**	-	**667.138**
Acordo bilateral	11.466	**10.179**	**134.695**	**530**	**(75.158)**	**81.712**
Risco hidrológico	(215.498)	**(49.576)**	**(2.603)**	**(3.980)**	**56.247**	**(215.410)**
(-) Repasses da Conta-Covid – Parcela A (h)		**(453.076)**	**(1.081)**	**(1.660)**	**86.003**	**(369.814)**
Outros (g)	104.054	**(61.599)**	**155.165**	**228**	**557**	**198.405**
	140.547	**(488.016)**	**256.992**	**62.679**	**132.750**	**104.952**
Total	954.239	**(592.653)**	**131.988**	**71.719**	**(303.518)**	**261.775**
Efeito líquido entre saldos ativo e (passivo)						
Circulante	221.386					**(753.702)**
Não circulante	732.853					**1.015.477**

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	2018	Aquisição (i)	Constituição	Baixa	Efeito ro reajuste tarifário	Reclassificação	Atualização	Amortizações	2019
Parcela A									
CDE - Conta de desenvolvimento energético	31.871	698	(62.066)	(496)	(1.482)	-	52	4.268	(27.155)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	3.099	1.638	13.275	721	49	2.927	717	(8.887)	13.539
Rede básica	79.261	15.929	73.280	(8.582)	811	-	3.875	(87.699)	76.875
Compra de energia CVA	1.194.866	130.343	634.647	20.230	15.224	22.642	60.180	(1.129.264)	948.868
ESS - Encargos do serviço do sistema	(341.753)	(66.423)	(102.805)	30.135	(708)	-	(17.171)	300.290	(198.435)
	967.344	82.185	556.331	42.008	13.894	25.569	47.653	(921.292)	813.692
Itens financeiros						-			
Sobrecontratação de energia	(111.469)	(101.455)	(14.839)	44.299	(2.524)	-	2.735	140.418	(42.835)
Neutralidade	61.913	11.879	(12.202)	(53.349)	3.998	-	1.637	(1.465)	12.411
Equattorial Maranhão violação do limite de continuidade	86	(24)	(27)	(28)	(49)	9	7	114	88
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(217.232)	(7.332)	(115.424)	3.221	-	-	(19.243)	43.150	(312.860)
Constituição RGR	-	1.168.211	(634.178)	-	-	-	49.776	-	583.809
Outros	(3.545)	(22.153)	(80.166)	19.578	7.002	(25.578)	(7.887)	12.683	(100.066)
	(270.247)	1.049.126	(856.836)	13.721	8.427	(25.569)	27.025	194.900	140.547
Total	697.097	1.131.311	(300.505)	55.729	22.321	-	74.678	(726.392)	954.239
Efeito líquido entre saldos ativo e (passivo)									
Circulante	464.505								221.386
Não circulante	232.592								732.853

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

(a) O saldo da CVA (compensação de variação de valores de itens da Parcela A) da CDE foi afetado pela constituição da CVA R$ 43.202, cujo valor foi positivo em virtude do aumento das tarifas dos custos serem superiores as tarifas de cobertura vigentes, gerando uma constituição ativa;

(b) O saldo da CVA (compensação de variação de valores de itens da Parcela A) da Rede Básica foi afetado pela constituição da CVA em R$ 176.641 cujo valor foi positivo em virtude do aumento das tarifas dos custos serem superiores as tarifas de cobertura vigentes, gerando uma constituição ativa; outro fator que contribuiu para redução do saldo foi a amortização do valor recebido referente ao reajuste ocorrido em agosto de 2019, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, totalizou R$ 38.204.

(c) O saldo da CVA (compensação de variação de itens da parcela A) de energia foi impactado pelo aumento dos custos da operação do efeito disponibilidade e da exposição financeira, resultantes dos custos repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, gerando uma CVA positiva no período. Referente aos contratos de energia, em 2020 a constituição de CVA foi negativa (passiva), o que reflete um preço médio de pagamento menor em relação à cobertura tarifaria. Outro fator que contribuiu para redução do saldo foi a amortização do valor recebido referente ao reajuste ocorrido em agosto de 2019 nas distribuidoras Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, totalizaram R$ 174.815, R$ 281.783, R$ 100.519 e R$ 102.578, respectivamente, totalizando R$ 659.695;

(d) ESS (Encargo de Serviço do Sistema) está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). A medida de despachar essas térmicas é tomada pelo ONS (Operador Nacional do Sistema) para garantir a segurança energética do sistema. No reajuste tarifário, ocorrido em maio de 2019, o valor de previsão do ESS concedido pela ANEEL foi maior que os custos efetivamente pagos, o que no procedimento de modicidade tarifária resulta na recomposição via passivo regulatório;

(e) A Resolução Normativa nº 414/2010 estabelece a obrigatoriedade na cobrança de demandas que excederem em mais de 5% os valores previamente contratados por ponto de conexão, sendo esta chamada "Ultrapassagem de Demanda". Além disso, também determina que seja aplicada cobrança sobre os montantes de energia reativa e demanda de potência reativa que infringirem o limite que resulte em fator de potência igual a 0,92, sendo chamado "Excedente de Reativos". O tratamento destas receitas adicionais auferida pelas distribuidoras é calculada conforme o submódulo 2.1A do Procedimento de Regulação Tarifária - PRORET, onde também define: Os valores faturados de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, a partir da data-base do Laudo de Avaliação da 4ª Revisão Tarifária Periódica – 4ª RTP, até a Data Referência de Alteração Contratual - DRAC, deverão ser registrados em subconta específica, não sujeitos a amortização, quando, na 5ª RTP, o saldo contabilizado será subtraído da Parcela B. No caso, as distribuidoras da Companhia:

Equatorial Maranhão: Este processo ocorrerá durante o exercício de 2021;
Equatorial Piauí: O processo tarifário a ser homologada em dezembro/20, considerar-se-á a receita faturada de UD e ER dos meses de dezembro/2019 a novembro/2020;
Equatorial Alagoas: O processo tarifário homologado em maio/20, considerou-se a receita faturada de UD e ER dos meses de maio/2019 a abril/2020; e
Equatorial Pará: Este processo ocorreu durante o exercício social de 2019 e acontecerá novamente em 2023, quando acontecerá a próxima revisão tarifária;

(f) Este saldo de CVA é oriundo, em sua maior parte, da controlada Equatorial Alagoas, e refere-se ao empréstimo aprovado pela ANEEL a título de RGR (Reserva Global de Reversão), repassado através da CCEE. O empréstimo foi aprovado devido à necessidade de recursos extraordinários durante o período em que a controlada foi considerada pela ANEEL como Distribuidora Designada, atuando como prestadora de serviços até a sua privatização. O repasse foi aprovado no dia 12 de fevereiro de 2019, atendendo o que está disposto na Portaria MME nº 510, de 20 de dezembro de 2018. . No exercício findo em dezembro de 2020, o valor bruto de Ativos setoriais RGR corresponde a R$ 1.273.538, o qual é apresentado líquido do ajuste a valor presente no montante de R$ 660.554. O registro do ajuste a valor presente foi realizado em função da alteração das condições contratuais definidas no novo contrato de concessão para a dívida correspondente ao ativo financeiro setorial;

(g) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo dos outros ativos e passivos regulatórios tem em sua composição os: i) o montante de R$ 164.210 referente ao diferimento dos itens financeiros da revisão tarifária de maio de 2020 da Equatorial Alagoas, com vistas a reduzir o impacto nas tarifas (foram considerados diferimentos dos seguintes itens financeiros: CVA em processamento - transporte, neutralidade da Parcela A, CVA em processamento encargos e CVA em processamento energia); ii) financeiro constituído em função da Postergação de Reajuste R$ 23.419 da Equatorial Alagoas e R$ 102.654 da Equatorial Piauí; iii) valor da previsão do risco hidrológico a ser amortizado no reajuste de 2020 (R$ 50.028) da Equatorial Alagoas e R$ 61.840 da Equatorial Piauí, associado à Reversão do Risco Hidrológico a amortizar até julho de 2021 R$ (1.056) da Equatorial Pará e (R$ 102.758) da Equatorial Maranhão; iv) outros financeiros referente: financeiro do recálculo da Parcela B 2019 (R$ 64) da Equatorial Alagoas; e v) ajuste CUSD R$ 293 das controladas, garantias financeiras R$3.892 das controladas, acordos bilaterais R$81.674 das controladas, e repasse de compensação DIC/FIC (R$ 51) das controladas; e

(h) Referem-se aos repasses da Conta-Covid, conforme Despachos 2.177/2020, 2.353/2020 e 2.640/2020 publicados pela ANEEL, representados principalmente, por: (i) R$683.686 de baixa do ativo financeiro setorial – parcela A; (ii) R$ 453.076 referente à constituição de passivo financeiro setorial (sobrecontratação e neutralidade); e (iii) R$ 169.146 amortizado (parcela A e itens financeiros) através da tarifa homologada no Reajuste Tarifário Anual 2020 das distribuidoras controladas pela Companhia.

(i) Saldos provenientes da controlada Equatorial Alagoas em 31 de março de 2019, data em que a Companhia obteve o controle acionário da controlada.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário das controladas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão).

Através da Resolução Homologatória nº 2.758, de 25 de agosto de 2020, a ANEEL realizou o reajuste tarifária anual da controlada Equatorial Maranhão, e as novas tarifas entraram em vigor no dia 28 de agosto de 2020 com vigência até 27 de agosto de 2021, e através da Resolução Homologatória nº 2.750, de 06 de agosto de 2020, a ANEEL realizou o reajuste tarifário anual da controlada Equatorial Pará, e as novas tarifas entraram em vigor no dia 07 de agosto de 2020 com vigência até 06 de agosto de 2021.

Neste processo, as CVA contabilizadas pelas controladas são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças entre o valor apurado pela Equatorial Maranhão e Equatorial Pará e o concedido pela ANEEL no mesmo período. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste nas controladas.

As tarifas de aplicação das controladas, constantes da Resolução Homologatória nº 2.758, 25 de agosto de 2020, foram reajustadas em média -0,01% na controlada Equatorial Maranhão, 2,68% na controlada Equatorial Pará conforme Resolução Homologatória n° 2.750, 06 de agosto de 2020, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usurários/agentes supridos pelas controladas.

Para a controlada Equatorial Piauí, no mês de dezembro de 2020, à ANEEL apurou o índice da revisão tarifária extraordinária da Companhia adequando suas despesas da parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e atualizando a parcela B (custos gerenciáveis), com o efeito médio de reajuste em +3,48% (três vírgula quarenta e oito por cento). A Resolução Homologatória nº 2.811, de 24 de novembro de 2020, homologou as novas tarifas que entraram em vigor no dia 02 de dezembro de 2020 com vigência até 1º de dezembro de 2021.

Através da Resolução Homologatória nº 2.684, de 28 de abril de 2020, a ANEEL Homologa o resultado da Revisão Tarifária Extraordinária – RTE da controlada Equatorial Alagoas, as Tarifas de Energia – TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD. Correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores de 9,85% (nove vírgula oitenta e cinco por cento), onde as novas tarifas estarão em vigor no período de 03 de maio de 2020 a 02 de maio de 2021.

No entanto, conforme Art. 11, da Resolução Homologatória nº 2.684, de 28 de abril de 2020, ficou suspensa a aplicação dos dispositivos e tabelas dos Anexos desta Resolução, resultantes do processo do Revisão Tarifária Extraordinária da Equatorial Alagoas de 2020 até a data de 30 de junho de 2020. § 1º A concessionária continuará a aplicar, a partir de 03 de maio de 2020, as tarifas vigentes, constantes das Tabelas 1 e 2 da Resolução Homologatória nº 2.540, de 30 de abril de 2019. A partir de primeiro de julho de 2020, a concessionária começou a aplicar as tarifas constantes das Tabelas 1 e 2 da Resolução Homologatória nº 2.684, de 28 de abril de 2020.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

10 Impostos e contribuições a recuperar (Consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Circulante				
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	**-**	-	111.564	95.559
INSS	**-**	-	**9.041**	10.806
PIS e COFINS	**6**	2	**14.685**	67.696
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (b)	**-**	-	**1.087.311**	75.999
Outros	**28**	860	**18.372**	6.006
Total circulante	**34**	862	**1.240.973**	256.066

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Não circulante				
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	**-**	12	**157.542**	139.080
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (b)	**-**	-	**804.414**	1.467.367
Outros	**-**	-	**22.527**	26.990
Total não circulante	**-**	12	**984.483**	1.633.437
Total impostos e contribuições a recuperar	**34**	874	**2.225.456**	1.889.503

(a) A Companhia e suas controladas possuem impostos a recuperar referentes a créditos de ICMS sobre aquisição de materiais destinados ao ativo operacional, apropriados à proporção de 1/48 avos; e

(b) As controladas diretas Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas, bem como as controladas indiretas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará, possuem um ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R$ 400.961, R$ 200.926, R$ 551.358 e R$ 738.480 (R$ 462.531, R$ 290.234, R$ 790.601 e R$ 0 em 31 de dezembro de 2019), respectivamente, baseada na opinião de seus assessores jurídicos após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e suportado pelo trânsito em julgado da Ação, conforme nota explicativa nº 26.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (Presidente e Diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente, dos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as Companhias descritas abaixo:

Controladora

	2020	2019
Outros créditos a receber	**Ativo**	**Ativo**
Equatorial Transmissão S.A (a)	**2.278**	2.278
Total	**2.278**	2.278

	2020		2019	
		Efeito no resultado		Efeito no resultado
Recuperação judicial	**Ativo**	**(Despesa)**	**Ativo**	**(Despesa)**
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (b)	**10.051**	**(1.296)**	9.569	(424)
Total	**10.051**	**(1.296)**	9.569	(424)

	2020	2019
Dividendos a receber	**Ativo**	**Ativo**
Equatorial Transmissão S.A.	**16.170**	7.090
Equatorial Distribuição S.A.	**74.989**	41.911
55 Soluções S.A.	**19.965**	10.532
Equatorial Maranhão S.A.	**390**	390
Equatorial Pará S.A.	**261**	261
Equatorial Alagoas S.A.	**54.877**	-
Intesa	**1.161**	33.021
Geradora de Energia do Maranhão S.A.	**7.464**	5.176
Total	**175.277**	98.381

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado

	2020	2019
Dividendos a receber	**Ativo**	**Ativo**
Geradora de Energia do Maranhão S.A.	**7.463**	**5.175**
Total	**7.463**	**5.175**

	2020		2019	
		Efeito no resultado		Efeito no resultado
Outros créditos a receber	**Ativo**	**Receita**	**Ativo**	**Receita**
Equatorial Energia Fundação de Previdência	**13**	**2.610**	-	-
Eletrobras	**-**	**2.559**	-	-
Equatorial Energia Fundação de Previdência	**-**	**-**	-	3.114
Geradora de Energia do Maranhão S.A.	**30**	**3.734**	-	2.345
Total	**43**	**8.903**	-	5.459

	2020		2019	
		Efeito no resultado		Efeito no resultado
Outras contas a pagar	**Passivo**	**(Despesa)**	**Passivo**	**(Despesa)**
Fundação CEPISA de Seguridade Social	**(147)**	**(39.256)**	(1.327)	(34.592)
Equatorial Energia Fundação de Previdência	**-**	**(30)**	-	(2.699)
Fundação CEAL de Seguridade Social	**(604)**	**(1.602)**	-	-
Geradora de Energia do Maranhão S.A.			-	(4.409)
Total	**(751)**	**(40.888)**	(1.327)	(41.700)

	2020		2019	
		Efeito no resultado		Efeito no resultado
Empréstimos	**Passivo**	**(Despesa)**	**Passivo**	**(Despesa)**
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-Eletrobras (c)	**-**	**(20.263)**	(122.888)	(17.549)
Total	**-**	**(20.263)**	(122.888)	(17.549)

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	2020		2019	
Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial	**Passivo**	**Efeito no resultado (Despesa)**	**Passivo**	**Efeito no resultado (Despesa)**
Eletrobras (d)	**(649.956)**	**(38.998)**	(649.955)	(29.749)
Total	**(649.956)**	**(38.998)**	(649.955)	(29.749)

(a) Refere-se a gastos incorridos durante a fase pré-operacional das transmissoras;

(b) Os valores com a Equatorial Pará são provenientes da aquisição direta ou indireta e negociação dos créditos constantes na recuperação judicial desta controlada indireta, devidos aos seguintes credores: BNDES, Banco Bradesco, Banco Itaú BBA/ Unibanco, BIC Banco, Banco Merrill Lynch e Banco Société Générale. O saldo será amortizado em 10 parcelas anuais, fixas e iguais, vencendo-se a primeira parcela no último dia de 30 de setembro de 2034, a última parcela no último dia de 30 de setembro de 2043 e valores provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas sem a incidência de encargos financeiros nessas transações, com prazo de duração indeterminado, conforme Nota Técnica nº 15/2018-SFF/ANEEL processo número 48500.000377/2018-91, vide Nota Explicativa nº 23;

(c) Os valores com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) são referentes a contratos de empréstimos, provenientes de linhas de financiamento específicas para o Setor Elétrico e suas condições são igualmente praticadas com outras distribuidoras de energia elétrica do Brasil. Durante o exercício de 2020, houve a liquidação dos contratos pelas controladas indiretas Equatorial Pará e Equatorial Maranhão. Vide nota explicativa nº 17; e

(d) Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Arts. 61 e 63 da Lei 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, como encerrada a recuperação judicial da Companhia. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras, é detentora de créditos homologados no valor de R$ 423.463, que serão quitado da seguinte forma: (i) carência para pagamento de principal e juros até agosto de 2019, com juros capitalizados; (ii) juros de 6% a.a. e pagos semestralmente a partir do último dia de setembro de 2019, e incidentes sobre o valor do saldo do principal; e (iii) pagamento do principal: (iii.a) de março de 2027 a setembro de 2030, inclusive, amortizações correspondentes a 5% a.a. do principal em parcelas semestrais; (iii.b) de março de 2031 a setembro de 2033, inclusive, amortizações correspondentes a 10% a.a. do principal ao ano, em parcelas semestrais; (iii.c) em setembro de 2034, o saldo de 50% (cinquenta por cento) do principal. Vide detalhes na nota explicativa n° 23

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração, o Presidente e os Diretores. A remuneração foi fixada em até R$ 26.600, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2020 (R$ 16.000 em 30 de abril de 2019).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia e suas controladas, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia e suas controladas não possuem para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Os benefícios pós-empregos estão descritos na nota explicativa n° 32 – Benefício pós emprego - e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de planos de opção de compra de ações e pagamento baseado em ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 27.8 - Planos de opção de compras de ações.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 dezembro de 2020, paga pela Companhia:

	Conselho de Administração	%	Diretoria Estatutária	%	Total
Números de membros	7		6		13
Remuneração fixa anual	5.402	100%	2.303	17%	7.705
Salário ou Pró-labore	4.525	84%	1.832	13%	6.357
Benefícios diretos e indiretos	-	-	105	1%	105
Outros (INSS parte empresa)	877	16%	366	3%	1.243
Remuneração variável	-	-	6.029	43%	6.029
Bônus	-	-	5.025	36%	5.025
Outros (INSS parte empresa)	-	-	1.004	7%	1.004
Remuneração baseada em ações	-	-	5.542	40%	5.542
Valor total da remuneração por órgão	**5.402**	**100%**	**13.874**	**100%**	**19.276**

Garantias

A Companhia presta garantia como avalista ou fiadora das Controladas sem ônus nos contratos de empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

12 Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas e nas controladas em conjunto são conforme a seguir demonstradas:

		Controladora		Consolidado	
	Participação	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Avaliados por equivalência patrimonial:					
Equatorial Distribuição	90,15%	**4.629.987**	4.423.190	-	-
Equatorial Piauí	94,47%	**1.183.069**	679.917	-	-
Equatorial Alagoas	96,37%	**1.159.620**	809.472	-	-
Geradora de Energia do Maranhão	25,00%	**112.292**	103.751	112.292	103.751
55 Soluções	100,00%	**143.541**	82.572	-	-
Equatorial Transmissão	100,00%	**3.079.946**	2.072.159	-	-
INTESA	100,00%	**314.595**	492.961	-	-
Subtotal		**10.623.050**	8.664.022	**112.292**	103.751
Outros investimentos		-	-	**17.732**	18.466
Total		**10.623.050**	8.664.022	**130.024**	122.217

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

12.1 Movimentação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto – Controladora

	2019	Aumento de capital	Dividendos mínimos	Dividendos adicionais	Resultado da equivalência patrimonial	Amortização do direito de concessão	Outros resultados abrangentes	Stock options	Opções de Compra	2020
Controladas										
Equatorial Distribuição	4.423.190	-	**(777.486)**	**(79.529)**	**1.020.860**	-	**766**	**42.186**	-	**4.629.987**
Equatorial Piauí	679.917	-	-	-	**590.479**	**(54.800)**	**(38.073)**	**5.546**	-	**1.183.069**
Equatorial Alagoas	809.472	-	**(54.878)**	-	**440.485**	**(39.093)**	**(9.317)**	**6.721**	**6.230**	**1.159.620**
Geradora de Energia do Maranhão	103.751	-	**(25.199)**	-	**33.740**	-	-	-	-	**112.292**
55 Soluções	82.572	-	**(19.964)**	-	**79.859**	-	-	**1.074**	-	**143.541**
Equatorial Transmissão	2.072.159	**129.898**	**(73.175)**	**(9.078)**	**955.662**	-	-	**4.480**	-	**3.079.946**
INTESA	492.961	-	**(199.062)**	**(1.161)**	**26.494**	**(4.637)**	-	-	-	**314.595**
Total	8.664.022	**129.898**	**(1.149.764)**	**(89.768)**	**3.147.579**	**(98.530)**	**(46.624)**	**60.007**	**6.230**	**10.623.050**

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

12.2 **Informações das controladas e controladas em conjunto**--Consolidado

A Companhia apresenta o quadro abaixo de maneira a ilustrar a posição de suas controladas individualmente.

		Balanço patrimonial					Resultado em 2020					
		Circulante		Não circulante								
Saldos em 2020	**Participação societária**	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Receita líquida**	**Lucro bruto**	**Receitas/ despesas operacionais**	**Resultado financeiro líquido**	**Imp. renda contribuição social**	**Resultado Líquido do exercício**
Equatorial Piauí	**94,4737%**	**2.334.535**	**1.831.400**	**2.875.968**	**3.643.100**	**(263.997)**	**2.583.489**	**730.462**	**(25.873)**	**(55.137)**	**(30.052)**	**619.400**
Equatorial Alagoas	**96,3666%**	**1.837.604**	**1.300.545**	**2.470.911**	**2.877.446**	**130.524**	**2.122.930**	**621.203**	**(156.964)**	**(10.775)**	**(174)**	**453.290**
Geradora de energia do Maranhão	**25,0000%**	**218.600**	**195.419**	**548.052**	**168.607**	**402.626**	**373.927**	**191.041**	**(16.908)**	**(14.510)**	**(24.662)**	**134.961**
55 Soluções	**100,0000%**	**91.484**	**40.230**	**94.024**	**1.737**	**143.541**	**160.069**	**60.533**	**35.584**	**501**	**(16.759)**	**79.859**
Equatorial Transmissão	**100,0000%**	**17.668**	**28.684**	**3.090.962**	**-**	**3.079.946**	**-**	**-**	**955.659**	**3**	**-**	**955.662**
Equatorial Distribuição	**90,1400%**	**111.879**	**88.270**	**5.107.928**	**-**	**5.131.537**	**-**	**-**	**1.132.348**	**115**	**-**	**1.132.463**
INTESA	**100,0000%**	**243.870**	**59.471**	**829.355**	**770.263**	**243.491**	**120.947**	**47.760**	**(3.181)**	**(19.249)**	**1.163**	**26.493**
		4.855.640	**3.544.019**	**15.017.200**	**7.461.153**	**8.867.668**	**5.361.362**	**1.650.999**	**1.920.665**	**(99.052)**	**(70.484)**	**3.402.128**

		Balanço patrimonial					Resultado em 2019					
		Circulante		Não Circulante								
Saldos em 2019	**Participação societária**	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Receita líquida**	**Lucro bruto**	**Receitas/ despesas operacionais**	**Resultado financeiro líquido**	**Imp. renda contribuição social**	**Resultado Líquido do exercício**
Equatorial Maranhão	65,1087%	2.794.304	928.193	4.633.382	3.365.258	3.134.235	3.046.007	1.043.750	(416.689)	(15.555)	(101.742)	509.764
Equatorial Pará	96,4992%	3.848.379	1.720.881	6.263.872	5.299.688	3.091.682	4.434.319	1.089.494	(524.755)	(106.314)	(102.671)	355.754
Equatorial Piauí	94,4737%	1.252.985	1.160.306	2.386.935	3.353.958	(874.344)	2.429.658	450.710	(190.622)	(156.532)	(10.277)	93.279
Equatorial Alagoas	96,3666%	988.625	606.078	2.422.169	3.096.184	(291.468)	1.443.939	450.368	(183.198)	(181.068)	178.596	264.698
Geradora de energia do norte	25,0000%	101.995	97.490	560.156	194.982	369.679	253.836	170.912	(15.034)	(17.620)	(21.488)	116.770
Vila Velha	50,0000%	-	-	6.600	-	6.600	-	-	-	-	-	-
55 Soluções	100,0000%	60.271	30.551	54.571	1.719	82.572	153.726	54.277	3.317	1.897	(15.145)	44.346
Equatorial Transmissão	100,0000%	6.709	14.387	2.079.836	-	2.072.158	-	-	1.026.019	217	-	1.026.236
Equatorial Distribuição	90,1400%	626	46.495	4.952.613	-	4.906.744	-	-	197.175	(1.356)	-	195.819
INTESA	100,0000%	372.358	89.661	899.488	764.964	417.221	488.397	440.351	(2.516)	(20.277)	(118.242)	299.316
		9.426.252	**4.694.042**	**24.259.622**	**16.076.753**	**12.915.079**	**12.249.882**	**3.699.862**	**(106.303)**	**(496.608)**	**(190.969)**	**2.905.982**

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

12.3 Conciliação dos investimentos

		2020						
Controladas	**Participação no capital**	**Patrimônio da controlada**	**Resultado**	**Equivalência patrimonial**	**Valor do investimento**	**Intangível de concessão (a)**	**Stock Options**	**Total do investimento**
Equatorial Alagoas	94,47%	**130.524**	**453.290**	**440.485**	**125.778**	**1.033.598**	**244**	**1.159.620**
Equatorial Piauí	96,37%	**(263.997)**	**619.400**	**590.479**	**(249.408)**	**1.432.170**	**307**	**1.183.069**
Geradora de Energia do Norte	25,00%	**402.626**	**134.961**	**33.740**	**100.657**	**11.635**	**-**	**112.292**
55 Soluções	100,00%	**143.540**	**79.859**	**79.859**	**143.541**	**-**	**-**	**143.541**
Equatorial Transmissão	100,00%	**3.079.948**	**955.662**	**955.662**	**3.079.946**	**-**	**-**	**3.079.946**
Equatorial Distribuição	90,15%	**5.131.537**	**1.132.463**	**1.020.860**	**4.625.830**	**-**	**4.157**	**4.629.987**
INTESA	100,00%	**243.491**	**26.493**	**26.494**	**243.491**	**71.104**	**-**	**314.595**
		8.867.669	**3.402.128**	**3.147.579**	**8.069.835**	**2.548.507**	**4.708**	**10.623.050**

		2019						
Controladas	**Participação no capital**	**Patrimônio da controlada**	**Resultado**	**Equivalência patrimonial**	**Valor do investimento**	**Intangível de concessão (a)**	**Provisão para perda desvalorização de investimento**	**Total do investimento**
Equatorial Maranhão	65,1087%	3.134.235	509.764	323.496	-	-	-	-
Equatorial Pará	96,4992%	3.091.682	355.754	342.498	-	-	-	-
Equatorial Piauí	94,4737%	(874.344)	93.279	128.558	(826.026)	1.505.943	-	679.917
Equatorial Alagoas	96,3666%	(291.468)	264.698	347.565	(280.877)	1.090.349	-	809.472
Geradora de Energia do Norte	25,0000%	369.679	116.770	29.295	92.420	11.331	-	103.751
Vila Velha	50,0000%	6.600	-	-	3.300	-	(3.300)	-
55 Soluções	100,0000%	82.572	44.346	44.346	82.572	-	-	82.572
Equatorial Transmissão	100,0000%	2.072.158	1.026.236	1.026.237	2.072.159	-	-	2.072.159
Equatorial Distribuição	90,1451%	4.906.744	195.819	176.522	4.423.190	-	-	4.423.190
INTESA	100,0000%	417.221	299.316	294.678	417.220	75.741	-	492.961
		12.915.079	2.905.982	2.713.195	5.983.958	2.683.364	(3.300)	8.664.022

(a) Refere-se ao saldo decorrente da Alocação do Preço de Compra *(PPA – Purchase Price Allocation)* na aquisição de suas controladas.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

13 Ativo financeiro da concessão (Consolidado)

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado *Weighted Average Cost of Capital* - WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	2019	Atualização do ativo financeiro (a)	Transf. (b) Ativo de contrato	Baixas	Outros (a)	Reclassificação	2020
Ativo financeiro – Distribuição	6.514.499	**276.664**	**597.748**	**(7.701)**	**355.822**	**(1.062)**	**7.735.970**
Obrigações especiais Distribuição (c)	(1.568.954)	**(92.072)**	**(53.200)**	-	**(355.822)**	-	**(2.070.048)**
Total	4.945.545	**184.592**	**544.548**	**(7.701)**	-	**(1.062)**	**5.665.922**

(a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão nas controladas Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas; e nas controladas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário.

A Medida Provisória nº 998, 02/09/2020 prevê que os ativos classificados na base de remuneração como sobras físicas e Ativos Imobilizados em Curso das distribuidoras que foram privatizadas (ativos existentes por ocasião da privatização e que não compunham a base de remuneração) e reconhecidos pela ANEEL no processo de valoração da base de ativos, na primeira revisão tarifária dessas distribuidoras passam ter direito à pagamento pelo ativos não depreciados.

Através da publicação do Diário Oficial da União - DOU, do dia 20 de novembro de 2020, foi instituído a Portaria Nº 413, de 19 de novembro de 2020, onde o Ministério de Estado de Minas e Energia autoriza o pagamento à controlada Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A., com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, referente aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica classificados como sobras físicas nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatórias, definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e decorrentes das licitações para desestatização de que trata o art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

O valor autorizado e atualizado pela MP nº 998, até a data do reposicionamento tarifário previsto no respectivo Contrato de Concessão da Concessionária é de R$ 355.822. Os recebimentos do valor serão em parcelas mensais, pagas no prazo de até três anos e atualizadas pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, até o mês anterior ao do pagamento.

(b) Correspondem às transferências dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão e intangível; e

(c) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

14 Intangível (Consolidado)

O intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

		2020			
	Taxas anuais	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Distribuição					
Em serviço – Distribuição	4,32%	**15.799.421**	**(7.654.070)**	**(2.196.067)**	**5.949.284**
Direito de concessão					
Direito de concessão – Equatorial Maranhão (a)	3,33%	**291.810**	**(140.491)**	-	**151.319**
Direito de concessão – Equatorial Pará (a)	3,33%	**172.905**	**(164.363)**	-	**8.542**
Direito de concessão -Equatorial Alagoas (a)	3,33%	**1.196.831**	**(71.042)**	-	**1.125.789**
Direito de concessão – Equatorial Piauí (a)	3,33%	**1.714.448**	**(130.511)**	-	**1.583.937**
Subtotal		**3.375.994**	**(506.407)**	-	**2.869.587**
Outros		**10.455**	**(440)**		**10.015**
Subtotal		**19.185.870**	**(8.160.917)**	**(2.196.067)**	**8.828.886**
Transmissão					
Em serviço – Transmissão (Direito de outorga)	4,34%	**9.024**	**(1.703)**	-	**7.321**
Em curso – Transmissão		**1.542**	-	-	**1.542**
Direito de concessão					
Direito de concessão - INTESA (a)	3,33%	**80.378**	**(9.274)**	-	**71.104**
Subtotal		**90.944**	**(10.977)**	-	**79.967**
Total		**19.276.814**	**(8.171.894)**	**(2.196.067)**	**8.908.853**

		2019			
	Taxas anuais	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Distribuição					
Em serviço – Distribuição	4,24%	15.005.268	(6.828.676)	(2.295.525)	5.881.067
Direito de concessão					
Direito de concessão – Equatorial Maranhão (a)	3,33%	291.810	(124.838)	-	166.972
Direito de concessão -Equatorial Alagoas (a)	3,33%	1.218.957	(30.474)	-	1.188.483
Direito de concessão – Equatorial Piauí (a)	3,33%	1.740.149	(72.506)	-	1.667.643
Subtotal		3.250.916	(227.818)	-	3.023.098
Outros		19.449	(359)	-	19.090
Subtotal		18.275.633	(7.056.853)	(2.295.525)	8.923.255
Transmissão					
Em serviço – Transmissão (Direito de outorga)	4,34%	9.027	(798)	-	8.229
Em curso – Transmissão		749	-	-	749
Direito de concessão					
Direito de concessão – INTESA (a)	3,33%	80.378	(4.637)	-	75.741
Subtotal		90.154	(5.435)	-	84.719
Total		18.365.787	(7.062.288)	(2.295.525)	9.007.974

* Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)

(a) Refere-se ao ajuste a valor justo do ativo intangível em combinação de negócio através da Alocação do Preço Pago – PPA, sendo classificado no consolidado como intangível, por tratar-se de direitos contratuais e outros direitos legais, em conformidade com o CPC 04 / IAS 38 – Ativo intangível.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Movimentação do ativo intangível

	2019	Outros	Reversão de *impairment*	Reclassificação	Adições	Baixas	Transferências(a) Ativo de contrato	2020
Em serviço	15.005.268	-	162.791	6.262	-	(109.509)	734.609	15.799.421
(-) Amortização	(6.828.676)	-	-	-	(895.785)	70.391	-	(7.654.070)
Total em serviço	8.176.592		162.791	6.262	(895.785)	(39.118)	734.609	8.145.351
Obrigações especiais (b)	(3.963.368)	(1.398)	-	25.263	-	15.821	(146.527)	(4.070.209)
(-) Amortização	1.667.843	-	-	-	206.300	-	(1)	1.874.142
Total em obrigações especiais	(2.295.525)	(1.398)	-	25.263	206.300	15.821	(146.528)	(2.196.067)
Outros	3.042.188	-	-	-	(114.759)	(47.827)	-	2.879.602
Total Distribuição	**8.923.255**	**(1.398)**	**162.791**	**31.525**	**(804.244)**	**(71.124)**	**588.081**	**8.828.886**

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	2019	Outros	Reversão de *impairment*	Reclassificação	Adições	Baixas	Transferências (a) Ativo de contrato	2020
Em serviço	9.027	-	-	**(7.707)**	-	-	-	**1.320**
(-) Amortização	(798)	-	-	**759**	-	**(663)**	-	**(702)**
Total em serviço	8.229	-	-	**(6.948)**	-	**(663)**	-	**618**
Em curso	749	-	-	-	**793**	-	-	**1.542**
Direito de concessão	80.378	-	-	-	-	-	-	**80.378**
(-) Amortização	(4.637)	-	-	-	**(4.637)**	-	-	**(9.274)**
Total direito de concessão	75.741	-	-	-	**(4.637)**	-	-	**71.104**
Outros	-	-	-	**6.948**	**(245)**	-	-	**6.703**
Total Transmissão	**84.719**	-	-	-	**(4.089)**	**(663)**	-	**79.967**
Intangível total	**9.007.974**	**(1.398)**	**162.791**	**31.525**	**(808.333)**	**(71.787)**	**588.081**	**8.908.853**

(a) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão e ativo intangível; e

(b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

15 Ativos contratuais (Consolidado)

Os ativos de contrato do Grupo estão constituídos conforme a seguir demonstrado:

	2020						
	Custo	**Baixa por recebimento de RAP**	**(-) Obrigações vinculadas à concessão**	**Remuneração do ativo de contrato**	**Receita de construção**	**Receita de manutenção e operação**	**Valor líquido**
Distribuição	**1.942.174**	**-**	**(853.251)**	**-**	**-**	**-**	**1.088.923**
Transmissão	**7.399.369**	**(493.745)**	**-**	**1.221.130**	**1.835.761**	**21.775**	**9.984.290**
Total	**9.341.543**	**(493.745)**	**(853.251)**	**1.221.130**	**1.835.761**	**21.775**	**11.073.213**
Circulante							**708.900**
Não circulante							**10.364.313**

	2019			
	Custo	**Baixa por Recebimento de RAP**	**(-) Obrigações vinculadas à concessão**	**Valor Líquido**
Distribuição	1.464.994	-	(620.117)	844.877
Transmissão	7.591.069	(191.702)	-	7.399.367
Total	9.056.063	(191.702)	(620.117)	8.244.244
Circulante				699.692
Não circulante				7.544.552

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Movimentação dos ativos de contrato - Distribuição

				Transferências (a)				
	2019	Adições	Baixas	Ativo Intangível	Ativo Financeiro	Reclassificação	Outros	2020
Em curso	1.464.994	1.843.133	(26.544)	(734.609)	(597.748)	(5.200)	(1.852)	1.942.174
Obrigações especiais (b)	(620.117)	(416.834)	7.383	146.528	53.200	(25.263)	1.852	(853.251)
Total distribuição	844.877	1.426.299	(19.161)	(588.081)	(544.548)	(30.463)	-	1.088.923

Movimentação dos ativos de contrato - Transmissão

	2019	Margem de construção	Remuneração do ativo de Contrato	Realização da RAP	Receita de O&M	Ativo de contrato – ganho / Perda de realização	2020
Em curso	7.437.274	2.200.964	705.808	-	-	(507.229)	9.836.817
Em serviço	(37.907)	142.028	515.323	(493.746)	21.775	-	147.473
Total transmissão	7.399.367	2.342.992	1.221.131	(493.746)	21.775	(507.229)	9.984.290
Total ativos contratuais	8.244.244						11.073.213
Circulante	699.692						708.900
Não circulante	7.544.552						10.364.313

(a) Correspondem às transferências (bifurcação) do ativo de contrato para o ativo financeiro da concessão e ativo intangível; e

(b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

A Companhia e suas controladas que atuam no ramo de distribuição de energia avaliaram o impacto e concluíram como baixo o risco de não recebimento e perda associada, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

16 Fornecedores (Consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Circulante				
Suprimento de energia elétrica (a)	-	-	**1.139.223**	889.825
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	**109.137**	72.659
Materiais e serviços (b)	**33.007**	2.081	**934.914**	920.819
Repasse de energia livre	-	-	**19.607**	19.174
Cauções em garantia	-	-	**28.120**	30.390
Partes relacionadas (c)	-	-	-	1.037
Provisão de fornecedores	-	-	**32.293**	35.112
Total	**33.007**	2.081	**2.263.294**	1.969.016
Não circulante				
Materiais e serviços	-	-	6.695	7.094
Total	-	-	6.695	7.094
Total	**33.007**	2.081	**2.269.989**	1.976.110

(a) A variação no exercício apresentado deve-se ao aumento dos custos das operações com a CCEE- efeito disponibilidade, efeito da contratação de cotas de garantia e exposição financeira que são valoradas ao PLD. Ademais, o aumento do PLD contribuiu para o acionamento das usinas termoelétricas, ocasionando aumento nas despesas com contratos de energia;

(b) Saldo refere-se, substancialmente, a fornecedores de materiais e serviços, relacionados aos investimentos na infraestrutura da concessão que as controladas realizaram no decorrer do exercício; e

(c) Valores relativos às transações com partes relacionadas, conforme nota explicativa nº 11.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

17 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

17.1 Composição do saldo

		Controladora 2020				Controladora 2019		
	Garantias	Custo médio da dívida (% a.a.)	Principal e encargos			Custo médio da dívida (% a.a.)	Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total		Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional									
Nota promissória	-		-	-	-	6,41%	507.358	-	507.358

		Consolidado 2020				Consolidado 2019		
	Garantias	Custo médio da dívida (% a.a.)	Principal e encargos			Custo médio da dívida (% a.a.)	Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)									
CCBI Citibank	-	3,12%	**400.433**	**1.258.982**	**1.659.415**	6,74%	7.602	1.284.299	1.291.901
Scotiabank		4,48%	**659**	**185.928**	**186.587**				
Total moeda estrangeira		3,26%	**401.092**	**1.444.910**	**1.846.002**		7.602	1.284.299	1.291.901
Moeda nacional									
Eletrobras	Recebíveis	3,74%	**573.472**	**1.494.696**	**2.068.168**	7,11%	278.260	2.124.748	2.403.008
IBM	-		-	-	-	5,96%	2.975	-	2.975
BNDES	Aval do Controlador + Recebíveis + Aplicação + Penhor de Ações	7,28%	**369.266**	**3.834.380**	**4.203.646**	8,74%	170.350	2.713.636	2.883.986
Banco do Brasil	Aval do Controlador + Alienação Fiduciária	4,10%	**31.454**	**618.551**	**650.005**	5,99%	734	273.663	274.397
BNB	Aval do controlador + Aplicação + Penhor de Ações	4,39%	**43.685**	**1.426.501**	**1.470.186**	6,23%	16.247	1.165.411	1.181.658
Caixa Econômica Federal	Aval do controlador+Recebíveis+ Aplicação	6,00%	**11.271**	**57.281**	**68.552**	6,00%	10.379	67.601	77.980
Finep	-		-	-	-	4,00%	161	-	161
CCEE/RGR/ANEEL (a)	Recebíveis	5,00%	-	**2.361.122**	**2.361.122**	5,00%	-	2.269.112	2.269.112
Santander	Aval do controlador	3,79%	**214.633**	**580.000**	**794.633**	6,83%	151.323	200.000	351.323
Votorantim	-		-	-	-	4,50%	125	-	125
Nota promissória		2,92%	**585.778**	-	**585.778**	6,60%	1.105.414	569.013	1.674.427
Subtotal		6,18%	**1.829.559**	**10.372.531**	**12.202.090**	6,89%	1.735.968	9.383.184	11.119.152
(-) Custo de captação			**(1.361)**	**(21.721)**	**(23.082)**		(1.290)	(23.239)	(24.529)
(-) Ajuste a Valor Presente (a)			-	**(1.237.435)**	**(1.237.435)**	10,58%	-	(1.281.570)	(1.281.570)
Subtotal			**(1.361)**	**(1.259.156)**	**(1.260.517)**		(1.290)	(1.304.809)	(1.306.099)
Total moeda nacional		6,65%	**1.828.198**	**9.113.375**	**10.941.573**	8,47%	1.734.678	8.078.375	9.813.053
Total		6,71%	**2.229.290**	**10.558.285**	**12.787.575**	8,27%	1.742.280	9.362.674	11.104.954

(a) As controladas Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas possuem ajuste a valor presente sobre o saldo do empréstimo aprovado pela ANEEL a título de RGR (Reserva Global de Reversão), realizado em função da alteração das condições contratuais definidas no novo contrato de concessão para a dívida cujos juros foram repactuados para 5% a.a. A Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas reconheceram, respectivamente, o ajuste a valor presente de R$ 674.930 e R$ 650.957, utilizando como data base 31 de março de 2019 e taxa de desconto que refletia o risco e prazos das captações disponíveis no mercado à Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de ajuste a valor presente corresponde a R$ 624.451 e 612.984 para Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas, respectivamente.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2020, os valores em empréstimos e financiamentos consolidados possuem um custo médio de 6,71% a.a., equivalente a 241,93 % do CDI (8,27% a.a., equivalente a 138,75% do CDI, em 31 de dezembro de 2019), considerando no custo da dívida do Citibank e Scotiabank, o custo da ponta passiva do *swap* em CDI + *spread*.

17.2 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2020, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Consolidado

	2020	
Vencimento	Valor	%
Circulante	**2.229.290**	**17%**
2022	**1.951.903**	**15%**
2023	**1.899.146**	**15%**
2024	**1.235.261**	**10%**
Após 2024	**6.731.131**	**53%**
Subtotal	**11.817.441**	**93%**
Custo de captação/AVP (Não circulante)	**(1.259.156)**	**(10%)**
Não circulante	**10.558.285**	**83%**
Total	**12.787.575**	**100%**

As controladas indiretas da Companhia (SPE 01, SPE 02, SPE 03 e SPE 05) possuem empréstimo com o Banco do Nordeste do Brasil, no montante de R$1.425.493 e conforme resolução no 4.798 de 06 de abril de 2020, referente aos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), tiveram suspensos as parcelas vencidas e vincendas até o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020, que foram impactos em decorrência do estado de calamidade pública da Covid-19.

As controladas diretas Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas possuem empréstimos com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) no montante de R$ 396.355 e R$ 207.388, respectivamente, e aderiram ao *standstill* proposto pelo Banco, com assinaturas dos aditivos em 08 de maio de 2020, para suspensão temporária de pagamento de juros remuneratórios e principal por seis meses, entre abril e setembro de 2020, com a capitalização do montante não pago e sem alteração de prazo final.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

17.3 Movimentação da dívida

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

Controladora

	Moeda nacional		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	507.358	-	507.358
Encargos	12.193	-	12.193
Amortização de principal	(500.000)	-	(500.000)
Pagamento de juros	(19.551)	-	(19.551)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-

Consolidado

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.734.678	8.078.375	7.602	1.284.299	11.104.954
Ingressos (a)	**-**	**2.505.251**	**-**	**200.000**	**2.705.251**
Encargos	**504.637**	**89.191**	**50.810**	**-**	**644.638**
Variação monetária e cambial	**(5.038)**	**109.246**	**87.570**	**253.329**	**445.107**
Transferências	**1.668.059**	**(1.668.059)**	**292.718**	**(292.718)**	**-**
Amortizações de principal	**(1.779.089)**	**-**	**-**	**-**	**(1.779.089)**
Pagamentos de juros	**(341.592)**	**-**	**(37.608)**	**-**	**(379.200)**
Custo de captação (b)	**2.409**	**(629)**	**-**	**-**	**1.780**
Ajuste a valor presente	**44.134**	**-**	**-**	**-**	**44.134**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.828.198**	**9.113.375**	**401.092**	**1.444.910**	**12.787.575**

(a) **Equatorial Maranhão**: Em 14 de agosto de 2020, foi celebrado o contrato com o BNB no valor de R$ 44.444, cujo recurso será destinado à gestão ordinária do caixa da Companhia, sendo dois subcréditos: R$ 40.000 com custo de IPCA + 2,98% a.a., e 4.444 com custo de CDI + 3,70% a.a., com vencimento final em 15 de julho de 2023. Em 19 de agosto de 2020, ocorreu a 4ª liberação do contrato com o BNDES, no valor de R$ 150.000, e em 25 de novembro de 2020 a quinta liberação no valor de R$ 90.000 cujo recurso será destinado à realização dos investimentos da Companhia, com custo de IPCA + 4,95% a.a. e vencimento final em 15 de maio de 2030;
Equatorial Pará: Em 22 de abril de 2020, ocorreu a 4ª liberação do contrato com o BNDES, no valor de R$ 220.000 e em 29 de setembro 2020, ocorreu a 5ª liberação, no valor de R$ 220.000, cujo recurso será destinado a realização dos investimentos da companhia, com o custo de IPCA + 4,81% a.a. e vencimento final em 15 de abril de 2028;
Equatorial Piauí: Em 16 de janeiro de 2020, foi celebrado contrato de financiamento com o Santander, no montante de R$ 130.000. Tal recurso destina-se à investimento da Companhia, com custo de CDI + 0,98% a.a. com vencimento final em 27 de dezembro de 2023. Em 09 de outubro de 2020, ocorreu a segunda liberação no montante de R$ 130.000 e em 18 de novembro de 2020, ocorreu a terceira liberação do contrato de financiamento com o BNDES, no montante de R$ 50.000. Tal recurso destina-se à investimento da Companhia, com custo de IPCA + 3,93% a.a. com vencimento final em 15 de outubro de 2039. Em 16 de outubro de 2020, foi celebrado contrato de financiamento com o Scotiabank, no montante de R$ 200.000. Tal recurso destina-se à gestão ordinária da Companhia, com custo de CDI + 1,68% a.a. com vencimento final em 10 de outubro de 2023. Em 30 de outubro de 2020, foi celebrado contrato de financiamento com o Santander, no montante de R$ 200.000. Tal recurso destina-se à gestão ordinária da Companhia, com custo de CDI + 1,65% a.a. com vencimento final em 09 de outubro de 2024;
Equatorial Alagoas: Em 16 de janeiro de 2020, foi celebrado contrato de financiamento com o Santander no valor de R$ 250.000, cujo recurso será destinado à realização dos investimentos da Companhia, com custo de CDI + 0,98% a.a. e vencimento final em 27 de dezembro de 2023. Em 11 de setembro de 2020, ocorreu a segunda liberação do contrato com o BNDES, no valor de R$ 75.000 e, em 18 de novembro de 2020, ocorreu a terceira liberação no valor de R$ 50.000, cujo recurso será destinado à realização dos investimentos da Companhia, com custo de IPCA + 3,93% a.a. e vencimento final em 15 de outubro de 2039;
Equatorial Transmissão SPE 1: Em 15 de janeiro de 2020, ocorreu a quarta liberação do contrato de financiamento com o BNB, no valor de R$ 50.000, , cujo recurso será destinado à realização dos investimentos da Companhia, com custo de IPCA + 2,076% a.a., sendo aplicável redução de 15% de redução de spread como bônus de adimplênciam, e vencimento final em 15 de julho de 2038;

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Equatorial Transmissão SPE 2: Durante o exercício corrente houve uma liberação em 31 de março no valor de R$ 26.193 e em 04 de junho no valor de R$ 4.908, referente ao contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, cujo recurso será destinado à realização dos investimentos da Companhia, com custo de IPCA + spread de 2,076% a.a., sendo aplicável a redução de 15% do spread como bônus de adimplência, e vencimento final em julho de 2038;
Equatorial Transmissão SPE 3: Durante o exercício corrente houve uma liberação em 04 de junho no valor de R$ 50.000 e em 12 de novembro no valor de R$ 28.554, referente ao contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, cujo recurso será destinado à realização dos investimentos da Companhia, com custo de IPCA + spread de 2,076% a.a., sendo aplicável a redução de 15% do spread como bônus de adimplência, e vencimento final em julho de 2038;
Equatorial Transmissão SPE 4: Durante o exercício corrente houve uma liberação em 30 de março no valor de R$ 78.000, em 23 de julho no valor de R$ 26.700 e em 16 de novembro no valor de R$ 9.500, referente ao contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, cujo recurso será destinado à realização dos investimentos da Companhia, com custo de IPCA + spread de 5,32% a.a., e vencimento final em dezembro de 2042;
Equatorial Transmissão SPE 5: Durante o exercício corrente houve uma liberação em 05 de março no valor de R$ 61.916 e em 28 de julho no valor de R$14.529, referente ao contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, cujo recurso será destinado à realização dos investimentos da Companhia, com custo de IPCA + spread de 2,570% a.a., sendo aplicável a redução de 15% do spread como bônus de adimplência, e vencimento final em abril de 2039;
Equatorial Transmissão SPE 6: Durante o exercício corrente houve uma liberação em 27 de fevereiro no valor de R$ 100.000, em 28 de maio no valor de R$ 54.200, em 04 de setembro no valor de R$ 24.000 e em 29 de dezembro no valor de R$ 10.000, referente ao contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES cujo recurso será destinado à realização dos investimentos da Companhia, com custo de IPCA + spread de 4,92% a.a., e vencimento final em dezembro de 2042;
Equatorial Transmissão SPE 7: Durante o exercício corrente houve uma liberação em 28 de maio no valor de R$ 59.931 e em 21 de dezembro no valor de R$ 87.571, referente ao contrato de financiamento com o Banco do Brasil, mediante repasse de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA") nos termos aprovados pela SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. O recurso será destinado à realização dos investimentos da Companhia, com custo de IPCA + 1,61% a.a., e vencimento final em 30 de outubro de 2038; e
Equatorial Transmissão SPE 8: Em 27 de novembro de 2020, ocorreu a segunda liberação do contrato de financiamento com o BNB, no valor de R$ 209.805, referente ao contrato de financiamento com o Banco do Brasil, mediante repasse de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA") nos termos aprovados pela SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. O recurso será destinado à realização dos investimentos da Companhia, com custo de IPCA + 1,61% a.a., e vencimento final em 30 de outubro de 2038.

(b) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

17.4 *Covenants* e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia e pelas controladas diretas Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas, Intesa e controladas indiretas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará e SPEs Transmissoras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 possuem garantias financeiras (real e fidejussória) e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar no vencimento antecipado dos contratos. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas mantiveram-se dentro dos limites dos *covenants* financeiros estipulados nos contratos, conforme demonstrado a seguir:

Controladas indiretas

Equatorial Maranhão

***Covenants* Notas Promissórias (NP)**	**1ª NP**
1º Dívida líquida/EBITDA :<=3,25	0,8
2º EBITDA /Despesa financeira líquida: >=1,5	25,8

***Covenants* Empréstimos**	**BNDES I**	**BNDES II**	**BNDES III**
1º Dívida líquida/EBITDA :<=3,0	0,8	0,8	0,8
2º Dívida líquida/(Dívida Líquida + PL) : <=0,7	0,2	0,2	0,2

***Covenants* Empréstimos**	**BNDES IV**
1º Dívida líquida/EBITDA :<=3,5	0,8
2º Dívida líquida/(Dívida Líquida + PL) : <=0,7	0,2

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Equatorial Pará

***Covenants* Empréstimos**	**Santander**
1º Dívida líquida/EBITDA: <= 3,5	1,6

***Covenants* Empréstimos**	**BNDES**
1º Dívida líquida/EBITDA :<= 3,75	2,0
2º Dívida líquida/(Dívida Líquida + PL) : <= 0,7	0,4

***Covenants* Empréstimos**	**Citibank I**	**Citibank II**
1º Dívida líquida/EBITDA :<= 4,0	1,7	1,7
2ª EBITDA/ Resultado Financeiro > 2,0	7,4	N/A

Controladas diretas

Equatorial Alagoas

***Covenants* Empréstimos**	**BNDES**
1º Dívida líquida/EBITDA :<= 3,75	1,8

A Companhia é avalista nas seguintes emissões, na qual a apuração dos *covenants* se dá de forma consolidada, a saber:

Equatorial Piauí

***Covenants* Empréstimos**	**BNDES**	**Scotiabank**	**Citibank**	**Santander**
1º Dívida líquida/EBITDA :<=4,5	1,9	1,9	1,9	1,9

Equatorial Alagoas

***Covenants* Empréstimos**	**Santander**
1º Dívida líquida/EBITDA :<= 4,5	1,9

Os indicadores, reportados na nota explicativa 17 - Empréstimos e Financiamentos, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

18 Debêntures

18.1 Movimentação da dívida

A movimentação das debêntures no exercício está conforme a seguir demonstrada:

Controladora

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11.622	1.252.232	1.263.854
Encargos	**32.563**	**-**	**32.563**
Pagamento de juros	**(41.028)**	**-**	**(41.028)**
Amortização do principal	**(695.500)**	**-**	**(695.500)**
Variação monetária	**-**	**4.996**	**4.996**
Custo de captação (a)	**1.756**	**(554)**	**1.202**
Transferências	**693.748**	**(693.748)**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.161	562.926	566.087

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	14.112	1.248.331	1.262.443
Ingressos	-	1.000.000	1.000.000
Encargos	91.278	-	91.278
Pagamento de juros	(93.467)	-	(93.467)
Variação monetária	-	4.099	4.099
Custo de captação (a)	978	(1.477)	(499)
Transferência Equatorial Distribuição	-	(1.000.000)	(1.000.000)
Transferências	(1.279)	1.279	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11.622	1.252.232	1.263.854

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui duas emissões vigentes.

Controladora							Em 31 de dezembro de 2020	
Emissão	Característica	Série	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento	Saldo líquido do custo de captação	Custo efetivo
2ª	(1)/(2)/(3)(4)	2ª	104.500	IPCA + 5,77% a.a.	out/18	nov./24	115.278	10,33%
3ª	(1)/(2)/(3)	Única	448.400	CDI + 1,3% a.a.	out/18	out/24	450.809	4,09%
							566.087	5,36%

(1) Emissão pública de debêntures simples

(2) Não conversíveis em ações

(3) Espécie quirografária

(4) Debêntures incentivadas

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	144.283	5.559.184	5.703.467
Ingressos	**-**	**-**	**-**
Encargos	**393.435**	**(20.038)**	**373.397**
Transferências	**1.439.196**	**(1.439.196)**	**-**
Amortização do principal	**(786.398)**	**-**	**(786.398)**
Pagamento de juros	**(218.161)**	**-**	**(218.161)**
Variação monetária	**(97.427)**	**16.350**	**(81.077)**
Custo de captação (a)	**8.148**	**1.027**	**9.175**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**883.076**	**4.117.327**	**5.000.403**

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	505.464	4.170.885	4.676.349
Ingressos	-	1.595.000	1.595.000
Encargos	351.764	20.036	371.800
Transferências	202.038	(202.038)	-
Amortização do principal	(608.328)	-	(608.328)
Pagamento de juros	(356.395)	-	(356.395)
Variação monetária	39.421	8.712	48.133
Custo de captação	10.319	(33.411)	(23.092)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	144.283	5.559.184	5.703.467

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2020, as controladas da Companhia, diretas e indiretas, possuem quinze emissões vigentes.

								Em 31 de dezembro de 2020	
Empresa	Emissão	Característica	Série	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Venc. Final	Saldo líquido do custo de captação	Custo efetivo
EQTL PA	2ª	(2)/(3)/(4)(5)	1ª	60.000	IPCA + 8,04% a.a.	dez/16	jan/24	74.560	12,70%
EQTL PA	2ª	(2)/(3)/(4)(5)	2ª	23.000	IPCA + 7,00% a.a.	dez/16	jan/24	27.893	11,61%
EQTL PA	3ª	(1)/(3)/(4)/(6)	1ª	199.069	IPCA + 6,70% a.a.	dez/16	dez/21	229.665	11,30%
EQTL PA	3ª	(1)/(3)/(4)/(6)	2ª	100.931	IPCA + 6,87% a.a.	dez/16	dez/23	116.234	11,48%
EQTL PA	5ª	(1)/(3)/(4)	1ª	543.033	CDI + 1,1% a.a.	mai/18	abr/23	541.758	3,89%
EQTL PA	5ª	(1)/(3)/(4)	2ª	456.967	CDI + 1,30% a.a.	mai/18	abr/23	459.622	4,09%
EQTL MA (a)	7ª	(1)/(2)/(3)/(4)/(6)	1ª	155.000	IPCA + 5,48% a.a.	nov/16	out/21	177.834	10,03%
EQTL MA (a)	7ª	(1)/(2)/(3)/(4)/(6)	2ª	115.000	IPCA + 5,54% a.a.	nov/16	out/23	135.049	10,09%
EQTL MA	8ª	(1)/(2)/(3)	Única	500.000	107% do CDI	set/17	set/22	502.605	2,95%
EQTL PI	1ª	(1)/(3)/(4)	Única	400.000	109,8% do CDI	dez/18	dez/21	400.558	2,94%
EQTL PI	2ª	(1)/(3)/(4)	Única	620.000	CDI + 1,10% a.a.	mai/19	mai/23	621.044	5,66%
SPE 1	1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Única	55.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	62.090	9,37%
SPE 2	1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Única	45.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	50.774	9,37%
SPE 3	1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	1ª	45.000	IPCA + 4,80% a.a.	fev/19	jan/33	53.069	9,32%
SPE 3	1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	2ª	45.000	IPCA + 4,65% a.a.	fev/19	jan/34	48.120	9,16%
SPE 5	1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Única	66.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39	71.782	9,37%
SPE 7	2ª	(1)/(3)/(4)/(6)	2ª	130.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39	147.314	9,37%
SPE 8	1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	1ª	102.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39	106.812	9,37%
SPE 8	1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	2ª	87.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39	99.365	9,37%
INTESA	1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	1ª	100.000	IPCA + 5,42% a.a.	nov/18	out/25	107.120	9,96%
INTESA	2ª	(1)/(3)/(4)	1ª	250.000	109% do CDI	mar/19	mar/24	249.910	3,01%
INTESA	2ª	(1)/(3)/(4)	2ª	150.000	CDI + 1,10% a.a.	mar/19	mar/26	151.138	3,89%
								4.434.316	5,77%

(1) Emissão pública de debêntures simples;

(2) Emissão privada de debêntures simples;

(3) Não conversíveis em ações;

(4) Espécie quirografária;

(5) Garantia fidejussória; e

(6) Debêntures incentivadas

(a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura.

As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei n° 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto n° 8.874, de 11 de outubro de 2016, da Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 3.947, de 27 de janeiro de 2011, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas Emissões das Debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos Projetos Enquadrados junto ao MME - Ministério de Minas e Energia, cujos prazos não são determinados para a aplicação dos mesmos. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pela Companhia para esse fim.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

18.2 Cronograma de amortização da dívida

Controladora

	2020	
Vencimento	**Valor**	**%**
Circulante	**3.161**	**1%**
2023	**58.966**	**10%**
2024	**507.366**	**90%**
Não circulante	**566.332**	**100%**
Custo de captação (não circulante)	**(3.406)**	**(-1%)**
Total não circulante	**562.926**	**99%**
Total	**566.087**	**100%**

Consolidado

	2020	
Vencimento	**Valor**	**%**
Circulante	**883.076**	**18%**
2022	**841.926**	**17%**
2023	**1.697.876**	**34%**
2024	**848.197**	**17%**
Após 2024	**764.915**	**15%**
Não circulante	**4.152.914**	**83%**
Custo de captação (não circulante)	**(35.587)**	**(1%)**
Total não circulante	**4.117.327**	**82%**
Total	**5.000.403**	**100%**

18.3 *Covenants*

As debêntures contratadas pela Companhia e suas controladas possuem *covenants* e garantias financeiras (quirografárias), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia e suas controladas mantiveram-se dentro dos limites estipulados nos contratos, conforme abaixo:

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Equatorial Pará

***Covenants* debêntures**	**2ª debêntures**
1º Dívida líquida/EBITDA: < 3,5	1,9
2º EBITDA/Despesa financeira líquida: > 2,0	6,6

***Covenants* debêntures**	**3ª debêntures**
1º Dívida líquida/EBITDA: < 3,5	1,6
2º EBITDA/Despesa financeira líquida: >= 1,5	7,4

***Covenants* debêntures**	**5ª debêntures**
1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,0	1,6

Equatorial Maranhão

***Covenants* debêntures**	**7ª debêntures**	**8ª debêntures**
1º Dívida líquida/EBITDA :<=3,25	0,8	0,8
2º EBITDA /Despesa financeira líquida: >= 1,5	25,8	25,8

Equatorial Energia

***Covenants* debêntures**	**2ª debêntures**
1º Dívida líquida/EBITDA :<= 4,0	1,9

***Covenants* debêntures**	**3ª debêntures**
1º Dívida líquida/EBITDA :<= 4,5	1,9

INTESA

***Covenants* debêntures**	**1ª debêntures**	**2ª debêntures**
1º Dívida líquida/EBITDA :<= 4,5	3,5	3,5

A Companhia é avalista nas seguintes emissões, na qual a apuração dos *covenants* se dá de forma consolidada, a saber:

***Covenants* debêntures**	**SPE 01**	**SPE 02**	**SPE 03**	**SPE 05**	**SPE 07**	**SPE 08**	**EQTL PI**
1º Dívida líquida/EBITDA :<= 4,5	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9

Os indicadores, reportados na nota explicativa 18 - Debêntures, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

19 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Circulante				
ICMS	-	-	**306.030**	384.563
ICMS parcelamento (a)	-	-	**19.744**	16.008
Parcelamento Federal PRT	**2.338**	2.338	**8.223**	2.338
PIS e COFINS	**52**	227	**185.182**	88.027
PIS e COFINS parcelamento	-	-	**20.430**	19.911
Encargos sociais e outros	**354**	188	**28.976**	27.712
ISS	**19**	2	**21.904**	25.462
Outros	**-**	6	**5.585**	331
Total	**2.763**	2.761	**596.074**	564.352
Não circulante				
ICMS	-	-	**122.956**	122.956
FGTS Parcelamento	-	-	**2.024**	2.268
PIS e COFINS parcelamento	-	-	**19.825**	39.349
Parcelamento Federal PRT	-	-	**20.977**	-
ICMS parcelamento (a)	-	-	**64.188**	67.670
ISS	-	-	**4.395**	3.096
Total	-	-	**234.365**	235.339
Total Impostos e contribuições a recolher	**2.763**	2.761	**830.439**	799.691

(a) Saldos referentes as controladas Equatorial Pará e Equatorial Alagoas no montante de R$ 60.846 e R$ 23.086, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020 (R$ 70.049 e R$ 13.629, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019).

Cronograma de pagamento ICMS parcelado

	2020	
	Valor	**%**
Circulante	**19.744**	**24%**
2021	**16.767**	**20%**
2022	**12.715**	**15%**
2023	**12.347**	**15%**
2024	**12.347**	**15%**
Após 2024	**10.012**	**11%**
Não circulante	**64.188**	**76%**
Total ICMS parcelamento	**83.932**	**100%**

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

20 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

20.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2020	2019
Ativos de:		
Prejuízo fiscal	**108.127**	123.694
Base negativa	**51.122**	26.529
	159.249	150.223
Diferenças temporárias		
Provisão para contingências	**228.885**	159.494
Provisão para perdas esperadas por redução ao valor recuperável do contas a receber	**370.504**	205.688
Provisão para participação nos lucros	**24.148**	15.728
Custo de Construção – CPC 47/IFRS 15	**2.155.392**	1.362.466
Arrendamentos – CPC 06 (R2) /IFRS 16	**2.944**	-
Valor Novo de Reposição – VNR	-	1.552
Provisão atuarial	**26.333**	12.367
Swap	**4.022**	-
AIC reversível	**38.868**	-
Intangível - Concessão- Aquisição Equatorial Pará	**48.473**	-
Perdas não técnicas	-	24.357
Baixa de ativo imobilizado - Aquisição Equatorial Pará	-	24.866
Contingências e encargos da dívida - Aquisição Equatorial Pará, Alagoas e Piauí	**62.441**	107.934
Outras contas a pagar - PLPT - aquisição Equatorial Pará	-	9.150
Ajuste a Valor Presente – AVP	**7.628**	
Outras diferenças temporárias	**28.701**	16.468
	2.998.339	1.940.070
Total	**3.157.588**	2.090.293
Passivos de:		
Diferenças temporárias		
Depreciação acelerada	**(620.462)**	(624.932)
Provisão para contingências	**(20.989)**	-
Custo de captação e atualização do ativo financeiro	**(292.307)**	(223.577)
Swap	**(141.868)**	(11.412)
Receita de Construção– CPC 47/IFRS 15	**(3.474.286)**	(2.187.705)
Arrendamento - CPC 06(R2)/IFRS 16	**(2.110)**	(1.130)
Art. 69 da Lei 12.973/2014 - Saldo da quota fixa	-	(16.512)
Ajuste a Valor Presente – AVP	**(294.904)**	(98.154)
Diferimento órgão público	-	(9.382)
Reavaliação bens da concessão	**(41.192)**	(48.564)
Provisão atuarial	**(12.985)**	(3.675)
Provisão para participação nos lucros	**(4.228)**	-
Reversão estimadas em créditos de liquidação duvidosa	**(105.903)**	-
Reversão de provisões	-	(129.044)
Intangível - Concessão- Aquisição Equatorial Pará	-	(26.368)
Outras	**(62.104)**	(17.224)
Total	**(5.073.338)**	(3.397.679)
Total IRPJ e CSLL passivo diferidos	**(1.915.750)**	(1.307.386)

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

20.2 Movimentação dos tributos diferidos

	2019	Reconheci-mento no resultado	2020	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	123.694	**(15.567)**	**108.127**	**108.127**	-
Base Negativa de CSLL	26.529	**24.593**	**51.122**	**51.122**	-
Provisão para contingências	159.494	**48.402**	**207.896**	**228.885**	**(20.989)**
Provisão para perdas esperadas por redução ao valor recuperável do contas a receber	205.688	**58.913**	**264.601**	**370.504**	**(105.903)**
Provisão para participação nos lucros	15.728	**4.192**	**19.920**	**24.148**	**(4.228)**
Custo de construção – CPC 47/IFRS 15	1.362.466	**792.926**	**2.155.392**	**2.155.392**	-
Receita de construção - CPC 47/IFRS 15	(2.187.705)	**(1.286.581)**	**(3.474.286)**	-	**(3.474.286)**
Arrendamentos – CPC 06 (R02) /IFRS 16	(1.130)	**1.964**	**834**	**2.944**	**(2.110)**
Perdas não técnicas	24.357	**(24.357)**	-	-	-
Baixa de ativo imobilizado - Aquisição EQTL Pará	24.866	**(24.866)**	-	-	-
Contingências e encargos da dívida -Aquisição EQTL	107.934	**(45.493)**	**62.441**	**62.441**	-
Outras contas a pagar –PLPT - aquisição Pará	9.150	**(9.150)**	-	-	-
Swap	(11.412)	**(126.434)**	**(137.846)**	**4.022**	**(141.868)**
Provisão atuarial	8.692	**4.656**	**13.348**	**26.333**	**(12.985)**
Outras	(17.224)	**(41.363)**	**(62.104)**	-	**(62.104)**
Diferimento Órgão Público	(9.382)	**9.382**	-	-	-
Art. 69 da Lei 12.973/2014 - Saldo da quota fixa	(16.512)	**16.512**	-	-	-
Custo de captação e atualização do ativo financeiro	(222.025)	**(70.282)**	**(292.307)**	-	**(292.307)**
Depreciação acelerada	(624.932)	**4.470**	**(620.462)**	-	**(620.462)**
Outras diferenças temporárias	16.468	**12.233**	**28.701**	**28.701**	-
Ajuste a valor presente – AVP	(98.154)	**(189.122)**	**(287.276)**	**7.628**	**(294.904)**
Intangível - Concessão- Aquisição Equatorial Pará	(26.368)	**74.841**	**48.473**	**48.473**	-
Reavaliação bens da concessão	(48.564)	**7.372**	**(41.192)**	-	**(41.192)**
Reversão de provisões	(129.044)	**129.044**	-	-	-
AIC reversível	-	**38.868**	**38.868**	**38.868**	-
Total	(1.307.386)	**(604.847)**	**(1.915.750)**	**3.157.588**	**(5.073.338)**

	2018	Reconhe-cimento no resultado	Outros resultados abrangentes	Patrimô nio líquido	Adquirido em combinações de negócios	2019	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	183.017	(59.323)	-	-	-	123.694	123.694	-
Base Negativa de CSLL	43.815	(17.286)	-	-	-	26.529	26.529	-
Provisão para contingências	78.003	23.033	-	-	58.458	159.494	159.494	-
Provisão para perdas esperadas por redução ao valor recuperável do contas a receber	175.903	(7.705)	-	-	37.490	205.688	205.688	-
Atualização do ativo financeiro	(136.491)	(85.534)	-	-	-	(222.025)	-	(222.025)
Provisão para fundo de pensão	14.872	(2.505)	-	-	-	12.367	13.705	(1.338)
Provisão para participação nos lucros	13.601	2.127	-	-	-	15.728	15.728	-
Custo de construção – CPC 47/IFRS 15	199.300	1.077.174	-	-	-	1.276.474	1.276.474	-
Receita de construção - CPC 47/IFRS 15	(330.433)	(1.772.005)	-	-	-	(2.102.438)	-	(2.102.438)
Arrendamentos – CPC 06 (R02) /IFRS 16	-	(636)	-	-	-	(636)	-	(636)
Perdas técnicas	-	-	-	-	24.357	24.357	24.357	-
Baixa de ativo imobilizado - Aquisição EQTL Pará	28.143	-	-	-	-	28.143	28.143	-
Contingências e encargos da dívida - Aquisição EQTL Pará, Alagoas e Piauí	40.703	18.773	-	48.522	-	107.998	107.998	-
Outras contas a pagar –PLPT - aquisição Pará	9.150	-	-	-	-	9.150	9.150	-
SWAP	(43.362)	31.950	-	-	-	(11.412)	-	(11.412)
Provisão atuarial	-	-	(3.675)	-	-	(3.675)	-	(3.675)
Outras	(14.366)	29.590	-	-	(15.844)	(620)	-	(620)
Diferimento CVA	-	177.303	-	-	(177.303)	-	-	-
Diferimento Órgão Público	-	-	-	-	(9.382)	(9.382)	-	(9.382)
IFRS 15	-	725	-		-	725	725	-
IFRS 16	-	(494)	-	-	-	(494)	-	(494)
Art. 69 da Lei 12.973/2014 - Saldo da quota fixa	-	-	-	-	(16.512)	(16.512)	-	(16.512)
Baixa diferido ativo	-	(129.044)	-	-	-	(129.044)	-	(129.044)
Custo de captação e atualização do ativo financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação acelerada	(554.313)	(70.619)	-	-	-	(624.932)	-	(624.932)
Valor novo de reposição - VNR	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras diferenças temporárias	-	-	-		-	-	-	-
AVP – ajuste a valor presente	(109.924)	11.821	-	-	(51)	(98.154)	-	(98.154)
Intangível - Concessão- Aquisição EQTL Pará	(29.845)	-	-	-	-	(29.845)	-	(29.845)
Reavaliação bens da concessão	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão de outras provisões	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação	(57.579)	9.015	-	-	-	(48.564)	-	(48.564)
Total	(489.806)	(763.640)	(3.675)	48.522	(98.787)	(1.307.386)	1.991.685	(3.299.071)

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

20.3 Expectativa de recuperação – Prejuízo fiscal e base negativa

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração da Companhia estima que a realização dos créditos fiscais, oriundos da controlada indireta Equatorial Pará seja concluída até 2021, das controladas indiretas SPEs 01 a 08 até 2024 e da controlada INTESA até 2021, conforme demonstrado a seguir:

Equatorial Pará

Expectativa de realização	**2021**	**Total**
Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar(*)	66.339	66.339

Em 31 de dezembro de 2020, a Equatorial Pará apresenta o saldo de R$ 66.339 a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa, que correspondem a R$ 39.810 e R$ 26.529. As projeções de realização do imposto de renda diferido ativo levou em consideração o benefício fiscal SUDAM de redução de 75% do IRPJ cuja vigência é até 2027.

O estudo técnico de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, é revisado anualmente, foi elaborado pela Controlada, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos órgãos de Administração da Equatorial Pará em 24 de março de 2021 referente aos saldos em aberto em 31 de dezembro de 2020.

(*) Informações examinadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelos órgãos de administração da Controlada anualmente.

SPEs 01 a 08

Expectativa de realização	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Total**
Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar	8.761	31.053	27.854	22.469	1.354	91.491

Em 31 dezembro de 2020, as SPEs 01 a 08 apresentam o saldo de R$ 91.491 a realizar de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa.

INTESA

Expectativa de realização	**2021**	**Total**
Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar(*)	1.419	1.419

Em 31 dezembro de 2020, a INTESA apresenta o saldo de R$ 1.419 a realizar de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

20.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, está demonstrada conforme a seguir:

Controladora	**2020**		**2019**	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	2.975.089	2.975.089	2.415.630	2.415.630
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	743.772	267.758	603.908	217.407
Adições:				
Provisão para participação nos lucros	-	-	123	-
Equivalência patrimonial	71.224	25.641	152.172	54.826
Outras provisões	2.851	1.026	2.435	877
Total adições	74.075	26.667	154.730	55.703
Exclusões:				
Equivalência patrimonial	(833.486)	(300.056)	(796.042)	(286.575)
Outras provisões	(121)	(43)	(91)	(33)
Total exclusões	(833.607)	(300.099)	(796.133)	(286.608)
Dedutibilidade fiscal (limite legal)	(15.760)	(5.674)	(37.495)	(13.498)
Total de IRPJ e CSLL do exercício	-	-	-	-

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	**4.358.302**	**4.358.302**	3.680.059	3.680.059
Alíquota fiscal	**25%**	**9%**	25%	9%
Pela alíquota fiscal (A)	**1.089.576**	**392.247**	920.015	331.205
Adições:				
Provisão para contingências	**9.718**	**3.499**	93.250	33.569
Reavaliação de ativos	-	-	6.629	2.386
Provisão para perdas esperadas por redução ao valor recuperável do contas a receber	**462.812**	**166.613**	686.736	247.225
Ajuste a valor presente	**17.076**	**6.147**	197.116	70.961
Variação SWAP	**2.957**	**1.064**	24.645	8.872
Equivalência patrimonial	-	-	152.172	54.826
Valor novo de Reposição-VNR	**28.128**	**10.125**	-	-
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	**5.421**	**1.951**	-	-
Provisão para participação nos lucros	**1.225**	**441**	2.731	939
Multa e penalidades por infrações	**3.555**	**1.079**	305	110
Arrendamentos – CPC 06 (R2/IFRS 16	**1.969**	**709**	1.585	571
Diferimento CVA	**25.617**	**9.222**	(7.191)	(2.589)
Custo de construção – CPC 47/IFRS 15	**384.166**	**138.324**	872.969	314.265
Depreciação acelerada	**35.851**	-	25.252	-
Adição Art. 168 IN 1700/2017 - Contrato de Concessão	**74.910**	**26.968**	-	-
Apropriação receita órgão público- IN 68/82	-	-	(2.967)	(1.068)
Outras provisões	**164.174**	**58.031**	101.690	36.441
Total adições (B)	**1.217.579**	**424.173**	2.154.922	766.508
Exclusões:				
Provisão para contingências	**(28.889)**	**(10.400)**	(45.498)	(16.379)
Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa -PECLD	**(515.800)**	**(185.687)**	(733.826)	(264.178)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	**(4.207)**	**(1.515)**	(5.499)	(1.980)
Ajuste ao valor presente	**(7.920)**	**(2.851)**	(167.751)	(60.390)
Receita de construção – CPC 47/IFRS 15	**(842.875)**	**(303.436)**	(1.400.065)	(504.021)
Diferimento CVA	-	-	113.436	40.837
Equivalência patrimonial	-	-	(140.706)	(50.652)
Custo de captação e atualização do ativo financeiro	**(1.016)**	**(366)**	(25.714)	(9.257)
Depreciação acelerada	**(31.381)**	-	(95.871)	-
Valor novo de reposição -VNR	**(73.259)**	**(26.373)**	1.141	411
Variação *SWAP*	**(93.004)**	**(33.481)**	(45.842)	(16.503)
Incentivo P&D	**(2.406)**	**(866)**	(1.068)	(384)
Outras provisões	**(85.278)**	**(30.498)**	(76.107)	(26.690)
Total exclusões (C)	**(1.686.035)**	**(595.473)**	(2.623.370)	(909.186)
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	**(71.843)**	**(35.469)**	(96.994)	(30.953)
Incentivo PAT	**(6.214)**	-	(6.053)	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	**(268)**	-	(211)	-
Total compensações (D)	**(78.325)**	**(35.469)**	(103.258)	(30.953)
IRPJ subvenção governamental	**(422.471)**	-	(305.096)	-
Total outras deduções (E)	**(422.471)**	-	(305.096)	-
IRPJ e CSLL corrente no resultado do período (A+B+C+D+E)	**120.324**	**185.478**	43.213	157.574
IRPJ e CSLL diferido no resultado do período	**445.440**	**159.407**	584.623	179.017
Total	**445.440**	**159.407**	584.623	179.017
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	**565.764**	**344.885**	627.836	336.591
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	**13%**	**8%**	17%	9%

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

20.5 Composição do PIS e COFINS diferidos

	2020	2019
Passivo		
PIS diferido sobre a receita de construção (a)	**171.119**	122.909
COFINS diferido sobre a receita de construção (a)	**787.722**	563.050
PIS sobre a CVA	**-**	28.449
COFINS sobre a CVA	-	131.038
Outros impostos diferidos	**26.004**	15.057
Total tributos diferido passivo	**984.845**	860.503

(a) O diferimento do PIS e da COFINS é relativo a 9,25% da receita de construção. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que as controladas Equatorial Transmissão e INTESA receberem as contraprestações determinadas no contrato de concessão; e

21 Dividendos a pagar (Controladora)

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	**2.975.089**	2.415.630
(-) Reserva legal	**(148.754)**	(120.781)
(-) Reserva lucros a realizar	**-**	(1.004.755)
Lucro líquido ajustado	**2.826.335**	1.290.094
Dividendos mínimos obrigatórios	**706.584**	322.523
(-) Reserva lucros a realizar	**(159.013)**	-
Dividendos mínimos obrigatórios	**547.571**	322523
Dividendos adicionais propostos	**1.127**	736
Dividendos propostos	**548.698**	323.259

O Conselho de Administração aprovou a declaração de dividendos em reunião do Conselho de Administração em 24 de março de 2021.

Notas Explicativas

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada conforme a seguir demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	**190.701**
Dividendos adicionais 2018	889
Pagamento de dividendos	(191.532)
Dividendos propostos de 2019	322.523
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**322.581**
Dividendos adicionais 2019	**736**
Pagamento de dividendos	**(323.291)**
Dividendos propostos de 2020	**547.571**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**547.597**

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal". Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal" e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado à reserva de incentivos fiscais da "base de cálculo" da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

22 Participação nos lucros

O programa de participação nos resultados da Companhia e de suas controladas é corporativo e está atrelado ao EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) e diversos outros indicadores operacionais e financeiros de suas controladas e da Companhia. O programa é composto por avaliações dos indicadores da presidência, diretorias, gerências, executivos e colaboradores e vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos colaboradores na melhoria dos resultados operacionais na Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo provisionado de participação nos lucros na Companhia era de R$ 18.848 (R$ 17.466 em 31 de dezembro de 2019) e o saldo provisionado juntamente com suas controladas era de R$ 127.076 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 132.664 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

23 Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial – Equatorial Pará

Em 01 de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Arts. 61 e 63 da Lei 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, encerrada a recuperação judicial da controlada Equatorial Pará. Esta sentença encerra a fase de acompanhamento judicial do cumprimento do plano e retira as restrições legais da recuperação. O plano de recuperação negociado e aprovado pelos credores durante o processo permanece inteiramente válido e exigível, o que significa que as condições especiais para as dívidas que foram pactuadas continuam em vigor. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral.

A decisão de encerramento está produzindo efeitos normalmente, mas ainda não transitou em julgado por ter sido alvo de duas apelações, movidas pelos credores Petróleo Brasileiro S.A. e Pine S.A. Em novembro de 2017, a Equatorial Pará firmou acordo com o Banco Pine, que culminou com a desistência de sua apelação a sentença de encerramento. A outra apelação versa exclusivamente sobre pagamento de juros e correção no cumprimento das obrigações do plano.

Em função da matéria, a controlada Equatorial Pará estima que as chances de êxito deste recurso são remotas, o que é respaldado em *Legal Opinion* do escritório jurídico que conduz o processo. A estimativa da controlada é que a matéria será apreciada em um cenário de 24 a 36 meses, quando então o encerramento da recuperação judicial estará devidamente transitado em julgado.

23.1 Composição da dívida

	2020	2019
Circulante		
Intragrupos	**3.566**	1.428
Credores financeiros (a)	**26.708**	20.847
Total	**30.274**	22.275
Não circulante		
Intragrupos	**83.853**	83.669
Credores financeiros (a)	**1.111.121**	1.050.581
(-) Ajuste a valor presente (b)	**(264.368)**	(284.626)
Total	**930.606**	849.624
Total	**960.880**	871.899

(a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a, *Bonds* e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis; e

(b) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo é composto por: R$ 243.571 de empréstimos e financiamentos, R$ 20.797 de intragrupos e R$ 3.486 de partes relacionadas (em 31 de dezembro de 2019, o saldo era composto por R$262.391 de empréstimos e financiamentos e R$ 22.234 de intragrupos).

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

	2020	
Vencimento	**Valor**	**%**
Circulante	**30.274**	**3%**
2021	**-**	**0%**
2022	**26.255**	**3%**
2023	**24.067**	**2%**
Após 2023	**1.144.652**	**118%**
Subtotal	**1.194.974**	**123%**
(-) Ajuste a valor presente (Não circulante)	**(264.368)**	**(27%)**
Não circulante	**930.606**	**97%**
Total	**960.880**	**100%**

23.2 Movimentação dos valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

	2019	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Ajuste a valor presente	2020
Intragrupo	62.861	**5.228**	-	**(2.907)**	**1.438**	**66.620**
Credores financeiros	809.038	**49.973**	**60.349**	**(43.920)**	**18.820**	**894.260**
Total	871.899	**55.201**	**60.349**	**(46.827)**	**20.258**	**960.880**

	2018	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Ajuste a valor presente	Baixas	2019
Credores operacionais	28.665	-	-	(1.041)	13.874	(41.498)	-
Intragrupo	58.667	4.890	-	(2.283)	1.587	-	62.861
Credores financeiros	744.038	57.040	17.753	(28.611)	18.818	-	809.038
Total	831.370	61.930	17.753	(31.935)	34.279	(41.498)	871.899

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

24 Encargos setoriais CCC – Equatorial Pará

A Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, tem a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica nos sistemas isolados, especialmente na região Norte do país. O objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da CCC. Entre os valores reembolsados pela Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC estão os tributos (ICMS, PIS e COFINS) não compensados sobre a compra de combustível e energia elétrica.

A Equatorial Pará detém, em 31 de dezembro de 2020, crédito junto à CCC no montante de R$ 105.883 (R$ 105.467 em 31 de dezembro de 2019). Os créditos supracitados estão registrados pelo valor histórico e não constam registros de encargos pelo atraso nos repasses.

Entre os valores reembolsados pela Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC estão os tributos (ICMS, PIS e COFINS) não compensados sobre a compra de combustível e energia elétrica, mas conforme estabelece o §10 e §11 do Art. 36º:

> *"Os agentes beneficiários da CCC e da Subconta Carvão Mineral terão direito ao reembolso do custo decorrente dos créditos não compensados de ICMS e de PIS/PASEP e COFINS, relativo aos gastos mensais com combustíveis e contratos, apurados com base na energia efetivamente gerada e medida no SCD, nos termos e condições definidos nesta Resolução.*
>
> *§ 10. As diferenças mensais de reembolso de créditos de tributos não recuperados de um exercício serão apuradas até o dia 15 de maio do ano seguinte ao de competência, considerando que cada parcela mensal deverá ser atualizada pelo índice do IPCA correspondente.*
>
> *§ 11. A CCEE deverá estabelecer, no Procedimento de Contas Setoriais, os procedimentos próprios para a devolução, à CCC ou ao beneficiário, das diferenças apuradas do aproveitamento de créditos de ICMS e de PIS/PASEP e COFINS do exercício anterior". (ANEEL REN 801/2017).*

A Equatorial Pará registrou um passivo referente a esses impostos a reembolsar. Em 31 de dezembro de 2020, a controlada da Companhia efetuou a atualização de R$ 12.102 referente ao reembolso destes tributos creditados sobre a compra de combustível para geração de energia elétrica nos sistemas isolados. Em 31 de dezembro de 2020, a controlada da Companhia apresentava o montante de R$372.241 (R$ 360.139 em 31 de dezembro de 2019).

Entretanto, a Eletrobrás não definiu procedimento específico para a devolução destes tributos, mesmo notificada pela Equatorial Pará. Logo, em 29 de setembro de 2016 através do Ofício nº 530/2016 - SFF (Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira), a ANEEL deu início ao processo de fiscalização sobre os recursos operacionalizados pela Eletrobras, portanto estes valores aguardam o encerramento desta fiscalização.

Notas Explicativas

Embora a ANEEL não tenha determinado os prazos para o término da fiscalização, a Equatorial Pará estima que o processo de fiscalização será finalizado entre 2021 e 2022 e concluiu que não há expectativa de perda desses valores .

	2020	2019
Não circulante		
Encargos setoriais CCC	**372.241**	360.139
(-) Aquisição de combustível CCC	**(105.883)**	(105.467)
Efeito líquido no balanço	**266.358**	254.672

25 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias (Consolidado)

A Companhia e suas controladas são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2020		2019	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis	**704.700**	**107.101**	755.197	154.900
Fiscais	**248.230**	**64.758**	236.299	56.790
Trabalhistas	**247.773**	**81.992**	294.629	90.537
Regulatórias	**6.292**	**-**	6.122	-
Total	**1.206.995**	**253.851**	1.292.247	302.227
Circulante	**215.811**	**3.567**	254.775	3.052
Não Circulante	**991.184**	**250.284**	1.037.472	299.175

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Movimentação dos processos no exercício (Consolidado)

	2019	Adições (1)	Utilização (2)	Reversão de provisão (3)	Atualização (4)	2020
Cíveis	755.197	**76.669**	**(79.560)**	**(52.628)**	**5.022**	**704.700**
Fiscais	236.299	**8.542**	**(1)**	**(753)**	**4.143**	**248.230**
Trabalhistas	294.629	**20.489**	**(11.866)**	**(44.900)**	**(10.579)**	**247.773**
Regulatórias	6.122	**-**		**-**	**170**	**6.292**
Total	1.292.247	**105.700**	**(91.427)**	**(98.281)**	**(1.244)**	**1.206.995**

	2018	2019					
	Saldo	Aquisição de negócio	Adições	Utilização	Reversão de provisão	Atualização	Saldo
Cíveis	419.332	163.380	210.992	(133.925)	(86.994)	182.412	755.197
Fiscais	205.797	13.984	13.491	(4)	(4.245)	7.276	236.299
Trabalhistas	176.207	179.633	102.123	(175.272)	(62.825)	74.763	294.629
Regulatórias	8.946	-	-	(3.372)	-	548	6.122
Total	810.282	356.997	326.606	(312.573)	(154.064)	264.999	1.292.247

(1) Contingências provisionadas no exercício;
(2) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
(3) Reversões realizadas no exercício e
(4) Atualizações monetárias

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como rés em 41.207 processos cíveis em 31 de dezembro de 2020 (45.001 processos em 31 de dezembro de 2019), sendo que 15.197 tramitam em Juizados Especiais (16.099 processos em 31 de dezembro de 2019), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2020 é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da Companhias e das controladas e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R$ 691.799 (R$ 4.589.040 em 31 de dezembro de 2019) para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)	**2020**	**2019**
Falha no fornecimento	**90.974**	100.350
Incorporação de rede	**1.463**	4.227
Ressarcimento de obra	**8.168**	21.827
Morte por eletroplessão	**87.571**	109.720
Cobrança indevida	**73.163**	133.766
Reajuste contratual	**6.911**	6.058
Fraude questionada	**40.391**	44.531
Cobrança	**98.991**	1.270
Corte indevido	**10.729**	12.491
Acidente com terceiros	**33.825**	44.463
Falha no atendimento	**10.386**	18.466
Quebra de contrato	**115.196**	121.851
SPC/SERASA	**2.500**	2.775
Incêndio	**3.747**	5.872
Portaria do DNAEE	**3.362**	2.308
Regulatório	**88.095**	88.083
Outras	**29.228**	37.139
Total	**704.700**	**755.197**

Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)	**2020**	**2019**
Indenização por dano material (a)	**-**	3.932.397
Falha no fornecimento	**56.773**	570
Morte por eletroplessão	**17.168**	13.258
Adequação de Rede	**30.000**	30.000
Acidente com terceiros	**6.279**	5.209
Licitação	**2.609**	2.631
Quebra de contrato	**249.257**	253.534
Recadastramento iluminação pública	**8.954**	7.633
Incêndio	**27.922**	27.922
Portaria do DNAEE	**12.330**	12.330
Cobrança indevida	**128.332**	178.725
Fraude questionada	**11.847**	1.681
Corte indevido	**2.894**	2.045
Falha no atendimento	**2.024**	6.455
Regulatório	**117.667**	92.097
Outras	**17.743**	22.553
Total	**691.799**	4.589.040

(a) A Controlada Equatorial Alagoas é parte ré na Ação Civil Pública sob o número 0038260-55.2015.8.07.0001 (risco remoto, em 31 de dezembro de 2020, no valor de R$ 3.896.213), inicialmente em trâmite na 18ª Vara Cível de Brasília, movida pela Associação Nacional de Consumidores (ANDECO) em desfavor da Eletrobras Amazonas, Eletrobras Acre, Equatorial Alagoas, Celg, Equatorial Piauí, Eletrobras Rondônia e Eletrobras Roraima, tendo atribuído à causa o valor de R$ 27.079.631, resultante da soma dos supostos valores devidos pelas reclamadas, sendo o valor arbitrado/alegado específico para a Equatorial Alagoas o valor histórico de R$ 1.948.106.

A ação discute o rateio na tarifa dos valores de perdas não técnicas, solicitando o ressarcimento em dobro aos consumidores regulares dos valores pagos entre 2010 e 2014. A demandante pleiteia ainda a anulação de todas as resoluções da ANEEL que permitem a inclusão nas faturas dos valores de perdas não técnicas e técnicas.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

A contestação foi regularmente apresentada e o pedido liminar foi indeferido pelo juízo que atuou originalmente na demanda. Posteriormente, o processo foi redistribuído para a 21ª Vara Federal de Brasília, sob o nº. 0049984-11.2016.4.01.3400, com despacho inicial mantendo os atos praticados até então na esfera cível e determinando a intimação da ANEEL e da União para apresentação de defesa, com posterior réplica autoral.

Em 08 de outubro de 2019, os pedidos foram julgados improcedentes, sendo opostos embargos de declaração pela ANDECO, foram julgados improcedentes em janeiro de 2020. Recurso de apelação apresentado pela ANDECO negado provimento. Processo transitou em julgado sendo arquivado definitivamente no dia 30 de setembro de 2020.

Fiscais

A Companhia e suas controladas figuram como rés em 627 processos fiscais em 31 de dezembro de 2020 (571 processos em 31 de dezembro de 2019) representado pelo montante de R$ 248.230 (R$236.299 em 31 de dezembro de 2019).

Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem outras contingências fiscais cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da Companhias e das suas controladas e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R$ 211.283 (R$ 211.090 em 31 de dezembro de 2019) para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	**2020**	**2019**
ISS	**541**	277
ICMS	**35.897**	31.236
Débito tributário	**1.754**	1.749
PIS/COFINS	**60.655**	53.102
Planos econômicos	**146.745**	146.745
Outras	**2.638**	3.190
Total	**248.230**	236.299

Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)	**2020**	**2019**
PIS/COFINS	**7.212**	7.227
ISS	**2.720**	2.720
ICMS	**177.022**	176.199
ICMS, PIS e COFINS	**1.424**	1.424
ICMS, TUSD e TUST	**350**	350
CSLL, PIS e COFINS	**377**	377
Multa por infração	**7.783**	7.833
Outras	**14.395**	14.960
Total	**211.283**	211.090

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista, em 31 de dezembro de 2020, da Companhia e das suas controladas é composto por 4.010 processos (4.110 processos em 31 de dezembro de 2019), representado pelos montantes R$ 247.773 (R$ 294.629 em 31 de dezembro de 2019) por ex-empregados contra a Companhia e suas controladas, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da Companhias e das suas controladas e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R$ 90.999 (R$ 78.138 em 31 de dezembro de 2019) para as quais não foram constituídas provisões.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)	2020	2019
Hora extra	**20.021**	28.452
Implantação do plano de cargos, carreira e salários	**10.755**	17.814
Responsabilidade subsidiária	**12.612**	16.047
Acidente de trabalho	**16.233**	17.922
Doença ocupacional/profissional	**2.920**	3.680
Gratificação	**1.222**	1.340
Reintegração no emprego	**5.658**	7.668
Auxílio alimentação	**97.482**	167
Penosidade	**82**	117.084
Concurso público	**3.893**	3.722
FGTS	**17.856**	18.650
Plano de saúde	**1.564**	2.081
Desligamento voluntário	**4.047**	4.112
Verbas rescisórias	**15.041**	7.887
Seguro de vida	**791**	1.277
Periculosidade	**6.033**	4.546
Danos morais	**5.186**	5.120
Equiparação salarial	**861**	1.848
PDI - Programa de Demissão Incentivada	**3.962**	5.817
Outras	**21.554**	29.395
Total	**247.773**	294.629

Contingências trabalhistas (prognóstico possível de perda)	2020	2019
Diferença Plano Bresser	**8.800**	-
Hora extra	**6.600**	2.067
Responsabilidade subsidiária	**43.253**	44.633
Acidente de trabalho	**4.971**	4.751
Doença ocupacional/profissional	**1.155**	872
Reintegração no emprego	**1.860**	566
Auxílio alimentação	**669**	637
FGTS	**355**	399
Equiparação salarial	**4.761**	4.494
Verbas rescisórias	**1.836**	1.164
Gratificação	**1.356**	400
Justa causa	**881**	10.300
Danos morais	**4.617**	4.205
Outras	**9.885**	3.650
Total	**90.999**	78.138

Notas Explicativas

Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2020, os valores de R$ 6.292 (R$ 6.122 em 31 de dezembro de 2019) correspondem às prováveis penalidades a serem aplicadas contra a controlada Equatorial Maranhão, referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como penalidade de Medição de fronteira na CCEE.

26 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018 e Equatorial Pará em fevereiro de 2020, e das controladas diretas Equatorial Piauí em outubro de 2018 e Equatorial Alagoas em julho de 2019.

Equatorial Maranhão

Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, em 31 de dezembro de 2018 a controlada da Companhia constituiu: (i) ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R$ 756.499; (ii) passivo de R$ 580.587 relativo ao ressarcimento a seus consumidores; (iii) R$ 77.177 como dedução da receita bruta referente ao PIS/COFINS; e (iv) R$ 98.685 como receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS de R$ 4.589.

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada da Companhia efetuou complemento neste lançamento, referente à atualização da taxa SELIC, constituindo: (i) ativo de R$ 14.058 (R$ 34.153 em 31 de dezembro de 2019); (ii) passivo de R$ 15.701 (R$ 23.005 em 31 de dezembro de 2019) relativo ao ressarcimento a seus consumidores; (iii) R$ 4.758 (R$ 6.631 em 31 de dezembro de 2019) como dedução da receita bruta referente a PIS/COFINS; e (iv) R$ 3.114 (R$ 4.517 em 31 de dezembro de 2019) como receita financeira, onde incidiu PIS/COFINS de R$ 145 (R$ 210 em 31 de dezembro de 2019).
Em 31 de dezembro de 2020, a controlada da Companhia compensou créditos habilitados pela Receita Federal no montante de R$ 253.246 com os tributos federais imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS e retenções federais através de PER/DCOMP.

Equatorial Pará

Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, em 31 de março de 2020 a controlada da Companhia constituiu: (i) ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R$ 935.138 e (ii) passivo de R$ 935.138 relativo ao ressarcimento a seus consumidores. Em 31 de dezembro de 2020, a controlada da Companhia efetuou complemento neste lançamento, referente à atualização da taxa SELIC, constituindo: (i) ativo de R$ 13.413 e (ii) passivo de R$ 13.413. Em 31 de dezembro de 2020, a controlada da Companhia compensou créditos habilitados pela Receita Federal no montante de R$ 210.071 com os tributos federais imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS e retenções federais através de PER/DCOMP.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Equatorial Piauí

Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, em 31 de dezembro de 2018, a controlada da Companhia constituiu: ativo referente a PIS/COFINS no montante de R$ 435.231, um passivo de R$ 418.741 relativo ao ressarcimento a seus consumidores, o montante de R$ 8.227 como dedução da receita bruta referente a PIS/COFINS, e R$ 8.263 como receita financeira, onde incidiu PIS/COFINS de R$ 384. Em 31 de dezembro de 2020, a controlada da Companhia realizou um complemento neste lançamento, referente a atualização da taxa SELIC, constituindo um ativo de R$ 8.855 (R$ 27.300 em 31 de dezembro de 2019), passivo de R$ 8.716 (R$ 26.854 em 31 de dezembro de 2019) relativo ao ressarcimento a seus consumidores, e R$ 140 (R$ 446 em 31 de dezembro de 2019) como receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS de R$ 6 (R$ 21 em 31 de dezembro de 2019).
Em 31 de dezembro de 2020, a controlada compensou créditos habilitados pela Receita Federal no montante de R$ 70.425 com os tributos federais imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS e retenções federais através de PER/DCOMP.

Equatorial Alagoas

Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, em 31 de dezembro de 2019 a controlada da Companhia constituiu: ativo referente a PIS/COFINS relativo ao ressarcimento a seus consumidores ambos no montante de R$ 290.234. Em 31 de dezembro de 2020, a controlada da Companhia efetuou a atualização do valor, à pela taxa SELIC, constituindo um ativo e passivo de R$ 9.002 .Em 31 de dezembro de 2020, a controlada da Companhia compensou créditos habilitados pela Receita Federal no montante de R$ 98.309 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2019) com os tributos federais de imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS e retenções federais através de PER/DCOMP.

O ativo das controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas contemplam créditos com a receita federal desde o ingresso da ação. E o passivo foi constituído considerando que as controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas repassam aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica dos últimos 10 anos, consoante disposições do Código Civil Brasileiro. Assim, após a homologação o crédito na Receita Federal e seu efetivo aproveitamento, considerando ainda eventual definição de mecanismos de ressarcimento pela ANEEL, espera-se que a realização deste ocorra em uma expectativa de prazo de aproximadamente 20 e 28 meses e para as controladas indiretas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará, respectivamente, e 156 meses para a controlada direta Equatorial Piauí.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	2020				
	Equatorial Maranhão	**Equatorial Pará**	**Equatorial Piauí**	**Equatorial Alagoas**	**Consolidado**
Ativo					
Circulante	**326.525**	**348.334**	**211.526**	**200.926**	**1.087.311**
Não Circulante	**224.833**	**390.146**	**189.435**	**-**	**804.414**
PIS e COFINS a recuperar	**551.358**	**738.480**	**400.961**	**200.926**	**1.891.725**
Passivo					
Circulante	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Não Circulante	**619.293**	**948.552**	**454.311**	**299.236**	**2.321.392**
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	**619.293**	**948.552**	**454.311**	**299.236**	**2.321.392**
Resultado					
(-) Deduções da receita					
PIS/COFINS consumidores a restituir	**(4.758)**	**-**	**-**	**-**	**(4.758)**
(+) Receita financeira					
PIS/COFINS consumidores a restituir	**3.114**	**-**	**140**	**-**	**3.254**
(-) PIS/COFINS sobre a receita financeira	**(145)**	**-**	**(6)**	**-**	**(151)**
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**(1.789)**	**-**	**134**	**-**	**(1.655)**

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	2019			
	Equatorial Maranhão	**Equatorial Piauí**	**Equatorial Alagoas**	**Consolidado**
Ativo				
Circulante	56.233	742	19.024	75.999
Não Circulante	734.368	461.789	271.210	1.467.367
PIS e COFINS a recuperar	790.601	462.531	290.234	1.543.366
Passivo				
Passivo Circulante	56.233	742	19.024	75.999
Não Circulante	547.359	444.853	271.210	1.263.422
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	603.592	445.595	290.234	1.339.421
Resultado				
(-) Deduções da receita				
PIS/COFINS consumidores a restituir	6.631	-	-	6.631
(+) Receita financeira				
PIS/COFINS consumidores a restituir	4.517	8.709	-	13.226
(-) PIS/COFINS sobre a receita financeira	(210)	(405)	-	(615)
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	10.938	8.304	-	19.242

Expectativa de realização de PIS e COFINS a recuperar (Consolidado)

	2020	
	Valor	**%**
Circulante (a)	**1.087.311**	**57%**
2021	**-**	**0%**
2022	**804.414**	**43%**
Não circulante	**804.414**	**43%**
Total	**1.891.725**	**100%**

(a) Em 31 de dezembro de 2020, as controladas da Companhia possuem habilitação dos créditos pela Receita Federal e o saldo classificado no ativo circulante no montante de R$ 1.087.311 (Equatorial Maranhão R$ 326.525, Equatorial Pará R$ 348.334 Equatorial Piauí R$ 211.526 e Equatorial Alagoas R$ 200.926) será realizado mediante compensação dos seguintes tributos federais até o próximo exercício: imposto de renda e contribuição social, PIS e COFINS e retenções federais.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

27 Patrimônio líquido

27.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 3.489.736 (R$ 2.741.931 em 31 de dezembro de 2019), o capital autorizado é de 1.500.000.000 de ações e sua composição por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	ON	%
Squadra Investimentos	99.380.285	9,84%
Opportunity	97.634.195	9,66%
BlackRock	57.299.125	5,67%
Schroder	50.878.433	5,03%
CPPIB	50.539.100	5,00%
Demais minoritários	654.779.947	64,80%
Total	**1.010.511.085**	**100%**

Em 22 de maio de 2020, conforme a ata de Reunião de Conselho de Administração, houve aprovação do aumento de capital no valor de R$ 339 com a emissão de 100 mil novas ações.

Em 17 de julho de 2020, conforme a ata de Assembleia Ordinária e Extraordinária, houve aprovação do aumento de capital no valor de R$ 746.775, mediante a integralização des reservas de capital de R$ 464.994 e de reserva de lucros de R$ 281.781, sem a emissão de novas ações.

Em 13 de agosto de 2020, conforme a ata da Reunião de Conselho de Administração, houve aprovação do aumento de capital no valor de R$ 691 com a emissão de 225 mil novas ações.

27.2 Reservas de capital

Esta reserva é constituída pelas opções outorgadas reconhecidas, por meio da deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10 (R1)/IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações, bem como pela mudança na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultam em perda de controle, conforme determina o CPC 36 Demonstrações Consolidadas. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo desta reserva era R$ 118.307 (R$ 529.934 em 31 de dezembro de 2019).

27.3 Reservas de lucros

27.3.1 Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo desta reserva era R$ 148.754 (R$120.781 em 31 de dezembro de 2019).

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

Notas Explicativas

27.3.2 Reserva para investimento e expansão

Essa reserva estatutária destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia na aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo desta reserva era R$ 5.605.846 (R$ 3.648.222 em 31 de dezembro de 2019).

27.3.3 Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo era R$ 1.224.792 (R$ 1.224.184 em 31 de dezembro de 2019).

27.3.4 Reserva de distribuição de dividendos adicionais

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo era R$ 159.532 (R$ 736 em 31 de dezembro de 2019).

27.4 Ajuste de avalição patrimonial

Ajustes de avaliação patrimonial incluem:

- Parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de *hedge* utilizados em *hedge* de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protegidos (ver nota explicativa nº 33.4). Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de *hedge* de fluxo de caixa era (R$ 9.468) ((R$ 6.300) em 31 de dezembro de 2019);
-
- Parcela efetiva de variação líquida acumulada dos efeitos os planos de benefícios pós-emprego (ver nota explicativa nº 32). Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de atuarial era (R$ 169.806) ((R$ 126.349) em 31 de dezembro de 2019); e

- Parcela efetiva de transações entre acionistas no montante de (R$ 73.569) ((R$ 22.262) em dezembro de 2019).
-
- Os valores registrados em ajustes de avalição patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação de ativos/passivos a que elas se referem.

27.5 Ações em tesouraria

Ações em tesouraria compreendem o custo das ações da Companhia detidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia detinha 1.370.000 ações em tesouraria no montante de R$ 31.734 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2019)

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

27.6 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2020	2019
Numerador		
Lucro líquido do exercício	**2.975.089**	2.415.630
Denominador		
1. Média ponderada de ações no cálculo do LPA básico	**1.009.141**	1.010.511
2. Média ponderada de ações no cálculo do LPA diluído (a)	**1.009.141**	1.010.511
Lucro do exercício básico por lote de mil ações - R$	**2,94814**	2,39050
Lucro do exercício diluído por lote de mil ações - R$	**2,94814**	2,39050

	2020	2019
(i) Fator de diluição (a)		
3. Quantidade de opção disponível	21.125	21.125
4. Quantidade de ações exercidas	21.125	19.975
5. Anos exercíveis	4	4
6. Exercíveis atual	1	4
Efeito diluidor diluído ((3/6)-(3-4)))	-	4.131

	2020	2019
(i) Fator de diluição (a)		
3. Quantidade de Ações *Stock Options* (5º Plano)	**15.628**	2.120
5. Anos exercíveis	**4**	4
6. Exercíveis atual	**1**	1
Efeito diluídor do 5º Plano ((3/6)-(3))	-	-
Média ponderada de ações no cálculo do LPA diluído	**1.009.141**	1.010.511

(a) Decorre do Plano de Opções de Compra de Ações (vide nota explicativa n°27.8)

27.7 Dividendos

Na controlada indireta Equatorial Maranhão, em 29 de maio de 2020, conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária, foi aprovado distribuição de dividendos suplementares aos acionistas no montante de R$ 25.744.

Na controlada indireta Equatorial Pará, em 29 de maio de 2020, conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária, foi aprovado distribuição de dividendos suplementares aos acionistas no montante de R$ 154.731.

Na controlada direta Equatorial Distribuição, em 29 de maio de 2020, conforme Ata de Reunião da Diretoria, foi aprovado distribuição de dividendos suplementares aos acionistas no montante de R$139.521.

Abaixo, apresentamos os valores dos dividendos adicionais constituídos em 2019 e aprovada sua distribuição em 2020, por Companhia, bem sua relação como os acionistas não controladores:

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Dividendos adicionais 2019	Percentual participação acionistas não controladores	Dividendos adicionais - acionistas não controladores
Equatorial Maranhão	25.744	34,89%	8.982
Equatorial Pará	154.731	3,50%	5.417
Equatorial Distribuição	139.521	9,85%	13.749
Total	319.996		28.148

Na controlada indireta Equatorial Maranhão, em 24 de março de 2021, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R$641.959, sendo R$ 528.394 através de dividendos do exercício, distribuídos entre dividendos mínimos de R$ 132.099 e dividendos adicionais de R$ 396.295 (dos quais, R$ 253.565 foram pagos em dezembro de 2020) e R$ 113.565 de reservas constituídas.

Na controlada indireta Equatorial Pará, em 24 de março de 2021, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R$ 662.722, sendo R$ 581.862 através de dividendos do exercício, distribuídos entre dividendos mínimos de R$ 145.466 e dividendos adicionais de R$ 436.396 (dos quais, R$ 277.280 foram pagos em dezembro de 2020) e R$ 80.860 de reservas constituídas.

Na controlada direta Equatorial Distribuição, em 24 de março de 2021, conforme Ata de Reunião da Diretoria, foi aprovado distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R$ 1.075.840, distribuídos entre dividendos mínimos de R$ 268.960 e dividendos adicionais de R$ 806.880 (dos quais, R$ 542.211 foram pagos em dezembro de 2020).

Na controlada direta Equatorial Alagoas, em 24 de março de 2021, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R$64.110, sendo R$ 56.946 como dividendos mínimos e R$ 7.164 como dividendos adicionais.

	Dividendos mínimos, adicionais (pagos) e reservas	Percentual participação acionistas não controladores	Dividendos - acionistas não controladores
Equatorial Maranhão	499.229	34,89%	174.224
Equatorial Pará	503.606	3,50%	17.785
Equatorial Distribuição	811.171	9,85%	79.937
Equatorial Alagoas	56.946	3,63%	2.067
Solenergias	20.593	49,00%	10.091
Total	1.891.545		284.104

Em 31 de dezembro de 2020, o total de dividendos constituídos nas controladas e sua relação com os acionistas não controladores foi de R$ 312.252 (R$ 265.379 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

27.8 Planos de opção de compra de ações

O Grupo possui planos para outorga de opções de ações aos seus colaboradores. Estes planos visam integrar os profissionais no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo.

A Companhia possuía dois planos de remuneração baseados em ações em vigor durante o terceiro trimestre de 2020: (i) Quarto Plano de Opção de Compra de Ações; e o (ii) Quinto Plano de Opção de Compra de Ações. Os planos contêm a distribuição de opções de compra de ações da Companhia a administradores e funcionários.

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, através de um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável e são compostos da seguinte forma:

27.8.1 Quarto Plano de Opção de Compra de Ações

Vigente desde 21 de julho de 2014, o Quarto Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Quarto Plano") possuía 626.250 opções (quantidade de opções depois do desdobramento: 3.131.250) em aberto até 21 de julho de 2020. O plano foi extinto em 21 de julho de 2020.

A tabela a seguir mostra a movimentação das opções até sua extinção em 21 de julho de 2020:

	Número de opções	Média ponderada do valor justo do período	Número de opções	Média ponderada do valor justo do exercício
Em opções	21/07/2020	21/07/2020	2019	2019
Existentes em 1° de janeiro	3.131.250	3,39	19.468.750	3,58
Exercidas durante período	(325.000)	3,11	(16.337.500)	3,48
Extintas durante o exercício	(2.806.250)	-	-	-
Existentes ao fim do período/exercício	-	-	3.131.250	3,39
Exercíveis ao fim do período/exercício	-	-	3.131.250	3,39

Em 31 de dezembro de 2020, não houve exercício de opção de compra (outorga).

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

27.8.2 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

No dia 22 de julho de 2019, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), os acionistas da Equatorial Energia S.A. aprovaram a criação do Quinto Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial ("Plano").

O Plano busca estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e suas subsidiárias e alinhar os interesses dos acionistas da Companhia e suas subsidiárias aos das pessoas elegíveis.

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

1° Outorga		2° Outorga	
Vesting Date	**Opções exercíveis**	***Vesting Date***	**Opções exercíveis**
17/12/2020	286.875	14/12/2021	7.500
17/12/2021	286.875	14/12/2022	7.500
17/12/2022	286.875	14/12/2023	7.500
17/12/2023	286.875	14/12/2024	7.500
	1.147.500		**30.000**

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a Data de Outorga.

As ações sujeitas as regras do Plano serão aquelas mantidas em tesouraria, adquiridas em programa de recompra ou a serem emitidas.

O valor das opções é estimado na data da outorga, com base no modelo "Black & Scholes" de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

1ª Outorga

	2020	2019
Valor justo na data de outorga	**6,78**	**6,78**
Data da outorga: 17/12/2019		
Quantidade outorgada	**1.147.500**	**1.242.500**
Preço da ação na data de outorga	**22,08**	**22,08**
Valor justo ponderado do *vesting period*	**20,10**	**20,42**
Volatilidade esperada (média ponderada)	**22,96%**	**22,96%**
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	**4,25**	**4,25**
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	**6,40%**	**6,40%**

2ª Outorga

	2020
Valor justo na data de outorga	**6,83**
Data da outorga: 14/12/2020	
Quantidade outorgada	**30.000**
Preço da ação na data de outorga	**22,50**
Valor justo ponderado do *vesting period*	**21,43**
Volatilidade esperada (média ponderada)	**29,05%**
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	**4,25**
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	**6,40%**

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Desta forma, para as respectivas datas de outorga ou de final de exercício, adotou-se o preço de mercado da ação Equatorial Energia S.A. na data, a volatilidade histórica (não foi adotada uma volatilidade esperada), o prazo médio de vencimento de cada lote das opções, o preço de exercício das opções ajustado por dividendos projetados para o período e a taxa livre de risco com base na curva dos títulos públicos federais futuro pré-fixado no prazo médio esperado de exercício de cada lote. Considerou-se ainda uma taxa de não subscrição de ações sobre as outorgadas, com base no histórico da Companhia como expectativa futura.

b. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O preço de exercício foi calculado com base no preço de emissão das opções e ajustado pelos dividendos declarados no período.

Como parâmetro de proventos, adotou-se o valor efetivamente declarado em 2020 e uma estimativa futura de acordo com parâmetros internos

c. Forma de determinação da volatilidade esperada

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

Companhia:

	Número de opções	Valor justo ponderado do preço do exercício	Número de opções	Valor justo ponderado do preço do exercício
Em opções	**2020**	**2020**	**2019**	**2019**
Existentes em 31 de dezembro	**1.242.500**	**20,10**	-	-
Canceladas durante o exercício	**(95.000)**	**(20,42)**	-	-
Outorgadas durante o exercício	**30.000**	**21,43**	1.242.500	**20,42**
Existentes ao fim do exercício	**1.177.500**	**21,43**	**1.242.500**	**20,42**

A despesa reconhecida na Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 3.960, (R$ 0 em 31 de dezembro de 2019) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

Companhia e suas controladas:

	Número de opções	Valor justo ponderado do preço do exercício	Número de opções	Valor justo ponderado do preço do exercício
Em opções	**2020**	**2020**	**2019**	**2019**
Existentes em 31 de dezembro	**17.947.500**	**20,10**	-	-
Canceladas durante o exercício	**(2.555.000)**	**20,42**	-	-
Outorgadas durante o exercício	**235.000**	**21,43**	17.947.500	**20,42**
Existentes ao fim do exercício	**15.627.500**	**21,43**	**17.947.500**	**20,42**

Notas Explicativas

A despesa reconhecida na Companhia e suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 53.088, (R$ 0 em 31 de dezembro de 2019) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento patrimonial, visto que a Companhia e suas controladas devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido, conforme CPC 10 (R1) / IFRS 2.

27.8.3 Plano de outorga de "Phantom Shares"

Em 12 de dezembro de 2019, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa ("Programa"). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários contemplados pelo Programa; (b) reter os beneficiários; e (c) focar na valorização e potencial de crescimento da Companhia no longo prazo.

O Programa outorga aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Companhia o direito a "Phantom Shares", mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 50% (cinquenta por cento) das "Phantom Shares" outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador do Grupo durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2025 e (ii) 50% (cinquenta por cento) das "Phantom Shares" outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador da Companhia ou de sociedade sob seu controle durante o período de carência que se encerra em 1º de maio de 2026; e (ii) o atingimento das metas de performance pela Companhia.

O preço das "Phantom Shares" outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a 01 de maio de 2025 e 01 de maio de 2026.

Os recursos a serem entregues pela Companhia aos participantes do Programa serão do caixa das Companhias.

a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O Preço das "Phantom Shares" outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das ações da Equatorial Energia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a 1º de maio de 2025 e 1º de maio de 2026.

b. Forma de cálculo da despesa do programa

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício social de 2020, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração das métricas de performance definidas, a Companhia e as suas controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará e 55 Soluções, fizeram jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Energia, caso as métricas de performance forem atingidas:

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Companhia:

	Número de ações	Valor justo ponderado do preço do exercício
Em ações	**2020**	**2020**
Existentes em 31 de dezembro	-	-
Extintas durante o exercício	-	-
Outorgadas durante o exercício	**382.500**	**21,47**
Existentes ao fim do exercício	**382.500**	**21,47**

A despesa reconhecida para o plano de "Phantom shares" na Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 1.588 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2019).

Companhia e suas controladas

	Número de ações	Valor justo ponderado do preço do exercício
Em ações	**2020**	**2020**
Existentes em 31 de dezembro	-	-
Extintas durante o exercício	-	-
Outorgadas durante o exercício	1.797.500	**21,47**
Existentes ao fim do exercício	**1.797.500**	**21,47**

A despesa reconhecida para o plano de "Phantom shares" na Companhia e suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 12.468 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2019).

As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

Ressalta-se que este plano é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa. Na prática não estão relacionados à volatividade das ações da Companhia (EQTL3).

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

28 Receita operacional líquida (Consolidado)

A conciliação da receita bruta para a receita operacional líquida está conforme a seguir demonstrada:

	Consolidado	
	2020	**2019**
Distribuição		
Receita de distribuição	**14.989.930**	15.003.238
Remuneração financeira WACC (a)	**334.653**	553.474
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (b)	**542.848**	44.732
Subvenção CDE – outros (c)	**515.181**	433.760
Fornecimento de energia elétrica	**16.382.612**	16.035.204
Suprimento de energia elétrica	**272.354**	383.478
Receita pela disponibilidade - uso da rede (d)	**502.413**	99.619
Receita de construção	**1.843.133**	1.878.597
Atualização do ativo financeiro (e)	**184.592**	258.742
Outras receitas	**633.807**	197.168
Subtotal Distribuição	**19.818.911**	18.852.808
Transmissão		
Receita de construção e melhoria de infraestrutura (f)	**2.361.172**	4.714.857
Receita de operação e manutenção (g)	**21.775**	17.436
Ativo de contrato – perda/(ganho) de realização (h)	**(507.192)**	522.661
Outras receitas	**21.754**	10.779
Subtototal	**1.897.509**	5.265.733
Remuneração dos ativos da concessão (i)	**1.221.131**	566.568
Subtotal Transmissão	**3.118.640**	5.832.301
Outros		
Receita de comercialização	**334.868**	303.090
Receita de ajuste de realização futura de contratos de energia elétrica (j)	**129.802**	-
Outras receitas	**27.963**	26.346
Subtotal Outros	**492.633**	329.436
Receita operacional bruta	**23.430.184**	25.014.545
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	**(3.261.977)**	(3.322.706)
PIS e COFINS	**(1.686.663)**	(2.071.275)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	**4.758**	(6.631)
Encargos do consumidor	**(144.539)**	(128.594)
ISS	**(12.375)**	(11.269)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (k)	**(362.036)**	(611.050)
Penalidades DIC/FIC e outras	**(68.447)**	(59.737)
Outros	**(8.836)**	(6.937)
Deduções da receita operacional	**(5.540.115)**	(6.218.199)
Receita operacional líquida	**17.890.069**	18.796.346

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

(a) A variação está relacionada à variação do IPCA, comparado com o mesmo exercício de 2019;

(b) A variação deve-se aos seguintes principais fatores: i) despesa com a liquidação CCEE (exposição financeira, risco hidrológico e efeito disponibilidade) em 2019 foi superior quando comparado com o mesmo período de 2020, gerando uma receita maior na CVA de energia em 2019, o que não ocorreu em 2020; ii) cobertura tarifária de compra de energia homologada no reajuste tarifário de janeiro a setembro de 2019 foi mais aderente aos custos realizados neste período, o que não ocorreu em 2020, cujo preço médio de compra foi menor do que a cobertura, gerando uma cva passiva; iii) repasse dos valores do fundo de reserva para alívio futuro de encargos dos consumidores, cujo valor gerou uma CVA passiva; (iv) repasse dos recursos da CONTA-COVID regulamentado por meio da Resolução Normativa 885/2020 gerando um impacto reduzindo o ativo CVA. A combinação destes quatro itens foram responsáveis pela variação em valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros;

(c) Os descontos tarifários são descontos e subsídios incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos consumidores das classes de irrigação, serviços públicos e projetos rurais em de acordo com as legislações vigente na distribuição de energia elétrica. Com isso as distribuidoras são compensadas pela perda de receita decorrente desse benefício tarifário, conforme artigo 13º da Lei nº 10.438/2002. Na Revisão Tarifária de 2019, foram homologados novos valores de tarifas para a concessionária, por conseguinte a apuração mensal de um novo valor de repasse do subsídio tarifário, elevando o valor apurado em 2020 para rubrica subvenção "CDE –outros", quando comparado com o mesmo período de 2019, uma vez que a tarifa utilizada na apuração do subsídio era a homologada no processo tarifário de 2018. Outro fato relevante para o aumento do subsídio tarifário em 2020 foram as 67 migrações para o ambiente livre dos clientes especiais, que compram sua energia de fonte incentivada e tem o direito ao desconto na tarifa de faturamento;

(d) As controladas distribuidoras de energia elétrica, diretas e indiretas, reconhecem receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição, sendo calculada conforme a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD definida pela ANEEL, com base na Resolução Normativa nº 414/2010 e as legislações específicas, de modo que o cliente cativo pode migrar para o ambiente livre, desde que atenda aos requisitos definidos. Nesse sentido, a variação entre os exercícios está relacionada ao aumento da migração do número de clientes do ambiente cativo para o ambiente livre;

(e) Os ganhos de eficiência obtidos pelas controladas no processo de revisão dos valores das tarifas alterou a estrutura de custos e de mercado, impactando no reconhecimento de receita de atualização do ativo financeiro quando comparado ao exercício anterior;

(f) A redução é devido à entrada em operação das SPE 01, SPE 02, SPE 04, SPE 07 e SPE 08;

(g) Receita de operação e manutenção refere-se à entrada em operação das transmissoras, que tem como finalidade a não interrupção da disponibilidade das instalações, custeando os serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica;

(h) São as variações positivas ou negativas na receita de construção e/ou receita de operação, entre a base orçada versus a base real. Em 31 de dezembro de 2020, as Controladas revisaram o seu orçamento de construção e incluiu gastos adicionais para a construção do empreendimento que não estavam previstos em seu orçamento inicial;

(i) Remuneração financeira proveniente da atualização do ativo de contrato, que teve variação superior ao ano anterior devido ao aumento do ativo de contrato;

(j) Receita oriunda da controlada indireta Solenergias Comercializadora de Energia S.A. decorrente de transações de compra e venda de energia no Mercado Livre de Energia; e

(k) A redução na despesa do encargo CDE (Decreto nº 7.891/2013, alterado pelo Decreto nº 9.642/2018) foi motivado pelo término do recolhimento CDE Energia em março/2019 e da quitação antecipada dos empréstimos da Conta ACR, cuja despesa ocorreu até setembro/2019.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

28.1 Margem das obrigações de performance (Consolidado)

	2020			2019		
	SPE's	**INTESA**	**Consolidado**	**SPE's**	**INTESA**	**Consolidado**
Construção e melhoria de infra estrutura						
Receita	**2.200.964**	**160.208**	**2.361.172**	4.646.647	68.210	4.714.857
Custo	**(1.207.068)**	**(59.021)**	**(1.266.089)**	(3.121.452)	(33.219)	(3.154.671)
Margem (R$)	**993.896**	**101.187**	**1.095.083**	1.525.195	34.991	1.560.186
Margem percebida (%)	**45,16%**	**63,16%**	**-**	32,82%	51,30%	-
Margem orçada no início do contrato (%)	**35,24%**	**-**	**-**	35,24%	-	-

	2020			2019		
	SPE's	**INTESA**	**Consolidado**	**SPE's**	**INTESA**	**Consolidado**
Operação e manutenção (*)						
Receita	**10.884**	**10.891**	**21.775**	-	17.436	17.436
Custo	**(8.078)**	**(14.166)**	**(22.244)**	-	(14.827)	(14.827)
Margem (R$)	**2.806**	**(3.275)**	**(469)**	-	2.609	2.609
Margem percebida (%)	**25,78%**	**(30,07%)**	**-**	-	14,96%	-
Margem orçada no início do contrato (%) (**)	**23,96%**	**-**	**-**	-	-	-

(*) Conforme citado na nota explicativa nº 1.1 Entidades controladas, algumas controladas Transmissoras ainda estão em fase de construção, portanto elas não reconhecem receita de operação e manutenção. Isso ocorre, pois a receita de O&M é um reflexo dos custos operacionais (acrescidos de margem) e tais custos precisam ser reconhecidos dentro do investimento da infraestrutura.

(**) Média ponderada da margem orçada no início do contrato das SPEs que estão em operação (SPE 01, SPE 02 e SPE 08). As demais companhias que não estão em operação (SPE 04, SPE 05 e SPE 07) ainda possuem custos de obra a serem capitalizados, e por isso não apresentam receita e custo de O&M.

.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

29 Custos do serviço e despesas operacionais (Consolidado)

	2020				
	Custo do serviço de energia elétrica	**Despesas com vendas**	**Despesas administra-tivas**	**Perdas por redução ao valor recuperável**	**Total**
Pessoal	**(225.768)**	**(48.154)**	**(327.088)**	**-**	**(601.010)**
Material	**(50.433)**	**(5.991)**	**(6.398)**	**-**	**(62.822)**
Serviços de terceiros	**(461.495)**	**(33.583)**	**(378.192)**	**-**	**(873.270)**
Energia elétrica comprada para revenda (a)	**(6.898.573)**	**-**	**-**	**-**	**(6.898.573)**
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	**(393.698)**	**-**	**-**	**-**	**(393.698)**
Custo de construção (b)	**(3.109.221)**	**-**	**-**	**-**	**(3.109.221)**
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	**-**	**-**	**-**	**(268.177)**	**(268.177)**
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	**-**	**-**	**(29.774)**	**-**	**(29.774)**
Amortização	**(617.117)**	**-**	**(210.124)**	**-**	**(827.241)**
Subvenção CCC	**(123.759)**	**-**		**-**	**(123.759)**
Outros	**(23.250)**	**(6.435)**	**10.668**	**-**	**(19.017)**
	(11.903.314)	**(94.163)**	**(940.908)**	**(268.177)**	**(13.206.562)**

	2019				
	Custo do serviço de energia elétrica	**Despesas com vendas**	**Despesas administra-tivas**	**Perdas por redução ao valor recuperável**	**Total**
Pessoal	(221.130)	(65.559)	(214.522)		(501.211)
Material	(18.667)	(4.034)	(7.063)		(29.764)
Serviços de terceiros	(290.985)	(198.170)	(286.773)		(775.928)
Energia elétrica comprada para revenda	(6.252.637)	-	-		(6.252.637)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(721.389)	-	-		(721.389)
Custo de construção	(5.033.268)	-	-		(5.033.268)
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	-	-	(97.573)	(97.573)
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	-		133.728		133.728
Amortização	(461.671)	-	(174.933)		(636.604)
Subvenção CCC	(114.555)	-	-		(114.555)
Outros	47.107	(5.075)	(8.103)		33.929
	(13.067.195)	(272.838)	(557.666)	(97.573)	(13.995.272)

(a) Vide detalhe da abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 30; e

(b) A redução é devido à entrada em operação das controladas indiretas da Companhia SPE 01, SPE 02, SPE 04, SPE 07 e SPE 08, além da evolução das obras nas demais transmissoras.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

30 Energia elétrica comprada para revenda (Consolidado)

	GWh (*)		R$	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Energia de leilão (a)	**21.518**	20.945	**(4.014.713)**	(4.025.908)
Contratos Eletronuclear	**784**	747	**(220.671)**	(173.707)
Contratos cotas de garantias (b)	**6.437**	6.806	**(702.745)**	(707.377)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (c)	**-**	-	**(139.093)**	(63.325)
Energia bilateral	**226**	226	**-**	-
Energia de curto prazo - CCEE (d)	**-**	-	**(1.085.092)**	(1.336.552)
Programa incentivo fontes alternativas energia – PROINFA	**463**	490	**(143.202)**	(172.393)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (e)	**-**	-	**654.001**	641.103
Outros custos	**-**	-	**(292.765)**	(253.170)
Subtotal	**29.428**	29.214	**(5.944.280)**	(6.091.329)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (f)	**-**	-	**(1.347.991)**	(882.697)
Total	**29.428**	29.214	**(7.292.271)**	(6.974.026)

(*) não revisado

(a) A variação refere-se aos custos com contratos (CCEAR-Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Deficits) decorrentes de preços de pagamentos menores que em 2019 em virtude de menores despesas com a parcela variável das usinas termoelétricas ao longo do ano de 2020 oriundo de redução no acionamento das termoelétricas;

(b) Em relação às cotas de garantia física houve redução no volume contratado conforme Resolução Homologatória 2.318/2017, emitida pela ANEEL, que estabeleceu os fatores de cotas de garantia física para os agentes de distribuição de energia elétrica nos anos de 2018, 2019 e 2020;

(c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as controladas da Companhia, diretas e indiretas, apresentaram aumento no encargo do serviço do sistema/energia de reserva devido ao pagamento elevado do encargo de reserva no período de abril a outubro de 2020;

(d) As controladas da Companhia apresentaram redução nos custos de energia de curto prazo, em relação ao ano anterior, devido à redução no PLD observado ao longo de 2020, motivado pela retração do mercado devido, principalmente, pela pandemia COVID19;

(e) Saldo decorre do diferimento do crédito do PIS/COFINS sobre a CVA realizado pela companhia (regime caixa); e

(f) Contemplam os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida – RAP, portanto, em cada ano há sempre o efeito de duas resoluções. Os custos ocorridos em 2020 foram maiores que 2019 em decorrência das tarifas aprovadas na resolução RAP de nº 2.564 de 19 de junho de 2019, que vigoraram até julho de 2020 relacionadas à Rede Básica e Conexão que tiveram um aumento incorporadas ao reajuste tarifário anual de 2019, assim como o aumento da contratação do MUST(Montante de Uso do Sistema de Transmissão). Adicionalmente, por meio da Resolução Homologatório 2.726, de 14 de julho de 2020, a ANEEL estabeleceu o valor da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão, para o período de julho de 2020 a junho de 2021, que elevou os custos de transporte de energia elétrica.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

31 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Receitas financeiras				
Rendas financeiras	**24.133**	32.242	**155.768**	230.335
Valores a receber/devolver parcela A	**-**	-	**115.220**	145.317
Operações com instrumentos financeiros derivativos (a)	**-**	-	**360.187**	54.339
Acréscimo moratório de energia vendida (b)	**-**	-	**458.667**	386.228
Receita financeira de AVP	**-**	483	**31.197**	-
Receita financeira de RGR	**-**	-	**-**	671.595
Variação monetária e cambial da dívida	**-**	650	**13.681**	46.303
PIS/COFINS sobre receita financeira	**(1.100)**	(1.569)	**(37.278)**	(39.752)
Atualização sub-rogação CCC	**-**	-	**1.494**	129.935
Descontos obtidos	**-**	-	**-**	12.288
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	**-**	-	**(12)**	4.517
Outras receitas financeiras	**-**	1.527	**27.798**	120.273
Total de receitas financeiras	**23.033**	33.333	**1.126.722**	1.761.378
Despesas financeiras				
Encargos da dívida	**(46.513)**	(139.456)	**(732.819)**	(831.777)
Multas regulatórias	**-**	-	**(3.212)**	(13.720)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (a)	**-**	-	**(8.031)**	(28.518)
Valores a receber/devolver parcela A	**-**	-	**(43.092)**	(61.385)
Variação monetária e cambial da dívida	**(4.997)**	(4.099)	**(579.359)**	(209.951)
Despesa financeira de AVP	**-**	-	**(64.816)**	(117.952)
Despesa financeira de RGR	**-**	-	**-**	(667.112)
Atualização de eficientização e contingências	**-**	-	**(19.454)**	(277.705)
Juros, multas s/ operação de energia	**-**	-	**(2.721)**	(1.769)
Juros passivos	**-**	-	**(48.196)**	(56.205)
Descontos concedidos	**-**	-	**(25.155)**	(16.016)
Outras despesas financeiras	**(8.021)**	(53.215)	**(23.992)**	(106.928)
Total de despesas financeiras	**(59.531)**	(196.770)	**(1.550.847)**	(2.389.038)
Resultado financeiro líquido	**(36.498)**	(163.437)	**(424.125)**	(627.660)

(a) Referem-se, principalmente, à contratação de operações de SWAP, que trocam Dólar+*spread* por CDI+*spread*, onde a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. No exercício findo de 31 de dezembro de 2020, o principal efeito refere-se à variação cambial, gerando receita em 2020 com crescimento do dólar em 29%, saindo de R$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020, contra uma receita menor em 2019 com a aumento do dólar em 4%, saindo de R$ 3,87 em 31 de dezembro de 2018 para R$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019; e

(b) O aumento é devido ao pagamento em atraso das faturas de energia pelos consumidores das controladas distribuidoras de energia elétrica, ocasionado principalmente pela Pandemia da COVID-19.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

32 Benefício pós-emprego (Consolidado)

32.1 Características do plano de aposentadoria

(i) Plano Equatorial BD (Equatorial Maranhão)

O Plano BD é estruturado na modalidade de "benefício definido", existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria por Invalidez: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o Salário Real de Benefício (SRB) e a aposentadoria por invalidez da Previdência Social.

- Aposentadoria por Idade: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por idade da Previdência Social.

- Aposentadoria por Tempo de Contribuição: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por tempo de contribuição da Previdência Social.

(ii) Plano Equatorial CD (Equatorial Maranhão)

O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de "contribuição definida" para os benefícios programados e de "benefício definido" para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria Normal: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:

(a) Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
(b) Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano;
(c) Ter idade igual ou superior a 55 anos;
(d) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.

O valor do benefício resulta da transformação do Saldo de Contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por "n" meses.

- Aposentadoria de Incapacidade para o Trabalho: O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por Invalidez da Previdência Social, desde que esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal.

- Pensão por Morte de Ativo: O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal.

Notas Explicativas

- Pensão por Morte de Assistido: O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido.

(iii) Plano Equatorial BD (Equatorial Pará)

O Plano BD é estruturado na modalidade de "benefício definido", existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria (por Invalidez, Idade, Tempo de Contribuição e Especial): Benefício de aposentadoria apurado a partir da diferença entre o Salário Real de Benefício (SRB), que é a média dos últimos 36 Salários de Contribuição, e a aposentadoria concedida no RGPS. Com exceção da Aposentadoria por invalidez, as aposentadorias têm carência de 120 meses de contribuições mensais para o plano.

- Pensão por Morte: O benefício acima corresponde a 50% da aposentadoria mensal que o participante recebia antes de seu falecimento ou da renda a que este teria direito caso se invalidasse. Será concedido aos beneficiários habilitados como pensionistas que o requererem; e

- Abono Anual: O benefício consiste em uma prestação pecuniária anual de 1/12 (um doze avos) da renda mensal devida em dezembro por mês de complementação recebida durante o ano.

(iv) Plano Celpa OP (Equatorial Pará)

O Plano Celpa OP é estruturado na modalidade "Contribuição Variável", existindo compromisso pós-emprego na fase de inatividade (aposentados e pensionistas) para os benefícios estruturados na modalidade "Benefício Definido" (Aposentadoria na forma de Renda Mensal Vitalícia e suas respectivas reversões em pensão). De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Renda Mensal com Reversão em Pensão: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:

(a) Ter 05 anos completos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
(b) Ter 05 anos de contribuição efetiva ao plano;
(c) Ter idade igual ou superior a 55 anos;
(d) Ter a concessão do benefício, exceto se de Invalidez pelo RGPS; e
(e) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.

De acordo com a modalidade selecionada no requerimento, o valor do benefício equivale a:

✓ Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de "Contribuição Variável"; ou
✓ Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de "Contribuição Definida".

Notas Explicativas

- Pecúlio por Invalidez ou por Morte: O benefício de Pecúlio por Morte é concedido aos beneficiários quando do óbito do participante ativo. O benefício de Pecúlio por Invalidez é concedido ao participante que possuir a Suplementação de Aposentadoria por Invalidez no Plano R.

(v) Plano Celpa R (Equatorial Pará)

O Celpa R é estruturado na modalidade "Benefício Definido", existindo compromisso pós-emprego com o pagamento de aposentadorias por invalidez e pensões. Além disso, o plano é não-contributivo, oferecendo somente benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes:

- Suplementação de Auxílio-Doença e Aposentadoria por Invalidez: Os dois benefícios acima consistem em uma renda mensal obtida através da diferença entre o valor do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do benefício concedido pelo RGPS (Regime Geral de Previdência Social), sendo concedidos enquanto for garantida a concessão do RGPS (Regime Geral de Previdência Social);

- Pensão por Morte: O benefício acima corresponde a 50% da aposentadoria mensal que o participante recebia antes de seu falecimento ou da renda a que este teria direito caso se invalidasse. Será concedido aos beneficiários habilitados como pensionistas que o requererem; e

- Abono Anual: O benefício consiste no maior valor mensal recebido no ano pelo participante, e será pago até o dia 20 de dezembro. Por se tratar de um plano não-contributivo, o custeio do plano é feito 100% pela Contribuição Normal da própria patrocinadora, cujo percentual é determinado no Plano de Custeio do plano.

(vi) Plano Celpa CD (Equatorial Pará)

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV) e patrocinado pela Equatorial Energia Pará, dentre outras. O plano passou a ser oferecido pela empresa a seus empregados no exercício de 2019, bem como recepcionou nesse ano participantes e assistidos patrocinados pela empresa advindos dos planos Celpa OP e Celpa R, sendo, portanto, o primeiro reconhecimento das obrigações com este plano pela empresa.

O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de "Contribuição Definida" para os benefícios programados e de "Benefício Definido" para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria Normal: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:

(a) Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
(b)Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano;
(c)Ter idade igual ou superior a 55 anos;
(d)Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora. O valor do benefício resulta da transformação do Saldo de Contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por "n" meses.

Notas Explicativas

- Aposentadoria de Incapacidade para o Trabalho: O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por Invalidez da Previdência Social, desde que esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal;
- Pensão por Morte de Ativo: O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal; e

- Pensão por Morte de Assistido: O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido.

(vii) Resolução 10/1989 (Equatorial Pará)

A controlada da Companhia possui um passivo atuarial a descoberto, de origem em um acordo firmado entre a empresa e seus ex-empregados e pensionistas. O acordo foi deliberado pela Resolução nº 10, de 04 de agosto de 1989, pela administração controlada da Companhia, e entrou em vigor em 11 de Junho de 1996.

Com a Resolução em vigor, os ex-empregados e pensionistas têm direito a benefícios previdenciários, que formam o passivo atuarial não coberto. O valor do passivo apurado é provisionado integralmente pela controlada da Companhia.

(viii) Plano de assistência médica (Equatorial Pará)

Plano de Saúde CNU
A controlada da Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um plano de saúde administrado pela operadora Central Nacional Unimed – Cooperativa Central (CNU), na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Nacional. É oferecido para os seus colaboradores, bem como a seus dependentes, exceto para diretores e gerentes.

Unimed Seguro Saúde
A controlada da Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Nacional. É oferecido para os diretores e gerentes da controlada da Companhia, bem como a seus dependentes.

Plano Odontológico UNIODONTO
Plano odontológico administrado pela operadora Uniodonto Belém a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos), bem como para seus dependentes.
Diferente do que ocorre nos planos médicos, as despesas odontológicas não aumentam em função do envelhecimento dos participantes. Sendo assim, não há compromisso de pós-emprego (subsídio-cruzado).

Notas Explicativas

(ix) Plano Saldado (Equatorial Piauí)

Plano de benefícios previdenciários organizado e administrado pela Fundação Cepisa de Seguridade Social (FACEPI) e patrocinado pela Equatorial Energia Piauí, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes.

O Plano Saldado é um plano contributivo com modalidade de "Benefício Definido" existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria por Tempo de Serviço/Contribuição: A complementação de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição será devida ao participante durante o período que seja mantida a aposentadoria por tempo de serviço/contribuição pela Previdência Social, e só será suspensa por morte do participante, suspensão ou cancelamento dessa aposentadoria.

- Aposentadoria por Invalidez: O benefício é concedido ao participante durante o período em que lhe seja mantida a aposentadoria pela Previdência Social.

- Aposentadoria por Idade: O benefício é concedido aos beneficiários do participante durante o tempo em que seja mantida a aposentadoria por idade pela Previdência Social, e cancelada por sua morte, consistida numa renda mensal correspondente à diferença entre o Salário Real de Benefício e o valor da aposentadoria concedida pelo INSS.

- Pensão por Morte: O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, durante o período que lhe seja mantida a pensão pela Previdência Social. O valor do benefício consiste na continuação da renda de 60% a 100% da aposentadoria paga ao participante assistido.

- Auxílio Doença: O benefício é concedido aos beneficiários do participante que estiver em gozo de Auxílio-Doença pela Previdência Social, consistida numa renda mensal correspondente à diferença entre o Salário Real de Benefício e o valor Auxílio-Doença fixado pelo INSS.

- Auxílio Funeral: O benefício é concedido em caso de morte do participante, após um mínimo de 60 (sessenta) contribuições mensais ao Plano, contadas a partir da última inscrição como participante dessa Fundação, aos beneficiários ou, na falta destes, à pessoa que comprove ter sido executora do funeral. A ampliação do auxílio-funeral consistirá num pecúlio, de pagamento único, de valor igual a 1/5 (um quinto) do maior valor teto do Salário de Benefício da Previdência Social.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

(x) Plano CV (Equatorial Piauí)

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação Cepisa de Seguridade Social (FACEPI) e patrocinado pela Equatorial Energia Piauí, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes.

O Plano CV é estruturado na modalidade de "Contribuição Variável", existindo compromisso no período de pós-emprego dos participantes. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria Programada: O benefício será calculado atuarialmente em quotas com base, dentre outros parâmetros, no saldo da conta individual do participante, desdobrando-se esse benefício em duas fases: a de rendas a prazo certo de aposentadoria programada e a de rendas vitalícias de aposentadoria programada.

- Aposentadoria por Invalidez: O benefício a ser concedido será calculado atuarialmente em quotas com base, dentre outros parâmetros, no saldo da conta individual existente na data da invalidez, acrescido esse saldo dos recursos provenientes do correspondente pecúlio por invalidez, desdobrando-se o benefício em duas fases: a de rendas a prazo certo de aposentadoria por invalidez e a de rendas vitalícias de aposentadoria por invalidez.

- Pensão por Morte: O benefício a ser concedido será calculado atuarialmente em quotas, com base, dentre outros parâmetros, no saldo da conta individual existente na data da morte do participante ativo, acrescido esse saldo dos recursos provenientes do correspondente pecúlio por morte, desdobrando-se este benefício em duas fases: a de rendas a prazo certo de pensão de ativo e a de rendas vitalícias de pensão de ativo.

- Auxílio-Enfermidade: O benefício equivale à vinte por cento (20%) da parcela do salário de participação corrente abaixo do teto-FACEPI, acrescido de cem por cento (100%) da parcela desse salário de participação acima desse teto.

- Auxílio-Funeral: O benefício equivale à quarenta por cento (40%) do teto-FACEPI em vigor no mês do óbito, independentemente do estágio previdenciário em que se encontrava o participante, do seu nível salarial e do nível de acumulação de poupanças laborais e patronais contabilizadas em seu nome.

(xi) Plano Equatorial CD (Equatorial Piauí)

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTLPREV), patrocinado pela Equatorial Energia Piauí, dentre outras patrocinadoras. O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de "Contribuição Definida" para os benefícios programados e de "Benefício Definido" para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria Normal: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:

(a)Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
(b)Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano;
(c)Ter idade igual ou superior a 55 anos; e
(d)Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.

Notas Explicativas

O valor do benefício resulta da transformação do Saldo de Contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por "n" meses.

- Aposentadoria de Incapacidade para o Trabalho: O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por Invalidez da Previdência Social, desde que esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal.

- Pensão por Morte de Ativo: O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal.

- Pensão por Morte de Assistido: O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido.

(xii) Plano BD (Equatorial Alagoas)

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação CEAL de Assistência Social e Previdência (FACEAL) e patrocinado pela Equatorial Energia Alagoas, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes.

O Plano BD é estruturado na modalidade de "Benefício Definido", existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria por Invalidez: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre 80% do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar, apurada na data de concessão da suplementação da aposentadoria. A Aposentadoria por Invalidez tem carência de 12 meses de contribuição para o Plano.

- Aposentadoria por Tempo de Serviço/Contribuição: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre 80% do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar, apurada na data de concessão da suplementação da aposentadoria. A carência para esses benefícios corresponde a 120 meses de contribuição para o Plano.

- Aposentadoria por Idade: O benefício a ser concedido equivale ao valor de 1/20 (um vinte avos) da diferença positiva entre 80% do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar, apurada na data de concessão da suplementação da aposentadoria, para cada ano de contribuição ao Plano (limitado a 20/20).

- Aposentadoria Especial: O benefício a ser concedido equivale ao valor de 1/20 (um vinte avos) da diferença positiva entre 80% do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar, apurada na data de concessão da suplementação da aposentadoria, para cada ano de contribuição ao Plano (limitado a 20/20). A Aposentadoria Especial tem carência de 180 meses de contribuição para o Plano.

- Pensão por Morte: O benefício a ser concedido consiste em uma renda mensal equivalente a 50% (mais 10% por beneficiário) da renda recebida pelo participante assistido ou da renda que o participante ativo teria direito se viesse a se aposentar por invalidez na data de falecimento.

Notas Explicativas

- Abono Anual: O benefício é concedido na mesma época em que é concedido o abono anual da Previdência Social, e consiste em uma prestação pecuniária anual de 1/12 (um doze avos) da renda mensal devida em dezembro por mês de complementação recebida durante o ano.

(xiii) Plano CD (Equatorial Alagoas)

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação CEAL de Assistência Social e Previdência (FACEAL), patrocinado pela Equatorial Energia Alagoas, dentre outras patrocinadoras. O Plano CD é um plano contributivo com modalidade de "Contribuição Definida" para os benefícios programados e de "Benefício Definido" para os benefícios de risco.

Os benefícios de risco são:

- Benefício por Entrada em Invalidez

Concedido em caso de invalidez de participante ativo, no valor de 13/12 (treze, doze avos) do dobro da Contribuição Real Média Mensal (CRMM), multiplicada pelo número de meses que, por ocasião da entrada em invalidez total e permanente, faltavam para o participante completar os exatos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade.

- Benefício de Pecúlio por Morte como Participante Ativo

Concedido aos beneficiários do participante ativo, na ocorrência de seu falecimento, no valor de 13/12 (treze, doze avos) do dobro da Contribuição Real Média Mensal (CRMM), multiplicada pelo número de meses que, por ocasião do falecimento do participante ativo, faltavam para o participante completar os exatos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade.

(xiv) Planos de saúde (Equatorial Alagoas)

A Equatorial Energia Alagoas oferece a seus empregados e ex-empregados um plano de saúde, administrado pela Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Estadual. É oferecido também um plano odontológico para os colaboradores da Equatorial Energia Alagoas S.A.

Os planos de saúde (UNIMED) e odontológico (UNIODONTO) possuem mensalidades pré-estabelecidas, reajustadas anualmente, com pagamento mensal da parcela do empregado e da parcela patronal, totalizando 12 faturas ao ano.

No Plano de Saúde e Odontológico existem 03 grupos distintos, denominados G1, G3 e G8. As definições dos grupos são apresentadas a seguir.

- G1: composto pelos empregados, afastados e futuros ex-empregados da Equatorial Alagoas, conforme estabelecido no item 11.4 do Acordo Coletivo de Trabalho de 2019/2021. A parcela de participação da Equatorial Alagoas para este grupo varia conforme faixas salariais para o Plano de Saúde e equivale a 60% para o Plano Odontológico. Caso um empregado da controlada da Companhia venha a se invalidar permanentemente, ele e seus dependentes têm o direito a permanecer no plano vitaliciamente até o falecimento do titular (exceto filhos válidos, que permanecem temporariamente, conforme acordo coletivo, até 24 anos). Para os inválidos, a Equatorial Alagoas mantém o pagamento da parcela patronal para o titular e seus dependentes semelhante ao que contribuiria se ele ainda estivesse em atividade. Este grupo é aberto para novas inclusões de ativos e inativos, conforme as alterações no quadro de empregados da controlada da Companhia.

Notas Explicativas

- G3: composto por ex-empregados inválidos que permanecem no plano de saúde e odontológico sem contribuírem para os referidos planos, de forma que a participação da Equatorial Alagoas para este grupo é de 100% das mensalidades. A Equatorial Alagoas contribui para os titulares e também para os seus dependentes. Os titulares e dependentes deste grupo permanecem no plano vitaliciamente até o falecimento do titular (exceto filhos válidos, que permanecem temporariamente, conforme acordo coletivo, até 24 anos). Este é um grupo fechado, onde não há novas inclusões.

- G8: composto por ex-empregados (válidos e inválidos) que permanecem no plano de saúde e odontológico por decisão judicial. A parcela de participação da Equatorial Alagoas para este grupo é estabelecida individualmente conforme cada decisão judicial. A Equatorial Alagoas contribui para os titulares e também para os seus dependentes. Os titulares e dependentes deste grupo permanecem no plano vitaliciamente até o falecimento do titular (exceto filhos válidos, que permanecem temporariamente, conforme acordo coletivo, até 24 anos). A inclusão de novos titulares neste grupo somente pode ocorrer por meio de decisão judicial.

(xv) Plano Equatorial CD (Equatorial Alagoas)

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTLPREV), patrocinado pela Equatorial Energia Alagoas, dentre outras patrocinadoras. O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria Normal: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:

(a)Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
(b)Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano;
(c)Ter idade igual ou superior a 55 anos; e
(d)Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.

O valor do benefício resulta da transformação do Saldo de Contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por “n” meses.

- Aposentadoria de Incapacidade para o Trabalho: O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por Invalidez da Previdência Social, desde que esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal.

- Pensão por Morte de Ativo: O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal.

- Pensão por Morte de Assistido: O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

32.2 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido

A conciliação dos ativos e passivos demonstrará o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço da Companhia. Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2020 (passivo ou ativo atuarial contabilizado) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado o exercício de 2021.

	EQTL-MA		EQTL-PA						EQTL-PI			EQTL-AL			
	CD	BD	CD	BD	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Planos de saúde	Plano Saldado	Plano CV	Plano Equatorial CD	BD	CD	Plano de Saúde e Odontológico	Plano Equatorial CD
Déficit/(Superávit) apurado															
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	**1.027**	**178.966**	**737**	**244.025**	**8.928**	**2.083**	**20.092**	**25.070**	**507.194**	**7.324**	**67**	**152.909**	**1.639**	**105.241**	**17**
Valor justo dos ativos do plano	**(6.342)**	**(210.751)**	**(9.014)**	**(316.013)**	**(6.049)**	**(4.825)**	-	-	**(531.670)**	**(3.329)**	**(386)**	**(284.105)**	**(6.628)**	-	**(120)**
Déficit/(Superávit) apurado	**(5.315)**	**(31.785)**	**(8.277)**	**(71.988)**	**2.879**	**(2.742)**	**20.092**	**25.070**	**(24.476)**	**3.995**	**(319)**	**(131.196)**	**(4.989)**	**105.241**	**(103)**
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais															
Efeito do Teto de Ativo	**3.764**	**31.785**	**2.700**	**71.988**	-	**2.479**	-	-	**24.476**	-	**246**	**113.872**	**4.989**	-	**61**
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	**3.764**	**31.785**	**2.700**	**71.988**	-	**2.479**	-	-	**24.476**	-	**246**	**113.872**	**4.989**	-	**61**
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)															
Ativo líquido apurado	**(1.551)**		**(5.577)**	-	**2.879**	**(263)**	**20.092**	**25.070**	-	**3.995**	**(73)**	**(17.324)**	-	**105.241**	**(42)**

2019

	EQTL-MA		EQTL-PA							EQTL-PI		EQTL-AL		
	CD	BD	CD	BD	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Planos de saúde	Total	Plano Saldado	Plano CV	BD	CD	Plano de Saúde e Odontol
Déficit/(Superávit) apurado														
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	828	180.177	974	241.660	8.558	2.058	21.722	22.558	297.530	421.369	8.963	148.847	2.096	93.605
Valor justo dos ativos do plano	(8.498)	(214.911)	(9.951)	(330.836)	(5.923)	(3.448)	-	-	(350.158)	(427.916)	(3.314)	(286.413)	(6.528)	-
Déficit/(Superávit) apurado	(7.670)	(34.734)	(8.977)	(89.176)	2.635	(1.390)	21.722	22.558	(52.628)	(6.547)	5.649	(137.566)	(4.432)	93.605
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais														
Efeito do Teto de Ativo	6.916	34.734	3.344	89.176	-	1.150	-	-	93.670	6.547	-	121.374	4.432	-
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	6.916	34.734	3.344	89.176	-	1.150	-	-	93.670	6.547	-	121.374	4.432	-
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)														
Ativo líquido apurado	(754)	-	(5.633)	-	2.635	(240)	21.722	22.558	41.042	-	5.649	(16.192)	-	93.605

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

32.3 Resultado da avaliação atuarial

Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

	EQTL-MA		EQTL-PA						EQTL-PI			EQTL-AL			
	CD	BD	BD	CELPA OP	CELPA R	CD	Resolução 10/1989	Planos de Saúde	Plano Saldado	Plano CV	Plano Equatorial CD	BD	CD	Planos de saúde	Equatorial CD
Resultado do Exercício															
Custo do serviço corrente líquido	109	9	(14)	-	(139)	(125)	-	(1.277)	55	-	-	80	253	1.030	3
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	47	11.890	(15.819)	(138)	(578)	(53)	(1.392)	(1.543)	34.009	568	-	9.867	128	6.340	1
Rendimento esperado dos ativos do plano	(546)	(14.272)	21.903	234	418	631	-	-	(35.567)	(162)	-	(19.338)	(414)	-	(7)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	444	2.381	(6.084)	(39)	-	(104)	-	-	296	-	-	8.356	286	-	4
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	**54**	**8**	**(14)**	**57**	**(299)**	**349**	**(1.392)**	**(2.820)**	**(1.207)**	**406**	-	**(1.035)**	**253**	**7.370**	**1**
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício															
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	2.913	4.947	(17.486)	1.270	85	(1.748)	-	-	18.136	147	-	10.735	314	-	-
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	44	388	(5.771)	(14)	(194)	415	1.080	(729)	218	(2.208)	-	5.025	(839)	10.018	-
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	(3.596)	(5.329)	23.271	(1.290)	-	748	-	-	19.907	-	-	(15.858)	271	-	-
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	**(639)**	**6**	**14**	**(34)**	**(109)**	**(585)**	**1.080**	**(729)**	**38.261**	**(2.061)**	-	**(98)**	**(254)**	**10.018**	-
Reconciliação do Passivo/(Ativo) reconhecido															
Passivo/(ativo) no fim do exercício anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**5.649**	**(73)**	-	-	-	-
Despesa/(receita) reconhecida no Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	**(1.207)**	**407**	-	-	-	-	-
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	-	-	-	-	-	-	-	-	**38.261**	**(2.061)**	-	-	-	-	-
Contribuições do empregador	-	-	-	-	-	-	-	-	**(37.054)**	-	-	-	-	-	-
Passivo/(ativo) no fim do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**3.995**	**(73)**	-	-	-	-

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

32.4 Ativos do plano

32.4.1 Ativos do plano incluem:

	EQTL-MA		EQTL-PA				EQTL-PI			EQTL-AL		
	CD	BD	BD	OP	R	CD	Saldado	CV	CD	BD	CD	BD
Títulos Públicos	93.198	196.927	278.554	6.062	3.802	93.138	-	-	-	-	-	93.198
Fundos de Investimento:	205.267	-	13.930	2.650	2.131	205.268	514.928	60.480	205.268	290.118	273.256	205.268
Outros	58.838	16.016	29.846	1.965	764	29.846	38.384	3.322	152.035	14.055	19.258	58.945
(=) Ativo Total	**357.303**	**212.943**	**322.330**	**10.677**	**6.697**	**328.252**	**553.312**	**63.802**	**357.303**	**304.173**	**292.514**	**357.411**

Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

32.5 Obrigação do benefício definido

(a) Premissas atuariais

	EQTL-MA		EQTL-PA						EQTL-PI			EQTL-AL			
Premissas em 31 de dezembro de 2020	**BD**	**CD**	**BD**	**0P**	**CELPA R**	**Equatorial CD**	**RESOLIUÇÃO 10/1989**	**PLANOS DE SAÚDE**	**Saldado**	**CV**	**Plano Equatorial CD**	**BD**	**CD**	**Planos de saúde**	**Equatorial CD**
Taxa de inflação	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%
Taxa de desconto	6,56%	5,92%	6,49%	6,76%	7,25%	5,92%	6,34%	6,87%	6,78%	7,25%	5,92%	6,61%	6,05%	7,09%	5,92%
Futuros aumentos salariais	3,32%	4,35%	6,49%	6,76%	7,25%	5,92%	6,34%	6,87%	Não aplicável	3,61%	4,35%	5,83%	5,83%	3,32%	4,35%
Futuros aumentos de pensão	3,32%	3,32%	5,39%	Não aplicável	5,39%	4,35%	3,32%	5,34%	Não aplicável	3,61%	3,32%	3,32%	Não aplicável	7,25%	3,32%
Mortalidade geral	-	-	-	-	-	-	-	-	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	-	-	-	-

	EQTL-MA		EQTL-PA						EQTL-PI		EQTL-AL		
Premissas em 31 de dezembro de 2019	**BD**	**CD**	**BD**	**0P**	**CELP A R**	**EQUATORIAL CD**	**RESOLIUÇÃO 10/1989**	**PLANOS DE SAÚDE**	**Saldado**	**CV**	**BD**	**CD**	**Planos de saúde**
Taxa de inflação	3,61%	3,61%	3,61%	3,61%	3,61%	3,61%	3,61%	3,61%	3,61%	3,61%	3,61%	3,61%	3,61%
Taxa de desconto	6,85%	6,43%	6,82%	6,93%	7,14%	6,33%	6,72%	7,00%	6,93%	7,19%	6,88%	6,46%	6,98%
Futuros aumentos salariais	3,61%	4,65%	6,82%	6,93%	7,14%	6,33%	6,72%	7,00%	3,61%	3,61%	6,13%	6,13%	6,98%
Futuros aumentos de pensão	3,61%	3,61%	3,61%	Não aplicável	5,68%	4,65%	3,61%	5,68%	3,61%	3,61%	3,61%	Não aplicável	3,61%

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Análise de sensibilidade

Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

		EQTL-MA		EQTL-PA						EQTL-PI			EQTL-AL		
		Plano BD	Plano CD	BD	CD	OP	R	Resolução 10/1989	Plano de Saúde	Saldado	Plano CV	Equatorial CD	BD	CD	Planos de saúde
Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto R$	Impacto R$	Impacto R$	Impacto R$	Impacto R$	Impacto R$	Impacto R$	Impacto R$				Impacto R$	Impacto R$	Impacto R$
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(8.124)	(31.152)	(10.539)	(20)	(107)	(602)	(786)	(1.364)	(26.153)	(1.955)	(2)	(71.668)	(474)	(61.903)
	Redução de 0,5%	9.521	32.795	11.835	21	117	679	845	1.492	28.706	2.299	2	78.487	501	69.245
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	5.648	(21.084)	8.435	(15)	52	110	766	207	-	-	-	-	-	-
	Redução de 1 ano	(5.376)	27.155	(8.028)	20	(52)	(113)	(756)	(221)	-	-	-	-	-	-
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	-	-	-	-	-	1.329	-	-	-	-	-	-
	Redução de 0,5%	-	-	-	-	-	-	-	(1.227)	-	-	-	-	-	-

Quando consideramos a análise de sensibilidade da taxa de desconto para o plano CD as variações são irrelevantes.

Embora as análises não levem em conta a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito dos planos, ela fornece uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

32.6 Fluxo de Caixa

	EQTL-MA		EQTL-PA						EQTL -PI		EQTL -AL			
	BD	CD	BD	CD	OP	R	Resolução 10/1989	Plano de saúde	BD	CD	BD	CD	Plano de saúde e odontológico	Equatorial CD
1 Fluxo de caixa no exercício														
Contribuições do empregador	13	210.542	-	179	-	164	-	1.036	-	-	-	-	5.752	4
Contribuições de participante	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	13.516	-	19.240	-	128	540	-	1.036	-	-	19.911	-	5.752	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	-	-	1.943	-	-	-	-	-	-	-
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte														
Contribuições do empregador	15	259.054	-	198	-	167	-	1.558	-	-	-	-	6.003	7
Contribuições de participante	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	13.941	203.719	20.513	203	145	637	-	1.558	-	-	11.898	174	6.003	8
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-		-	1.905	-	-	-	-	-	-	-

33 Instrumentos financeiros

33.1 Considerações gerais

A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, sub-rogação da CCC, ativos financeiros da concessão, ativos contratuais, fornecedores, empréstimos e financiamentos, valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre LAJIDA ajustado (DL/LAJIDA Ajustado) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/DL+PL).

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

33.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia e suas controladas utilizam operações com derivativos "*swap*" para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia, através de suas controladas, possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados como *hedge* para suas dívidas em moeda estrangeira.

33.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

(i) Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão identificados conforme a seguir:

Controladora	Níveis		2020		2019	
Ativo		Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	**912**	**912**	1.103	1.103
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	2	Valor justo por meio do resultado	**164.657**	**164.657**	535.210	535.210
Aplicaçõe financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	**642.999**	**642.999**	889.685	889.685
Total do ativo			**808.568**	**808.568**	1.425.998	1.425.998

			2020		2019	
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor		Custo amortizado	**33.007**	**33.007**	2.081	2.081
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	**-**	**-**	507.358	507.147
Debêntures	-	Custo amortizado	**566.087**	**569.215**	1.263.854	1.298.762
Total do passivo			**599.094**	**602.222**	1.773.293	1.807.990

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado			2020		2019	
Ativo	**Níveis**	**Categoria dos instrumentos financeiros**	**Contábil**	**Mercado**	**Contábil**	**Mercado**
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	**73.807**	**73.807**	184.082	184.082
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	2	Valor justo por meio do resultado	**2.145.739**	**2.145.739**	1.601.121	1.601.121
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	**5.516.859**	**5.516.859**	4.170.473	4.170.473
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	**4.556.844**	**4.556.844**	4.386.355	4.386.355
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	**1.185.784**	**1.185.784**	1.096.690	1.096.690
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	-	Custo amortizado	**85.120**	**85.120**	85.120	85.120
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	**395.761**	**395.761**	60.555	60.555
Ativo financeiro de concessão - Distribuidoras	2	Valor justo por meio do resultado	**5.665.922**	**5.665.922**	4.945.545	4.945.545
Ativos contratuais	2	Valor justo por meio do resultado	**-**	**-**	7.399.367	7.399.367
Total do ativo			**19.625.836**	**19.625.836**	23.929.308	23.929.308

Consolidado			2020		2019	
Passivo	**Níveis**	**Categoria dos instrumentos financeiros**	**Contábil**	**Mercado**	**Contábil**	**Mercado**
Fornecedor	-	Custo amortizado	**2.269.989**	**2.269.989**	1.976.110	1.976.110
Empréstimos e financiamentos		Custo amortizado	**12.787.575**	**13.916.551**	11.104.954	12.266.760
Valores a pagar da recuperação judicial	-	Custo amortizado	**960.880**	**1.195.726**	871.899	1.147.856
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	**924.009**	**924.009**	142.451	142.451
AICs Ressarcíveis (a)		Valor justo por meio do resultado	**106.266**	**106.266**	154.093	154.093
Debêntures		Valor justo por meio do resultado	**5.000.403**	**4.984.271**	5.703.467	5.830.267
Total do passivo			**22.049.122**	**23.396.812**	19.952.974	21.517.537

(a) O montante do ressarcimento devido Eletrobrás, a título de pagamento pelos AICs Ressarcíveis correspondente a 50% (cinquenta por cento) da contribuição de cada um dos ativos na base de remuneração líquida, conforme definição vigente nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET da ANEEL, desconsideradas eventuais contabilizações, posteriores à data-base do laudo de avaliação, de investimentos necessários à imobilização desses ativos em curso. Neste sentido, a Equatorial Piauí provisionou o montante de R$ 44.939 (R$ 70.640 em 31 de dezembro de 2019) e a Equatorial Alagoas R$ 61.327 (R$ 83.453 em 31 de dezembro de 2019). Após a homologação pela ANEEL do resultado da Revisão Tarifária, a compradora se compromete a contratar consultor técnico para apuração do montante de ressarcimento devido à Eletrobrás.

- **Caixa e equivalente de caixa -** são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais;

- **Aplicações financeiras (ativo circulante)**- são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos em que os vencimentos limitam-se a dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI;

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

- **Aplicações financeiras (ativo não circulante)-** referem-se a aplicações financeiras não alocadas em disponibilidade, classificados como valor justo por meio resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma está refletido no valor da cota do fundo;

- **Contas a receber de clientes -** decorrem diretamente das operações da Companhia e suas controladas, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;

- **Ativo financeiro de concessão -** são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL , sendo sua classificação nível 2 na hierarquia do valor justo;

- **Sub-rogação da CCC**- valores aplicados: são classificados como custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados, possuem o propósito de financiar o subsídio da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN;

- **Fornecedores -** decorrem diretamente da operação da Companhia e suas controladas e são classificados como passivo ao custo amortizado;

- **Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e suas controladas e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

- **Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial -** decorrente do plano de recuperação judicial da controlada indireta Equatorial Pará que são classificados como passivo ao custo amortizado;

- **Debêntures**- são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA e B3 S.A.;

- **Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros** -são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado; e

- **Instrumentos financeiros derivativos** -são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Notas Explicativas

- **AIC Ressarcíeis -** são classificados como nível 2 na hierarquia de valor justo através de outros resultados abrangentes, tendo em vista que a sensibilidade do valor justo está nos ativos em curso na base de remuneração líquida, dependendo de avaliação de especialista e homologação total ou parcial pela Eletrobras.

Opção de Compra
Desde novembro de 2019, a Companhia detém um direito de recompra da totalidade das ações preferencias da Equatorial Distribuição que pode ser exercida entre 11 de novembro de 2022 a 11 de novembro de 2026. O preço da compra, se a opção for exercida, será o valor de R$ 1.000.000 (um bilhão de reais) corrigido por 100% do CDI desde 11 de novembro de 2019, data de exercício da opção, menos os dividendos recebidos pelo acionista minoritário corrigidos por 100% do CDI da data do pagamento até a data de exercício da opção de compra. O acionista minoritário não detém a opção de venda das ações, estando no controle da Companhia o exercício ou não deste direito.

Tal opção de compra possui a hierarquia de valor justo nível 3, na qual os valores dos *inputs* para mensuração do valor justo não são observáveis, uma vez que a Equatorial Distribuição não tem ações negociadas em bolsa e as ações preferenciais têm características próprias e diferentes das ações preferenciais tradicionalmente negociadas em bolsa, pois as mesmas tem direito a dividendos privilegiados desproporcionais à participação desta classe de ação no capital social da Equatorial Distribuição.

A desproporcionalidade dos dividendos em relação à participação no capital social levaria a Companhia a exercer a opção mesmo em cenários na qual a o valor das ações reduzisse, ou seja, em situações nas quais a empresa obtivesse prejuízo no exercício da *call*. Tal efeito não é capturado tradicionalmente no cálculo de uma opção de compra.

Em outras palavras, há que se levar em conta que a Companhia recompraria as ações ainda que o valor da Equatorial Distribuição desvalorizasse bastante, ou seja, até quando o valor da participação destas ações PNs fosse R$ 179.180, pois neste cenário o direito ao fluxo de dividendos de 55% é igual ao valor do aporte do acionista minoritário (R$ 1.000.000).

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Mensuração a valor justo
Para mensuração do valor justo, foi utilizado o modelo de *Black & Scholes*, os quais a taxa de juros e o *pay out* de dividendos nesta opção até o seu período é irrelevante, pois o preço de exercício também sofre correção pela mesma taxa de juros e também é descontado pelos dividendos pagos. Assim, as variáveis utilizadas para cálculo da opção tradicional foram:

	CALL (a)	PUT (b)
	2020	**2020**
Valor das Opções	**322.821**	**157.652**
Preço das ações à vista	1.093.341	1.093.341
Preço de exercício (corrigido pelo CDI)	1.143.783	1.143.783
Volatilidade esperada (média ponderada vol EQTL3)	29,65%	29,65%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	3,9	3,9

Na avaliação da estimativa, o resultado do cálculo (a) – (b), em 31 de dezembro de 2020 era R$ 165.169 (R$ 164 em 31 de dezembro de 2019). Dado que o preço de exercício da opção foi superior ao preço das ações à vista, não foi contabilizado o valor justo desta opção.

33.4 Instrumentos financeiros derivativos (Consolidado)

A política de gestão de risco da Companhia é fazer *hedge* de 100% da sua exposição em moeda estrangeira para empréstimos e financiamentos, contratando swaps de fluxo de caixa onde na ponta passiva está moeda nacional indexado a CDI e na ponta ativa moeda estrangeira e custo do contrato, tais contratos são designados como *hedge* de fluxo de caixa.

As Companhias determinam a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa, avaliando as mudanças no fluxo de caixa do item protegido possam ser compensadas pelas variações do fluxo de caixa do derivativo de *hedge*. O método utilizado é o Critério dos termos críticos - método prospectivo. O teste de efetividade é feito uma única vez no momento inicial da contabilização, constatando se todos os termos do derivativo estão alinhados com os termos do objeto de *hedge*, em relação a prazos, amortizações, *notional* contratado, e pagamento de juros, garantido a efetividade do fluxo de caixa em 100%.

Equatorial Pará

Em 31 de dezembro de 2020, a Controlada Equatorial Pará possui contratos de *swap* com o banco Citibank referente às operações em moeda estrangeira, com seu vencimento final em 05 de julho de 2022, contabilizado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e a segunda com vencimento em 12 de junho de 2023, contabilizado a valor justo por meio do resultado

Em 11 de junho de 2018, a controlada indireta Equatorial Pará realizou captação de recursos no valor contratado de US$ 100.000, com juros e amortização trimestrais tendo como data de vencimento final 12 de junho de 2023. A captação tem como desembolso a taxa de US$ Libor + 0,84% a.a. + I.R (objeto de *hedge*), e tem um contrato de *swap* contabilizado a valor justo por meio do resultado (instrumento de *hedge*).

Em 05 de julho de 2019, realizou outra operação contratada no valor total de US$ 140.000 com juros e

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

amortização trimestrais tendo como data de vencimento 05 de julho de 2022. Essa captação tem como desembolso a taxa de US$ Libor + 0,79% a.a. + IR (objeto de *hedge*), e tem um contrato de *swap* contabilizado a valor justo por meio de outros resultado abrangentes (instrumento de *hedge*).

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com o Citibank é R$ 1.254.424 (R$ 976.221 em 31 de dezembro de 2019).

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da controlada indireta Equatorial Pará, vigentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas		**Valor justo**	
Objetivo de proteção de risco de mercado	**Indexadores**	**2020**	**2019**
Citibank - US$ 140.909			
Ponta ativa	US$ + Libor + 0,79% a.a.	**733.842**	576.286
Ponta passiva	114% do CDI	**(547.557)**	(557.040)
Total		**186.285**	19.246
Citibank - US$ 100.000			
Ponta ativa	US$ + Libor + 0,84% a.a.	**521.720**	408.570
Ponta passiva	111,8% do CDI	**(394.024)**	(397.896)
Total		**127.696**	10.674
Líquido circulante		**100.448**	169
Líquido não circulante		**213.533**	29.751
Total		**313.981**	29.920

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* e a inefetividade de *hedge* foram os seguintes:

		Valor contábil 2020		Valor contábil 2020		
Risco Cambial	**Valor Nominal**	**Ativo**	**Passivo**	**Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de *hedge* está incluído**	**Alterações no valor do instrumento de *hedge* reconhecidas em ORA**	**Rubrica no resultado afetada pela reclassificação**
Contrato de *SWAP Hedge* para empréstimos em moeda estrangeira	**542.500**	**186.285**	-	**Instrumentos financeiros derivativos**	**2.831**	**N/A**

		Valor contábil 2019		Valor contábil 2019		
Risco Cambial	**Valor Nominal**	**Ativo**	**Passivo**	**Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de *hedge* está incluído**	**Alterações no valor do instrumento de *hedge* reconhecidas em ORA**	**Rubrica no resultado afetada pela reclassificação**
Contrato de *SWAP Hedge* para empréstimos em moeda estrangeira	542.500	19.246	-	Instrumentos financeiros derivativos	3.644	N/A

A tabela a seguir fornece uma reconciliação por categoria de risco dos componentes do patrimônio líquido e a análise dos itens de Outros resultados abrangentes - ORA, líquido de impostos, resultantes da contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa:

	Reserva de *Hedge*
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**3.644**
***Hedge* de fluxo de caixa**	
Mudanças no valor justo:	
Risco cambial - *SWAP* Empréstimos	(813)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.831**

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Equatorial Piauí

Em 31 de dezembro de 2020 a Controlada Equatorial Piauí possui contratos de *swap* com o banco Citibank e o banco Scotiabank, referente à operação em moeda estrangeira.

Em 05 de abril de 2019, a Controlada realizou captação de recursos no valor contratado de US$ 77.720, com juros e amortização trimestrais tendo como data de vencimento final 05 de abril de 2022. A captação tem como desembolso a taxa de USD Libor + 0,85% a.a. + I.R (objeto de *hedge*), e tem um contrato de *swap* contabilizado a valor justo por meio do resultado (instrumento de *hedge*).

Em 10 de outubro de 2020, a Controlada realizou captação de recursos com o Scotiabank, no valor contratado de US$ 35.778, com juros semestrais e amortização 100% no fim do contrato, tendo como data de vencimento final 16 de outubro de 2023. A captação tem como desembolso a taxa de 1,4280% a.a. + I.R (objeto de *hedge*), e tem um contrato de *swap* contabilizado a valor justo por meio do resultado (instrumento de *hedge*).

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com o Citibank é de R$ 404.991 (em 31 de dezembro de 2019, R$ 315.681) e Scotiabank é de R$ 186.587. Para maiores informações vide nota explicativa nº 17.

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Controlada, vigentes em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas		**Valor justo**	
Objetivo de proteção de risco de mercado	**Indexadores**	**2020**	**2019**
Citibank- US$ 77.720			
Ponta ativa	US$ + Libor + 0,725% a.a.	**404.619**	317.526
Ponta passiva	113,5% do CDI	**(303.157)**	(308.463)
Total		**101.462**	9.063
Scotiabank- US$ 35.778			
Ponta ativa	US$ +1,68% a.a.	**190.137**	-
Ponta passiva	CDI + 1,58%	**(209.819)**	-
Total		**(19.682)**	-
Líquido circulante		**152**	72
Líquido não circulante		**81.628**	8.991
Total		**81.780**	9.063

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Os valores relativos ao item designado como instrumentos de *hedge* e a inefetividade de *hedge* foram os seguintes:

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

		Valor contábil 2020		Valor contábil 2020		
Risco Cambial	**Valor Nominal**	**Ativo**	**Passivo**	**Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de *hedge* está incluído**	**Alterações no valor do instrumento de *hedge* reconhecidas em ORA**	**Rubrica no resultado afetada pela reclassificação**
Contrato de *SWAP Hedge* para empréstimos em moeda estrangeira	**500.000**	**81.780**	**-**	**Instrumentos financeiros derivativos**	**6.839**	**N/A**

		Valor contábil 2019		Valor contábil 2019		
Risco Cambial	**Valor Nominal**	**Ativo**	**Passivo**	**Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de *hedge* está incluído**	**Alterações no valor do instrumento de *hedge* reconhecidas em ORA**	**Rubrica no resultado afetada pela reclassificação**
Contrato de *SWAP Hedge* para empréstimos em moeda estrangeira	300.000	9.062	-	Instrumentos financeiros derivativos	2.736	N/A

A tabela a seguir fornece uma reconciliação por categoria de risco dos componentes do patrimônio líquido e a análise dos itens de Outros Resultados Abrangentes - ORA, líquido de impostos, resultantes da contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa:

	Reserva de *Hedge*
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**2.736**
***Hedge* de fluxo de caixa**	
Mudanças no valor justo:	
Risco cambial - *SWAP* Empréstimos	4.103
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**6.839**

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Apresentamos, abaixo, os valores consolidados dos instrumentos derivativos (controlada indireta Equatorial Pará e controlada direta Equatorial Piauí), em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Líquido circulante	**100.600**	17.554
Líquido não circulante	**295.161**	43.001
Total	**395.761**	60.555

33.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia, bem como de suas controladas têm a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas em suas áreas de especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostos, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. A Administração acompanha a evolução do contas a receber, e reforça os direcionamentos estratégicos para potencializar a gestão e a eficiência do desempenho operacional das ações de cobranças enviadas para mitigar o risco de inadimplência. Assim sendo, anualmente é realizado o *workshop* de cobrança para alinhamento dos direcionamentos estratégicos de recuperação do contas a receber. A Companhia adota uma política de cobrança cujas diretrizes estão em consonância com a legislação e regulamentações específicas.

Contas a receber

As contas a receber das controladas diretas Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas, bem como das controladas indiretas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará são compostas pelas faturas de energia elétrica e pelos parcelamentos de débitos das contas do fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

As Controladas estabelecem as políticas de cobrança para as classes de clientes, para reduzir os níveis de inadimplência, e consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 414 emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A participação das contas a receber de consumidores das controladas está conforme abaixo:

	%	
Classe consumidora (Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas)	**2020**	**2019**
Residencial	**59%**	57%
Industrial	**6%**	6%
Comercial	**15%**	17%
Rural	**5%**	4%
Poder público	**8%**	9%
Iluminação pública	**3%**	3%
Serviço público	**4%**	4%
Total	**100%**	100%

As controladas da Companhia do segmento de distribuição registraram uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes à Contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 8.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes, por classe consumidora, estava assim apresentada:

Distribuição

	2020			
Classe consumidora	**Consumidores faturados**	**Consumidores não faturados**	**Parcelamentos**	**Total**
Residencial	**1.999.365**	**323.781**	**1.542.059**	**3.865.205**
Industrial	**256.541**	**3.569**	**130.699**	**390.809**
Comercial	**546.822**	**65.198**	**410.473**	**1.022.493**
Rural	**212.937**	**19.922**	**81.781**	**314.640**
Poder público	**153.545**	**17.055**	**326.934**	**497.534**
Iluminação pública	**112.908**	**586**	**91.301**	**204.795**
Serviço público	**115.374**	**10.163**	**117.089**	**242.626**
Total	**3.397.492**	**440.274**	**2.700.336**	**6.538.102**

	2019				
Classe consumidora	**Consumidores faturados**	**Consumidores não faturados**	**Parcelamentos**	**Baixa renda e viva luz**	**Total**
Residencial	1.794.009	282.974	1.456.351	88.764	3.622.098
Industrial	234.839	11.536	116.712	-	363.087
Comercial	561.702	80.155	377.708	-	1.019.565
Rural	181.157	18.862	76.481	-	276.500
Poder público	199.868	39.785	332.774	-	572.427
Iluminação pública	91.004	534	94.210	-	185.748
Serviço público	106.836	19.112	122.530	-	248.478
Total	3.169.415	452.958	2.576.766	88.764	6.287.903

Avaliação da perda esperada de crédito de liquidação duvidosa do contas a receber

As Controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas adotam o modelo de provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) que é mensurada a partir do *aginglist* de não recebimento de faturas e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia através da matriz de provisão. A matriz de provisão estabelece os percentuais de estimativas e de risco de recebimento dos valores recebíveis de acordo com o *aging list* das faturas de energia elétrica e das parcelas.

A matriz de provisão adotada é resultado do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e dos parcelamentos no período histórico analisado de 5 (cinco) anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica dos consumidores com a fatura de energia elétrica e do parcelamento, capturando a eficiência da política de cobrança adotada pelas controladas da Companhia no ano de 2020.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

As perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são constituídas com base nos valores recebíveis dos consumidores, segregando por faturamento e parcelamento pelas classes de consumidores, em valor considerado suficiente pela Administração, para cobrir as possíveis perdas na realização de créditos.

No que tange a abordagem sobre o reconhecimento de perdas, o modelo praticado para mensuração das perdas esperadas através da utilização da matriz de provisão a qual é baseada no comportamento histórico de inadimplência, e associada a experiência da administração em relação as práticas de cobranças adotadas para realização dos recebíveis, observou-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a não necessidade do reconhecimento de perdas esperadas mantendo a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa, conforme valores detalhados na nota explicativa nº 8.

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (Consolidado)

FAIXA	Saldo contábil bruto Parcelamentos	% Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo	Saldo contábil bruto Faturados	% Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo
A Vencer	1.869.641	28,18%	526.869	934.406	4,17%	38.965
Vencido 1 a 30	49.973	27,84%	13.915	401.418	7,33%	29.430
Vencido 31 a 60	31.092	41,97%	13.050	123.792	17,60%	21.791
Vencido 61 a 90	25.354	53,29%	13.511	76.370	29,43%	22.473
Vencido 91 a 120	27.484	57,34%	15.761	66.183	36,22%	23.974
Vencido 121 a 150	30.997	58,10%	18.010	54.608	39,73%	21.696
Vencido 151 a 180	19.463	62,60%	12.183	35.142	42,67%	14.995
Vencido 181 a 210	20.082	64,22%	12.897	30.376	43,26%	13.139
Vencido 211 a 240	24.313	65,29%	15.874	35.308	44,48%	15.706
Vencido 241 a 270	15.755	66,05%	10.406	31.943	44,87%	14.332
Vencido 271 a 300	20.027	67,01%	13.421	42.940	45,07%	19.354
Vencido 301 a 330	19.244	67,39%	12.968	47.281	46,10%	21.797
Vencido 331 a 360	22.008	67,95%	14.954	51.733	46,35%	23.978
Vencido 361 a 390	14.941	68,62%	10.253	34.161	49,29%	16.837
Vencido 391 a 420	17.204	69,29%	11.921	37.901	50,48%	19.132
Vencido 421 a 450	17.225	69,73%	12.012	38.695	50,93%	19.707
Vencido 451 a 630	83.404	72,19%	60.211	181.281	53,21%	96.451
Vencido 631 a 720	37.907	75,53%	28.632	78.469	61,97%	48.626
Vencido 721 a 810	34.143	76,83%	26.233	77.494	64,04%	49.627
Vencido 811 a 990	56.288	77,33%	43.529	146.442	65,43%	95.824
Vencido 991 a 1080	25.208	77,61%	19.565	77.287	65,40%	50.543
Vencido 1081 a 1170	19.537	81,09%	15.843	68.552	67,31%	46.143
Vencido 1171 a 1350	28.984	84,75%	24.565	96.349	68,90%	66.380
Vencido 1351 a 1530	21.233	88,31%	18.750	110.123	69,50%	76.538
Vencido 1531 a 1710	15.422	92,45%	14.257	87.867	71,49%	62.813
Vencido 1711 a 1890	21.122	94,33%	19.925	80.630	87,05%	70.185
Vencido Maior 1890	132.285	95,94%	126.906	350.741	90,61%	317.815
Total	**2.700.336**		**1.126.421**	**3.397.492**		**1.318.251**

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

PECLD Outros (Consolidado)

Faixa	Saldo contábil bruto Outros	%Taxa média ponderada da perda média de Outros	Saldo
A Vencer	73.376	5,20%	3.813
Vencido 1 a 30	19.011	7,19%	1.366
Vencido 31 a 60	9.573	18,25%	1.747
Vencido 61 a 90	7.018	30,36%	2.130
Vencido 91 a 120	5.242	37,36%	1.959
Vencido 121 a 150	5.438	39,50%	2.148
Vencido 151 a 180	3.143	41,62%	1.308
Vencido 181 a 210	1.128	45,26%	511
Vencido 211 a 240	869	52,11%	453
Vencido 241 a 270	2.131	44,52%	949
Vencido 271 a 300	2.566	46,17%	1.185
Vencido 301 a 330	2.494	47,54%	1.186
Vencido 331 a 360	2.568	48,32%	1.241
Vencido 361 a 390	2.075	47,30%	981
Vencido 391 a 420	2.128	49,27%	1.049
Vencido 421 a 450	2.047	50,50%	1.034
Vencido 451 a 630	9.901	55,54%	5.499
Vencido 631 a 720	4.667	64,60%	3.015
Vencido 721 a 810	5.099	66,91%	3.412
Vencido 811 a 990	9.163	68,29%	6.257
Vencido 991 a 1080	4.259	67,45%	2.873
Vencido 1081 a 1170	2.426	68,30%	1.657
Vencido 1171 a 1350	4.134	69,39%	2.868
Vencido 1351 a 1530	3.504	69,81%	2.446
Vencido 1531 a 1710	2.671	72,36%	1.933
Vencido 1711 a 1890	2.679	88,19%	2.362
Vencido mais de 1890	8.552	90,61%	7.748
Total	**197.862**		**63.130***

*O saldo de PECLD outros é constituído de R$ 63.130 e R$ (6.572) do reconhecimento do CPC47/IFRS 15 ((R$ 2.059) da controlada Equatorial Maranhão , (R$ 1.471) da controlada Equatorial Pará, (R$ 460) da controlada Equatorial Alagoas e (R$ 2.582) da controlada Equatorial Piauí). Ver nota explicativa nº 8.2 Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber.

PECLD não faturados (Consolidado)

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada da perda média do não faturado	Saldo
A Vencer	440.274	4,30%	18.948
Total	**440.274**	**4,30%**	**18.948**

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Caixa e equivalente de caixa
A Companhia e suas controladas detém caixa e equivalentes de caixa individual e consolidado de R$165.569 e R$ 2.219.546, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020 (R$ 536.313 e R$1.785.203 em 31 de dezembro de 2019). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating acima AA-, baseado nas agências de *rating* Fitch Ratings e Standard & Poors.

A Companhia e suas controladas consideram que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia e suas controladas julgaram não ser necessário a constituição de provisão.

Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão
A Administração da Companhia, bem como das suas controladas, considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

Derivativos
Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* acima AA --, baseado nas agências de *rating*.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentados nas notas explicativas nº 17 (Empréstimos e financiamentos), n° 18 (Debêntures) e n° 23 (Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial).

A Companhia e suas controladas tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e suas controladas e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo é de 2,4 em 31 de dezembro de 2020 (3,1 em 31 de dezembro de 2019).

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Controladora

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Títulos de dívida emitidos sem garantida	-	-	-	-	-	-
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-
Títulos de dívida emitidos sem garantida	566.087	655.479	-	22.348	24.164	608.967
Subtotal – Debêntures	566.087	655.479	-	22.348	24.164	608.967
Fornecedores	33.007	-	-	-	-	-
	599.094	655.479		22.348	24.164	608.967
Total						

Consolidado

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	10.747.364	18.222.046	143.754	1.418.580	1.586.603	4.298.693	10.774.416
Empréstimos bancários sem garantia	1.454.458	1.468.635	2.496	615.050	520.629	330.460	
Títulos de dívida emitidos sem garantia	585.753	586.777	586.777	-	-	-	-
Títulos de dívida emitidos com garantia					-	-	-
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	12.787.575	20.277.458	733.027	2.033.630	2.107.232	4.629.153	10.774.416
Títulos de dívida emitidos sem garantia	2.891.122	3.237.867	-	286.779	599.979	2.197.359	153.750
Títulos de dívida emitidos com garantia	2.109.281	2.958.641	11.843	828.896	377.587	728.565	1.011.750
Subtotal – Debêntures	5.000.403	6.196.508	11.843	1.115.675	977.566	2.925.924	1.165.500
Empréstimos bancários com garantia	131.306	170.046	1.082	20.142	36.323	94.556	17.943
Empréstimos bancários sem garantia	829.574	1.736.769	75	60.744	47.726	143.566	1.484.658
Subtotal - Demais passivos financeiros não derivativos	960.880	1.906.815	1.157	80.886	84.049	238.122	1.502.601
Fornecedores	2.269.989	2.129.749	1.277.959	845.095	6.695	-	-
Total	21.018.847	30.510.530	2.023.986	4.075.286	3.175.542	7.793.199	13.442.517
Passivos financeiros derivativos							
Swaps de taxas de juros utilizados para hedging		260.460	(445)	105.252	53.381	102.272	-
Total		260.460	(445)	105.252	53.381	102.272	-

Notas Explicativas

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 17 e 18, a Companhia e suas controladas possuem operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia e suas controladas.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos adiante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas observando o comportamento do mercado e obedecendo a política de *hedge* da Companhia. Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado.

(iv) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Parte do passivo financeiro de suas controladas estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2020, a controlada Equatorial Maranhão não tinha exposição ao câmbio na dívida, a exposição ao câmbio da controlada Equatorial Pará de 26,4% (22,9% em 31 de dezembro de 2019), a exposição controlada Equatorial Piauí é de 17,5% (11,7% em 31 de dezembro de 2018), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos, credores financeiros de recuperação judicial e AVP de credores financeiros em moeda estrangeira), conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado

Indexador	R$	Custo médio (a.a.)	Prazo final médio (mês/ano)	Prazo médio (em anos)	Part. (%)
Libor (com *Swap* CDI)	1.846.002	3,3%	Out/22	1,6	11,5%
Moeda estrangeira	**1.846.002**	**3,3%**	**Out/22**	**1,6**	**11,5%**
TJLP	141.030	7,6%	Mar/24	1,7	0,9%
CDI	4.846.897	3,6%	Abr/23	2,1	30,1%
Pré-fixado	1.102.444	10,3%	Mai/42	13,8	6,9%
IGP-M	328.301	24,4%	Set/34	11,8	2,0%
IPCA	7.562.349	8,7%	Dez/27	7,9	47,0%
SELIC	257.117	4,5%	Mar/23	1,4	1,6%
Moeda nacional	**14.238.138**	**7,4%**	**Out/27**	**6,3**	**88,5%**
Total	**16.084.140**	**6,9%**	**Mar/27**	**5,7**	**100%**

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As empresas Equatorial Pará e a Equatorial Piauí possuem duas dívidas em moeda estrangeira, sendo que ambas possuem *SWAP* para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 33.5.

As empresas Equatorial Maranhão e Equatorial Alagoas não têm exposição ao câmbio na dívida em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados conforme a seguir:

			Consolidado				
			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial				
			Impacto no resultado				
Operação	**Risco**	**Saldo em R$ (exposição)**	**Cenário Provável**	**Cenário II +25%**	**Cenário III +50%**	**Cenário IV -25%**	**Cenário V -50%**
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	USD	(1.846.002)	(1.874.402)	(2.343.002)	(2.811.602)	(1.405.802)	(937.201)
Impacto no resultado			-	(468.600)	(937.201)	468.600	937.201
Swap - Ponta Ativa	USD	1.850.317	1.902.681	2.378.350	2.854.021	1.427.011	951.340
Impacto no resultado (*swap*)			-	475.670	951.340	(475.670)	(951.340)
Referência para passivos financeiros		**Taxa projetada**	**Taxa projetada 2020**	**+25%**	**+50%**	**-25%**	**-50%**
Dólar USD/R$ (12 meses)		5,28	5,20	6,60	7,92	3,96	2,64

Fonte: B3

(v) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foi demonstrada em cinco cenários.

A seguir é apresentado em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

			Controladora				
			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
Operação	**Risco**	**Saldo em R$ (exposição)**	**Cenário Provável**	**Cenário II +25%**	**Cenário III +50%**	**Cenário IV -25%**	**Cenário V -50%**
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	807.656	830.513	836.247	841.982	824.779	819.125
Impacto no resultado			-	5.734	11.469	(5.734)	(11.388)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(451.915)	(464.704)	(467.913)	(471.121)	(461.495)	(458.332)
	IPCA	(118.776)	(124.109)	(125.439)	(126.782)	(122.779)	(121.447)
Total de passivos financeiros			(588.813)	(593.352)	(597.903)	(584.274)	(579.779)
CDI			(12.789)	(3.209)	(6.417)	3.209	6.372
IPCA			(5.333)	(1.330)	(2.673)	1.330	2.662
Impacto no resultado			(18.122)	(4.539)	(9.090)	4.539	9.034
Efeito líquido no resultado			(18.122)	1.195	2.379	(1.195)	(2.354)

			Consolidado				
			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
Operação	**Risco**	**Saldo em R$ (exposição)**	**Cenário Provável**	**Cenário II +25%**	**Cenário III +50%**	**Cenário IV -25%**	**Cenário V -50%**
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	7.580.273	7.794.795	7.848.615	7.902.435	7.740.975	7.687.913
Impacto no resultado			-	53.820	107.640	(53.820)	(106.882)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(6.563.750)	(6.749.504)	(6.796.110)	(6.842.711)	(6.702.904)	(6.656.958)
	SELIC	(299.592)	(308.070)	(310.197)	(312.324)	(305.943)	(303.846)
	TJLP	(141.030)	(147.517)	(149.139)	(150.761)	(145.895)	(144.273)
	IGP-M	(328.301)	(343.665)	(347.506)	(351.347)	(339.824)	(335.983)
	IPCA	(7.772.537)	(8.121.524)	(8.208.576)	(8.296.406)	(8.034.472)	(7.947.419)
Total de passivos financeiros			(15.670.280)	(15.811.528)	(15.953.549)	(15.529.038)	(15.388.479)
Impacto no resultado			-	(141.248)	(283.269)	141.242	281.801
Efeito líquido no resultado			-	(87.428)	(175.629)	87.422	174.919

Notas Explicativas

Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa projetada	Taxa em 2020	25%	50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)	2,83	2,76	3,54	4,25	2,12	1,42
SELIC (% 12 meses)	2,83	2,76	3,54	4,25	2,12	1,42
TJLP (% 12 meses)	4,60	4,98	5,75	6,90	3,45	2,30
IGP-M (% 12 meses)	4,68	23,14	5,85	7,02	3,51	2,34
IPCA (%12 meses)	4,49	4,52	5,61	6,74	3,37	2,25

Fonte: B3

(vi) Risco de vencimento antecipado

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices podem implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas 17 (Empréstimos e financiamentos) e 18 (Debêntures).

Em consideração aos contratos sujeitos à recuperação judicial da Equatorial Pará, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

(vii) Risco de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Em uma situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria redução de receita. Com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (conta bandeiras) no sentido de sinalizar a situação hidrológica do país, contendo assim o consumo de energia de forma não racional.

(viii) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

(ix) Risco Ambiental

A Companhia e suas controladas balizam suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em nossas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais Stakeholders.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental que tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos;
- Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

Dentro destes macroprocessos, a Companhia e suas controladas realizam a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

No SGA, a Companhia e suas controladas tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia e suas controladas utilizam em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

Notas Explicativas

33.6 Gestão de capital

A política da Administração da Companhia e suas controladas é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

34 Demonstrações dos fluxos de caixa

34.1 Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Consolidado

	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual (a)	539.565
Transferências entre ativo contratual e intangível (a)	593.064
Reclassificação entre ativo financeiro e ativo intangível	850
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedores (b)	43.000
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações e encargos sobre folha de pagamento (b)	132.146
Total atividades de investimentos	**1.308.625**
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos (c)	10.288
Atualização do PIS e COFINS a serem restituídos a consumidores (d)	15.701
Atualização dos saldos de plano de aposentadoria e pensão (e)	639
Hedge accounting de fluxo de caixa (f)	3.228
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento (g)	17.049
Dividendos mínimos obrigatórios (h)	468.217
Total atividades de financiamento	**468.217**
Total	**1.776.842**

(a) Correspondem às transferências (bifurcação) de ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão;
(b) Referem-se as adições de ativos de contratos em contrapartida de fornecedores e obrigações e encargos sobre a folha de pagamento, maiores detalhes na Nota explicativa 16;
(c) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados no ativo contratual de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos;
(d) Atualização do valor pela taxa SELIC do saldo de PIS e COFINS a serem restituídos a consumidores, constituindo um complemento do passivo em contrapartida de complemente do ativo na rubrica de PIS e COFINS a recuperar;
(e) Reconhecimento da variação do valor de justo dos planos de benefícios pós emprego em contrapartida de outros resultados abrangentes;
(f) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado;
(g) Reconhecimento de direito de uso no exercício; e
(h) Constituição de dividendos mínimos obrigatórios do exercício.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

34.2 Mudanças no passivo de financiamento

	2019	Fluxo de caixa	Pagamento de juros(*)	Novos arrendamentos	Mudança no valor justo	Outros (**)	2020
Empréstimos e financiamentos	11.104.954	925.752	(379.201)	-	22.435	1.113.635	12.787.575
Debêntures	5.703.467	(786.398)	(218.161)	-	-	301.495	5.000.403
Instrumentos financeiros derivativos	38.983	-	(7.912)	-	-	364.690	395.761
Passivos de arrendamento	29.913	(15.857)	(870)	13.671	-	1.996	28.853
Dividendos a pagar	406.214	(1.620.558)	-	-	-	1.440.654	226.310
Totais	**17.283.531**	**(1.497.061)**	**(606.144)**	**13.671**	**22.435**	**3.222.470**	**18.438.902**

(*) A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.
(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar ainda não pagos no fim do exercício. A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

35 Segmento de negócios

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

A Companhia optou por organizar a entidade em torno das diferenças entre produtos e serviços. Desta forma, os segmentos econômicos em que atua são: Distribuição, Transmissão, Serviços[i] e Outros[ii] cujas informações das operações por segmento estão conforme a seguir:

	2020					
	Distribuição	Transmissão	Serviços e Comercialização	Reconciliação		Total
				Administração	Eliminações	
Receita operacional líquida	**14.688.262**	**2.792.348**	**601.525**	**-**	**(192.066)**	**17.890.069**
Custos e Despesas Operacionais	**(11.447.805)**	**(1.298.799)**	**(424.960)**	**(161.884)**	**192.066**	**(13.141.382)**
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	**3.240.457**	**1.493.549**	**176.565**	**(161.884)**	**-**	**4.748.687**
Receita financeira	**1.093.031**	**8.868**	**4.354**	**23.243**	**(2.774)**	**1.126.722**
Despesa financeira	**(1.399.460)**	**(94.577)**	**39**	**(59.623)**	**2.774**	**(1.550.847)**
	(306.429)	**(85.709)**	**4.393**	**(36.380)**	**-**	**(424.125)**
Resultado de Participações Societárias	**-**	**-**	**-**	**5.261.477**	**(5.227.737)**	**33.740**
Imposto de renda e contribuição social	**(434.139)**	**(415.774)**	**(60.736)**	**-**	**-**	**(910.649)**
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	**2.499.889**	**992.066**	**120.222**	**5.063.213**	**(5.227.737)**	**3.447.653**

[i] Serviços diz respeito às atividades de serviços fornecidos pela 55 Soluções S/A, Equatorial Telecomunicações S.A e Solenergias Comercializadora de Energia S/A. Para maiores informações, consultar nota explicativa nº 12.2 Informações das controladas e controladas em conjunto.

[ii] Outros é referente aos serviços de Administração Central decorrentes das operação de *holding*, bem como compartilhamento de pessoal e infra-estrututra, fornecidas pelas empresas Equatorial Energia Distribuição S/A, Equatorial Transmissão S/A e Equatorial Energia S/A. Para maiores informações, consultar nota explicativa nº 12.2 Informações das controladas e controladas em conjunto.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	2019					
	Distribuição	Transmissão	Serviços e Comercialização	Reconciliação		Total
				Administração	Eliminações	
Receita operacional líquida	13.262.495	5.271.536	442.135	-	(179.820)	18.796.346
Custos e Despesas Operacionais	(10.892.533)	(3.173.388)	(383.814)	(135.418)	44.423	(14.540.730)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	2.369.962	2.098.148	58.321	(135.418)	(135.397)	4.255.616
Receita financeira	1.690.378	12.594	26.584	33.832	-	1.763.388
Despesa financeira	(2.124.943)	(67.533)	(164)	(198.408)	-	(2.391.048)
Resultado Financeiro	(434.565)	(54.939)	26.420	(164.576)	-	(627.660)
Resultado de Participações Societárias	-	-	-	3.937.680	(4.020.974)	(83.294)
Imposto de renda e contribuição social	(219.463)	(716.605)	(28.359)	-	-	(964.427)
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	1.715.934	1.326.604	56.382	3.637.686	(4.156.371)	2.580.235

	2020					
	Distribuição	Transmissão	Serviços e Comercialização	Reconciliação		Total
				Administração	Eliminações	
Ativos operacionais	**32.292.211**	**10.644.618**	**441.369**	**19.995.209**	**(19.249.387)**	**44.124.020**
Passivos operacionais	**23.736.128**	**7.271.503**	**161.277**	**773.763**	**(644.709)**	**31.297.962**

	2019					
	Distribuição	Transmissão	Serviços e Comercialização	Reconciliação		Total
				Administração	Eliminações	
Ativos operacionais	26.920.295	8.696.385	234.373	17.284.982	(15.605.940)	37.530.095
Passivos operacionais	19.532.836	6.126.191	82.297	2.195.202	(179.804)	27.756.722

35.1 Receita operacional por segmento

	2020				
	Distribuição	Transmissão	Serviços	Eliminações	Total
Suprimento (venda) de energia elétrica	272.354	-	- 334.868	-	272.354
Fornecimento de energia elétrica	15.839.765	-		-	16.174.633
CVA e outros itens financeiros	542.848	-	-	-	542.848
Receita de construção	1.843.132	2.361.172	-	-	4.204.304
Receita de Operação e Manutenção	-	21.775	-	-	21.775
Outras receitas	1.320.812	735.693	349.831	(192.066)	2.214.270
Total da receita bruta	19.818.911	3.118.640	684.699	(192.066)	23.430.184

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

35.2 Mudanças no passivo de financiamento

	2019				
	Distribuição	**Transmissão**	**Serviços**	**Eliminações**	**Total**
Suprimento (venda) de energia elétrica	383.478	-	-	-	383.478
Fornecimento de energia elétrica	15.993.707	-	303.090	-	16.296.797
CVA e outros itens financeiros	44.732	-	-	-	44.732
Receita de construção	1.878.597	4.714.857	-	-	6.593.454
Operação com Transmissão de Energia Elétrica	-	6.990	-	-	6.990
Receita de Operação e Manutenção	-	17.436	-	-	17.436
Outras receitas	552.295	1.093.018	206.165	(179.820)	1.671.658
Total da receita bruta	18.852.809	5.832.301	509.255	(179.820)	25.014.545

35.3 Segmento geográfico

A Companhia optou evidenciar as informações por segmentos econômicos por Unidade Federativa em que atua no setor de distribuição* de energia:

(a) Receita operacional distribuição

	2020				2019			
	Maranhão	**Pará**	**Piauí**	**Alagoas***	**Maranhão**	**Pará**	**Piauí**	**Alagoas***
Receita operacional líquida	**4.106.994**	**5.874.849**	**2.583.489**	**2.122.930**	3.793.558	5.595.340	2.429.658	1.443.939’

* As controladas distribuidoras possuem sedes operacional e administrativa nas respectivas Unidades Federativas em que atuam. As controladas transmissoras, por sua vez, possuem suas operações em locais distintos da sede administrativa, as quais estão em Brasília/Distrito Federal e, portanto, não são analisadas de forma geográfica pela Companhia.

Os administradores da Companhia, para a tomada de decisão, analisam somente as distribuidoras por segmento geográfico. As transmissoras não são analisadas nessa segmentação devido ao fato das linhas de transmissão passarem por diversas regiões.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

36 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

Consolidada

	Vigência	2020	2021	2022	2023	Após 2023*
Energia contratada (em R$)	2021 a 2032	-	6.260.155	6.482.849	6.879.867	83.188.407
Energia contratada (em MhW)	2021 a 2032	-	29.343.834	29.650.356	30.567.290	309.029.066

(*) estimado 12 anos após 2022.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

Controladora (Em R$ mil)

	Vigência	2020	2021	2022	Após 2022*
Arrendamentos e aluguéis	2020 a 2028	150	138	127	528

(*) estimado após 2022.

Consolidada (Em R$ mil)

	Vigência	2020	2021	2022	Após 2022*
Arrendamentos e aluguéis	2021 a 2028	11.149	5.091	3.430	9.334
Sistema isolado	2021 a 2032	437.738	475.577	369.741	360.806
Sistema isolado (MhW)	2021 a 2032	265.017	308.173	237.351	284.762

(*) estimado após 2022.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

37 Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia e suas controladas são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia e por suas controladas estão demonstrados a seguir:

Consolidado

Riscos	Vencimento	Valores
Riscos operacionais	(a)	849.337
Responsabilidade civil geral –operações	(a)	120.000
Riscos diversos	(a)	1.095
Seguro garantia judicial	(b)/(c)/(d)	1.724.275
Seguro garantia licitante	(a)	303.040
Automóvel	(e)	-

(a) Apólices vigentes até 2021;
(b) Apólices vigentes até 2023;
(c) Apólices vigentes até 2024;
(d) Apólices vigentes até 2025;
(e) Conforme apólice, este seguro é apenas contra terceiros, ou seja, não há importância segurada.

(*) 368 veículos próprios segurados.

38 Eventos subsequentes

Equatorial Energia

Aquisição de ações de emissão da própria Companhia

Conforme fato relevante divulgado em 4 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou Programa de Recompra de Ações com o objetivo de maximizar a geração de valor para seus acionistas, por meio da aquisição para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução de capital social. A operação foi aprovada e limitada à quantidade de 50.110.056 ações ordinárias, com duração máxima de 18 meses, contados a partir de 07 de dezembro de 2020 a 07 de junho de 2022. Em 2021, a Equatorial Energia S.A. realizou a aquisição de suas ações, conforme a seguir: em janeiro, 16.935.700 ações no valor de R$ 378.775; em fevereiro, 9.994.000 ações no montante de R$ 219.069; em março, 121.400 ações no valor de R$ 2.428. Em 24 de março de 2021, a Equatorial Energia detinha 28.421.100 ações ordinárias de sua emissão.

Participação acionária relevante

Em 19 de fevereiro de 2021, em conformidade com o art. 12 da Instrução CVM n.º 358, de 03 de janeiro de 2002, a Equatorial Energia recebeu a declaração de participação acionária relevante do acionista Verde Asset Management S.A. (“Verde”). Com a aquisição das ações da Companhia, a Verde passou a deter 51.204.855 ações ordinárias, que representam 5,07% do capital social da Equatorial Energia S.A.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Aumento de capital e distribuição de dividendos adicionais
Em 24 de março de 2021, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação do aumento de capital no valor de R$ 1.164.998, mediante a integralização de reserva de lucros, sem a emissão de novas ações. Adicionalmente, houve a aprovação de dividendos adicionais de R$ 159.532, sendo R$ 1.127 decorrete do resultado do exercício e R$ 158.405 oriundos de reserva de lucros a realizar.

Equatorial Maranhão e Equatorial Pará
Repasse da Conta-Covid
A última parcela de repasse da Conta-Covid foi deliberada por meio do Despacho 46/2021 da ANEEL, que reconheceu o montante de R$ 38.127 para a Equatorial Maranhão e R$ 118.620 para a Equatorial Pará, recebido em 12 de janeiro de 2021.

Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas
Recolhimento à CDE referente aos recursos de PEE e P&D
Em decorrência do art. 1º da Medida Provisória nº 998/2020, a ANEEL abriu a Consulta Pública de 078/2020 para regulamentação dos recursos de projetos de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética não comprometidos que serão destinados à modicidade tarifária. Conforme proposta apresentada pelo regulador nessa consulta, a distribuição dos percentuais deve se alterar de modo a possibilitar a destinação dos recursos correntes à CDE, com efeitos a partir de setembro de 2020 quando foi publicada a Medida Provisória. Além disso, parte do passivo não comprometido, acumulado pelas empresas, deverá ser recolhido também para a CDE. No entanto, após consulta pública, a Medida Provisória foi convertida na Lei nº 14.120/2021 com algumas alterações acerca dos projetos a serem considerados no saldo comprometido e percentual mínimo a ser destinado aos projetos de P&D e EE. Cabe destacar que a forma de recolhimento e os valores envolvidos ainda não foram regulamentados pela ANEEL, que deverá emitir despacho somente após aprovação da conclusão da consulta pública em reunião de diretoria.

Equatorial Maranhão
Liquidação de Notas Promissórias
Em 29 de janeiro de 2021, a Equatorial Maranhão realizou a liquidação da 1ª Emissão de Notas Promissórias, conforme vencimento contratual, no montante total de R$ 500.000 mais juros remuneratórios equivalente à 106% do CDI.

Contratação de operação em moeda estrangeira com Swap - *Scotiabank*
Em 19 de fevereiro de 2021, a Equatorial Maranhão recebeu o empréstimo em moeda estrangeira junto ao *Scotiabank* no valor de US$ 66.500, equivalente a R$350.000 com proteção de *SWAP* de 100% da exposição cambial para a taxa de CDI+1,65%a.a., com juros semestrais e amortização de 50% ao final do 3º ano e 50% no 4º ano, em 19 de fevereiro de 2025.

Liquidação de contratos com o BNDES
Em 03 de março de 2021, a Equatorial Maranhão realizou a liquidação antecipada dos contratos 11.2.0841.1, 12.2.1211.1 e 14.2.1233.1 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, nos montantes de R$ 3.148, R$ 26.862 e R$ 277.843 respectivamente, totalizando R$ 307.853.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Distribuição de dividendos adicionais
Em 24 de março de 2021, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R$ 171.879, mediante a integralização de reserva legal R$ 27.810 e de reserva de incentivos fiscais de R$ 144.069, sem a emissão de novas ações. Adicionalmente, houve a aprovação de dividendos adicionais de R$ 396.295, decorrentes do resultado do exercício, e R$ 113.567 (sendo R$ 88.659 aprovados e pagos através da Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de dezembro de 2020 e R$ 24.908 de dividendos propostos, oriundos de reserva estatutária de reforço de capital de giro).

Equatorial Pará

Distribuição de dividendos adicionais
Em 24 de março de 2021, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R$ 436.397 decorrentes do resultado do exercício e R$ 80.860 (sendo R$ 66.272 aprovado e pagos através da Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de dezembro de 2020 e R$ 14.588 de dividendos propostos, oriundos de reserva estatutária de reforço de capital de giro).

Equatorial Piauí

Incorporação da FACEPI pela EQTPREV
No dia 04 de janeiro de 2021, ocorreu a efetiva incorporação da Fundação CEPISA de Seguridade Social – FACEPI pela Equatorial Fundação de Previdência – EQTPREV. A partir da referida data os órgãos estatutários das fundações incorporadas foram extintos e toda a gestão dos planos de benefícios por elas anteriormente realizada passou a ser exercida pela EQTPREV. Para os participantes assistidos e beneficiários não há impacto, pois os benefícios serão pagos de acordo com os regulamentos de seus respectivos planos.

Contrato de Financiamento nª 20.2.0125.1 com o BNDES
Em 29 de maio de 2020, a Equatorial Piauí assinou o contrato de financiamento de crédito com o BNDES no valor de até R$ 643.031 e prazo de vencimento de 20 anos, com fiança da Companhia. O financiamento destina-se à implementação do programa de investimentos suplementares da controlada no período de abril a dezembro de 2020 e dos anos 2021, 2022 e 2023. Contrato ao custo de IPCA + 4,38% a.a, cuja a primeira liberação ocorreu em 28 de janeiro de 2021 no valor de R$ 54.500.

Recebimento do AIC Ressarcível
Conforme a Lei nº 14.120/2021, o pagamento via RGR de parcela ou totalidade dos valores não depreciados dos ativos de distribuição contabilizados no AIC, apurados na data-base utilizada como referência para o processo licitatório, é vinculado à concordância dessa distribuidora. Apesar da ANEEL já ter emitido a Nota Técnica nº 210/2020-SFF/ANEEL, em 19 de novembro de 2020, a segregação desse valor e a apuração do valor final ainda não foi aprovada pela diretoria da Agência, tendo em vista que o processo ainda se encontrava em andamento, que necessitava do aval final da Eletrobras do laudo emitido por avaliadora independente. Além disso, até o momento a Equatorial Piauí não emitiu nenhuma manifestação concordando com esse pagamento via recursos da RGR, sendo que o prazo de manifestação somente se extinguirá em 31 de março de 2021, conforme Ofício nº 362/2020/SE-MME, identificando o valor de R$ 73.972 de base líquida para o AIC Ressarcível.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Equatorial Alagoas

Incorporação da FACEAL pela EQTPREV

No dia 04 de janeiro de 2021, ocorreu a efetiva incorporação da Fundação CEAL de Assistência Social e Previdência – FACEAL pela Equatorial Fundação de Previdência – EQTPREV. A partir da referida data os órgãos estatutários das fundações incorporadas foram extintos e toda a gestão dos planos de benefícios por elas anteriormente realizada passou a ser exercida pela EQTPREV. Para os participantes assistidos e beneficiários não há impacto, pois, os benefícios serão pagos de acordo com os regulamentos de seus respectivos planos.

Sobras físicas, Portaria 483/21

Através da publicação do Diário Oficial da União – DOU, do dia 27 de janeiro de 2021, foi instituído a Portaria nº 483, de 25 de janeiro de 2021, onde o Ministério de Estado de Minas e Energia autoriza o pagamento à Concessionária Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A., com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, referente aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica classificados como sobras físicas nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatórias, definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e decorrentes das licitações para desestatização de que trata o art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

O valor autorizado, atualizado pelo Índice de Preços para o Consumidor Amplo - IPCA, até a data do reposicionamento tarifário previsto no respectivo Contrato de Concessão da Concessionária é de R$ 29.469, e o impacto tributário sobre o valor autorizado é de R$ 13.023. Os recebimentos do valor serão em parcelas mensais, pagas no prazo de até três anos e atualizadas pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, até o mês anterior ao do pagamento.

Liberação de recurso do BNDES, Contrato de Financiamento nª 20.2.0124.1

Em 29 de maio de 2020, a Equatorial Alagoas assinou o contrato de financiamento de crédito com o BNDES no valor de até R$ 491.429 e prazo de vencimento de 20 anos, com fiança da Companhia. O financiamento destina-se à implementação do programa de investimentos suplementares da Equatorial Alagoas no período de junho a dezembro de 2020 e dos anos 2021, 2022 e 2023. Contrato ao custo de IPCA + 4,38% a.a., cuja a primeira liberação ocorreu em 28 de janeiro de 2021 no valor de R$ 81.500.

Recebimento do AIC Ressarcível

Conforme a Lei Nº 14.120/2021, o pagamento via RGR de parcela ou totalidade dos valores não depreciados dos ativos de distribuição contabilizados no AIC, apurados na data-base utilizada como referência para o processo licitatório, é vinculado à concordância dessa distribuidora. Apesar da ANEEL já ter emitido a Nota Técnica nº 8/2021-SFF/ANEEL, em 13 de janeiro de 2021, identificando o valor de R$ 120.475 para o AIC Ressarcível, a segregação desse valor ainda não foi aprovada pela diretoria da Agência. Além disso, até o momento a Equatorial Alagoas não emitiu nenhuma manifestação concordando com esse pagamento via recursos da RGR, sendo que o prazo de manifestação somente se extinguirá em 31 de março de 2021, conforme Ofício nº 361/2020/SE-MME.

Aumento de capital e distribuição de dividendos adicionais

Em 24 de março de 2021, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação do aumento de capital no valor de R$ 295.227, sendo R$ 163.675 decorrente de reserva de lucros a destinar e R$ 131.552 a partir dos saldos da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais do exercício de 2019 e de 2020, sem a emissão de novas ações. Adicionalmente, houve a aprovação de dividendos adicionais de R$ 7.164 decorrentes do resultado do exercício.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

SPE 05

Entrada em operação comercial em sua totalidade

Em 06 de janeiro de 2021, entraram em operação a LT 500 kV Igaporã III/ Janaúba 3 - C2 e o módulo geral da SE Janaúba 3, representando R$ 89.361 em RAP, equivalente a 92,16% do total da SPE. Deste modo, a controlada indireta entrou em operação comercial em sua totalidade.

SPE 07

Distribuição de dividendos adicionais

Em 24 de março de 2021, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R$ 4.019, sendo R$ 3.671 decorrentes do resultado do exercício e R$ 348 oriundos de reserva de lucros a realizar.

SPE 08

Distribuição de dividendos adicionais

Em 24 de março de 2021, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R$ 79.468, sendo R$ 64.598 decorrentes do resultado do exercício e R$ 14.870 oriundos de reserva de lucros a realizar.

Equatorial Distribuição

Distribuição de dividendos adicionais

Em 24 de março de 2021, conforme a ata de Reunião da Diretoria, houve a aprovação de dividendos adicionais de R$ 806.880 decorrentes do resultado do exercício.

Notas Explicativas

Conselho de Administração

Carlos Augusto Leone Piani

Guilherme Mexias Aché

Luís Henrique de Moura Gonçalves

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Tania Sztamfater Chocolat

Marcos Martins Pinheiro

Eduardo Haiama

Conselho Fiscal

Titulares

Paulo Roberto Franceschi

Saulo de Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Suplentes

Moacir Gibur

Claudia Luciana Ceccatto de Trotta

Ricardo Bertucci

Notas Explicativas

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
DiretorPresidente

Humberto Luis Queiroz Nogueira
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Sérvio Túlio dos Santos
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente de Contabilidade e Tributos
Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Equatorial Energia S.A.
São Luis - MA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Equatorial Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Infraestrutura da concessão

Os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica das controladas da Companhia (Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A., Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. e Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.) são registrados como ativo de contrato durante a fase de construção, conforme preconiza o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15) e, quando da entrada em operação, são bifurcados entre ativo financeiro, relativo a parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente a parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2020, os montantes consolidados de ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível relativos à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica eram, respectivamente, R$ 11.073.213 mil, R$ 5.665.922 mil e R$ 8.908.853 mil.

O custo da infraestrutura é um componente relevante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pelas controladas da Companhia nos termos dos contratos de concessão, cujas regras de elegibilidade seguem critérios regulatórios e envolvem julgamento, estando sujeitas à revisão e homologação pelo poder concedente a cada 4 anos. Por essa razão, e em função dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura como ativo de contrato à bifurcação da infraestrutura em operação entre ativo financeiro e ativo intangível e à sua mensuração; (ii) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições e baixas ocorridas no exercício; (iii) a verificação da atualização monetária dos montantes envolvidos; e (iv) análise e correlação de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações da Infraestrutura de concessão das controladas da Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações

efetuadas sobre a infraestrutura da concessão incluídas nas notas explicativas nº 13, 14 e 15, respectivamente, de ativo financeiro da concessão, intangível e ativos de contrato das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos que os saldos de ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível da concessão, bem como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Controles gerais de tecnologia de informação

As controladas da Companhia (Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. e Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.), impactadas pelos seus elevados números de transações, utilizam-se de uma complexa estrutura de controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. Dessa forma, a eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estejam livres de erros significativos. Essa estrutura complexa, que envolve o serviço público de distribuição de energia elétrica e atividades associadas ao serviço de fornecimento de energia elétrica nos Estados do Maranhão e Pará, encontra-se com diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Devido à importância da estrutura de controle interno para as controladas da Companhia, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em tecnologia da informação para auxiliar na análise dos controles relacionados aos ambientes dos sistemas de informação, assim como os controles manuais, dependentes de sistema e automatizados e que afetam toda a estrutura de negócios das controladas da Companhia. As deficiências no desenho e na operação dos controles gerais de TI relacionados ao acesso lógico e à gestão de mudanças, alteraram a nossa avaliação da natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e apropriadas de auditoria. Quando da identificação de inconsistências em relação aos controles gerais de tecnologia testados, os nossos procedimentos adicionais incluíram: (i) testes para controles compensatórios; e (ii) avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria.

Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis a estrutura de TI quanto aos controles internos no contexto da integridade dos registros contábeis que suportam a preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e as informações extraídas dos sistemas das controladas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes que suportam nossas conclusões sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada

As receitas das controladas da Companhia (Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A., Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. e Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.) são oriundas, principalmente, do fornecimento de energia elétrica, sendo reconhecidas quando do consumo da energia pelo consumidor, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R$ 440.274 mil em 31 de dezembro de 2020 e está divulgado na nota explicativa nº 8 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da administração acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja contabilizada na competência correta.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pelas controladas da Companhia para o cálculo da receita não faturada; (ii) a compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração; (iii) utilização dos nossos especialistas em auditoria de sistemas para nos auxiliar nos testes da integridade, da precisão dos dados e relatórios extraídos do sistema de faturamento e que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada; e (iv) recálculo destas receitas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas não faturadas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento das receitas não faturadas adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Mensuração de ativos contratuais de transmissão

Conforme divulgado na nota explicativa 4.8.2, as controladas da Companhia (Equatorial Transmissão S.A. e Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA) avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que as controladas da Companhia passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo consolidado do ativo de contrato é de R$ 11.073.213 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso das controladas da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo das controladas da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pelas controladas da Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) com apoio de profissionais especializados em avaliação de projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos das controladas da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas dos empreendimentos; (v) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vi) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (x) avaliação das divulgações efetuadas pelas controladas da Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão das controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Equatorial Energia S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 22 de maio de 2020 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 24 de março de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O-7-T-CE

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Equatorial Energia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, sem ressalva, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes em 24 de março de 2021, opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação do lucro do exercício e o orçamento de capital estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral.

Brasília, 24 de março de 2021

Paulo Roberto Franceschi

Saulo de Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Equatorial Energia S.A., nos termos do: (i) inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução ICVM 480, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Contábeis, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Augusto Miranda da Paz Júnior, Diretor-Presidente; Humberto Luis Queiroz Nogueira, Diretor; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Sérvio Túlio dos Santos, Diretor; Tinn Freire Amado, Diretor; José Silva Sobral Neto, Diretor declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 24 de março de 2021 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.